

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Anelise Cavagnolli

OS PARCEIROS DO VINHO:
A VITIVINICULTURA EM CAXIAS DO SUL
(1911 - 1936)

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, concentração em História Social, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Dra. Elvira Mari Kubo.

- Curitiba, 1989 -

Para Ruy e Ruth meus pais.
Ao Ivan, pelo carinho.

AGRADECIMENTOS

- À Prof^a Elvira Mari Kubo, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, pela orientação e estímulo na realização deste trabalho.
- À Prof^a Loraine Slomp Giron e Prof^a Cleci Eulália Favaro Klein, do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul, pelo interesse e apoio.
- Aos professores do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul e aos colegas do Museu e Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.
- À Giancarlo Cavagnolli pela elaboração dos gráficos e tabulação de dados.
- À Thais, José Antônio e Jovita pela amizade e incentivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - O COOPERATIVISMO EM SUA PRIMEIRA FASE (1911-1914)	43
I.1 - Vitivinicultura na região de colonização italiana	44
I.2 - O movimento cooperativo: "Todos por um e um por todos" (1911-1914)	54
I.3 - Os primeiros passos	78
I.4 - O declínio do movimento	94
CAPÍTULO II - A PREPARAÇÃO DOS COMERCIANTES-VINICULTORES (1914-1928)	112
II.1 - Associação dos comerciantes e a vitivinicultura	113
II.2 - Evolução técnica: laboratório de análises e estação experimental	122
II.3 - A preparação	131
CAPÍTULO III - AÇÃO E REAÇÃO: COMERCIANTES E COLONOS (1928-1936)	145
III.1 - A organização dos comerciantes-vinicultores: sindicato vitivinícola e sociedade vinícola .	146
III.2 - A Sociedade Vinícola Riograndense Ltda.	157
III.3 - Os conflitos entre sociedade vinícola e colonos-viticultores	167
III.4 - A organização dos colonos-viticultores em cooperativas	176
III.5 - Cooperativismo empresarial vinícola	182
III.6 - Acordos e desacordos entre cooperativas e sociedade vinícola	196
CONCLUSÃO	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Exportação de vinho no RS (1898-1914)	66
2 - Exportação de vinho no RS (1915-1929)	115
3 - Exportação de vinho no RS (1898-1931)	178

LISTA DE QUADROS

1 - Exportação de vinhos (1898-1910)	52
2 - Subscrição de ações (1912-1913)	96
3 - Cooperativas - Dívidas e Passivos (1911-1914) . .	99
4 - Exportação de vinho no RS (1916-1930)	132
5 - Preço médio do vinho (1917-1929)	134
6 - Vinho exportação: litros - valor - preço médio (1926-1930)	174

LISTA DE TABELAS

1 - Estabelecimentos comerciais e industriais - Caxias (1899, 1903-1910)	50
2 - Estabelecimentos comerciais - Caxias (1909-1916) .	86
3 - Estabelecimentos industriais - Caxias (1909-1916)	87
4 - Depósitos comerciais - Caxias (1917-1929)	136
5 - Estabelecimentos vinícolas - Tanoarias e depósitos de vinho - Caxias (1899, 1903-1929)	155

MAPA

Municípios da região de colonização italiana	46
--	----

INTRODUÇÃO

A vitivinicultura na região de colonização italiana no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul tornou-se objeto de estudo em diversos trabalhos já publicados.

Os estudos podem ser divididos em dois grandes grupos: aquele nos quais a vitivinicultura aparece como um aspecto do processo histórico-envolvendo a imigração e o desenvolvimento econômico dos núcleos coloniais e o outro grupo, que tem como tema central a vitivinicultura.

Assim no primeiro grupo, destacaram-se trabalhos apresentados por ocasião dos 75 anos da colonização italiana no RS e vinte e cinco anos depois, aqueles publicados durante o centenário da imigração no Estado.

Do primeiro momento registram-se os estudos de Ernesto Pellanda, Mem de Sá, Dante de Laytano, B. Rambo S.J., Pe. Ernesto Mânica, Orlando Valverde, J. Monserrat, Celeste Gobbato, Adail Moraes e Luis Compagnoni. Na forma de monografias, estes trabalhos foram publicados no álbum comemorativo do 75º aniversário da imigração italiana no RS⁽¹⁾,

(1) ÁLBUM Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, 523p.

fornecendo uma visão ampla das implicações histórica, econômica, social e política da colonização.

Na década de 70, outros estudos como o trabalho "Italianos e gaúchos" de Thales de Azevedo. Sociólogo baiano, preocupou-se em interpretar a "aculturação e assimilação" do europeu, descrevendo a problemática interna e externa geradora da imigração italiana e os processos de adaptação daquele imigrante às novas regiões no Rio Grande do Sul ⁽²⁾.

Olívio Manfroí propõe-se a analisar a região católica como elemento principal nas manifestações sociais e culturais do imigrante italiano e fator de integração social, reduzindo assim, os riscos de sua "caboclicização" ⁽³⁾.

Vitalina Frosi e Ciro Mioranza, autores do trabalho "Imigração italiana no nordeste do RS" ⁽⁴⁾, preocuparam-se em determinar os movimentos e fluxos imigratórios da Itália para o Rio Grande do Sul, no final do século XIX.

A partir da divisão geopolítico-administrativa do norte da Itália, procuram verificar a representatividade numérica dos imigrantes e suas regiões de origem estabelecendo re-

(2) AZEVEDO, Thales de. Italianos e gaúchos. Porto Alegre, A Nação/DAC/SEC, 1975, 310p.

(3) MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul, implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre, GRAFOSUL/IEL/DAC/SEC, 1975, 218 p.

(4) FROSI, Vitalina e MIORANZA, Ciro. Imigração italiana no nordeste do RS. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1975, 83p.

lações com a sua distribuição dos mesmos nos núcleos coloniais.

Outra preocupação consistiu na definição das "correntes migratórias internas", ou seja, o deslocamento de imigrantes e seus descendentes na formação de outros núcleos populacionais⁽⁵⁾.

A vitivinicultura para os autores surgiu como um fator de integração da economia imigrante à economia gaúcha e nacional. O processo sobre o qual desenvolveu-se esta integração percorreu a superação da fase de agricultura de subsistência, para o desenvolvimento da vinicultura e, por último, a industrialização. A passagem da primeira para a segunda fase foi determinada por um aumento da produção acompanhado por uma infra-estrutura comercial.

Assim, o comércio de produtos das colônias italianas, atuou no sentido de terminar com o isolamento dos núcleos de imigrantes, permitindo a sua integração com "(...) comunidades representativas do comércio e da indústria"⁽⁶⁾.

"Os Italianos no RS"⁽⁷⁾ editado em 1979, é o trabalho de Luis A. De Boni e Rovílio Costa. Conforme De Boni, a preocupação consistiu em eleborar um texto direcionado aos alunos universitários, iniciantes na vida acadêmica.

(5) FROSI, Vitalina e MIORANZA, Ciro. Imigração italiana no nordeste do RS. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1975, p. 50-52.

(6) Idem. p. 76-77.

(7) DE BONI, Luis A. e COSTA, Rovílio. Os italianos no RS. Caxias do Sul, EST/Correio Riograndense/EDUCS, 1984, 243p.

Desta forma a abordagem temática foi ampla, principiando pela localização histórica da colonização italiana no contexto brasileiro e gaúcho, passando pela problemática da Itália na década de 70 do século passado, por aspectos antropológicos, religiosos e culturais da colonização italiana para terminar em uma análise da imigração além da região serrana, nos campos do nordeste gaúcho, incluindo uma interpretação da industrialização na região de colonização.

No caso da vitivinicultura ou do surgimento da indústria vinícola, o que ocorria para os autores era a transferência do capital acumulado na atividade comercial para aquele setor econômico.

Segundo De Boni e Costa, "(...) o artesanato de transformação dos produtos agropecuários encontra-se quase todo em mãos dos comerciantes"⁽⁸⁾, atuante na atividade vinícola, nas indústrias de produtos suínos, laticínios e moagem de trigo⁽⁹⁾.

(8) DE BONI, Luis A. e COSTA, Rovílio. Os italianos no RS. Caxias do Sul, EST/Correio Riograndense/EDUCS, 1984, p.216.

(9) Idem.

Incluem-se ainda, entre os estudos sobre a imigração, "La Mérica", de autoria de Luis A. De Boni, baseado nos depoimentos de imigrantes italianos que narram a sua experiência imigratória⁽¹⁰⁾.

Rovílio Costa, publicou "Antropologia visual da imigração italiana" em co-autoria com Arlindo I. Battistel, "Assim vivem os italianos". Ambos trabalhos de antropologia contendo importantes informações sobre a cultura na região italiana⁽¹¹⁾.

Uma análise rápida e concisa sobre a história de Caxias encontra-se no trabalho de Loraine S. Giron, "Caxias do Sul: evolução histórica", no qual foram apresentados dados e quadros quantitativos, além da indicação de fontes para a história local⁽¹²⁾.

(10) DE BONI, L.A. La Mérica, escritos dos primeiros imigrantes. Caxias do Sul, UCS/EST, 1977, 103p.

(11) COSTA, Rovílio et alii. Antropologia visual da imigração italiana. 22lp.

BATTISTEL, Arlindo I. e COSTA, Rovílio. Assim vivem os italianos. Caxias do Sul, EST/EDUCS, 1982, v.1, 592p.

Idem. 602p.

Idem. 234p.

(12) GIRON, L.S. Caxias do Sul: evolução histórica. Caxias do Sul, UCS/EST/Prefeitura Municipal, 1977, 99p.

. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.47-66.

Considerando ainda estudos envolvendo a vinicultura como um elemento de desenvolvimento da região de colonização italiana, registram-se os trabalhos alusivos à relação imigração e industrialização.

Nestes trabalhos a preocupação consistiu em determinar a evolução da industrialização no Estado. No que diz respeito às variáveis de explicação para o desenvolvimento da produção industrial, foi apontada por outros autores como Limeira Tejo e Mem de Sá⁽¹³⁾, de que houve uma evolução natural do artesanato para a produção industrial. Evolução esta, conforme os autores, característica de uma economia isolada como a gaúcha, cujas necessidades seriam atendidas pela produção interna⁽¹⁴⁾.

Para Limeira Tejo, "(...) os motores e as chaminés não foram colocados no Rio Grande do Sul por justaposição econômica". Cresceram de forma orgânica "(...) como cresce

(13) TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. IN: Estatística Industrial do RS - Ano de 1937. Porto Alegre, Globo, 1939.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no RS. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.75-105.

(14) LAGGEMANN, E. Imigração e industrialização. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.120.

uma árvore, de dentro para fora"⁽¹⁵⁾.

Mem de Sá descreve o germen dos empreendimentos industriais, onde a

"(...) oficina se ampliava, tomava aprendizes e operários, o barracão de madeira ia transformando as paredes e a cobertura; dos simples consertos e reparações se aventurava a fazer coisas novas (...); ou era a cantina original que saía debaixo da casa de moradia adquiria sede própria, novos tonéis e instalações (...)." ⁽¹⁶⁾

Esta harmonia na evolução industrial sustenta o mito do imigrante onde o proprietário de pequenas oficinas artesanais legaria às outras gerações um caminho apoiado exclusivamente no esforço individual como forma para o desenvolvimento e implantação da indústria.

Para o historiador Eugenio Laggemann, o erro de autores como Mem de Sá e L. Tejo consistiu em determinar o artesanato como ponto de partida para muitas indústrias. O problema desta análise está na generalização deste tipo de processo como sendo o mesmo para todos os ramos daquela atividade econômica ⁽¹⁷⁾.

Partindo desta análise, Laggemann ampliou o binômio artesanato-indústria, com uma interpretação que denominou alternativa, baseada na relação comércio-indústria ⁽¹⁸⁾.

(15) TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: Estatística Industrial do RS - Ano de 1937. Porto Alegre, Globo, 1939, p. 19.

(16) LAGGEMANN, E. Imigração e industrialização. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.121 e 122.

(17) Idem. p.123.

Tanto este autor como Telmo Moure⁽¹⁹⁾, preocuparam-se com os limites teóricos da relação artesanato-indústria. Moure questionou em como pode o artesanato ultrapassar sua limitada capacidade de expansão e ainda, em como pode este artesanato, organizado sobre a pequena propriedade rural, superar sua limitada capacidade acumulativa⁽²⁰⁾.

Por estas análises, a atividade comercial surgia como uma catalizadora do excedente gerado naquelas economias imigrantes e ao mesmo tempo, como investidora, deste capital acumulado, na atividade industrial.

Nesta via explicativa, Laggemann incluiu a trajetória de empresas industriais localizadas na zona de imigração alemã e italiana e empresas localizadas na capital do Estado⁽²¹⁾.

Entre os estudos que tiveram especificamente a vitivinicultura como tema central da análise, classificados como pertencentes ao segundo grupo, encontra-se Loraine S. Giron, preocupada com a história econômica, procurando perce

(18) LAGGEMANN, E. Imigração e industrialização. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.127.

(19) MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.91-113.

(20) Idem. p.98.

(21) LAGGEMANN, E. Op. cit., p.131.

ber os ciclos econômicos em que se inseria o setor vinícola, identificando os períodos de baixa e alta deste setor, no período entre 1875 a 1973⁽²²⁾.

Em outro estudo, a autora se deteve na gênese do movimento cooperativo vitivinícola na região de colonização italiana. Determinou sua fase inicial entre 1911 e 1915, identificando-o com a figura do propagandista do movimento, o italiano Giuseppe D'Stefano Paternó, período denominado pela autoria de "fase heróica do cooperativismo"⁽²³⁾. Encerrou a gênese em outra fase do cooperativismo ou fase final de 1929 a 1964, momento de adaptação do cooperativismo ao capitalismo⁽²⁴⁾.

Tavares dos Santos realizou um estudo de caso em um núcleo colonial camponês do vinho. O local escolhido foi a comunidade de São Pedro, no município de Bento Gonçalves, dentro de um período histórico definido entre o final dos anos 60 e início dos anos 70⁽²⁵⁾.

O objetivo do autor consistiu na reconstrução do processo de trabalho camponês, desenvolvido dentro das pequenas propriedades rurais. Definiu este processo de produção como específico e não capitalista, mas produzido histori-

(22) GIRON, Loraine S. O cooperativismo vinícola no RS. (1875-1973), manuscrito.

(23) ————. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. IN: DE BONI, L.A. (org.). A presença italiana no RS. Porto Alegre, EST, 1987, p.269-292.

(24) Idem. p.291.

(25) SANTOS, J.V. Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1984, 182p.

camente pelo e para o modo de produção capitalista⁽²⁶⁾.

Monsserrat fez um estudo pioneiro do movimento cooperativo vitivinícola na zona de colonização italiana. Deu-se especialmente, na sua fase inicial entre 1911 a 1915⁽²⁷⁾.

Cleci F. Klein escolheu uma temática diferente direcionando sua dissertação para a problemática do operariado do setor vinícola, mais especificamente, os tanoeiros. Formadores de uma minoria étnica na região, os tanoeiros eram profissionais de origem lusa, especializados na atividade tanoeira e responsáveis pela produção de barris para o acondicionamento do vinho⁽²⁸⁾.

Não se pode excluir os trabalhos de João Spadari Adami, alusivos a história de Caxias e das Festas da Uva.

Sem poder ser considerado um historiador, Adami fez do registro da história de Caxias um ato de compilação de fatos e datas, acompanhados pela documentação, sem um tratamento metodológico. No entanto, durante algum tempo, tornou-se única fonte bibliográfica, reunindo seus escritos sobre a história local em quatro volumes. Nestes livros, de um volume para outro verifica-se um acréscimo de dados e

(26) SANTOS, J.V. Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1984, 182p.

(27) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.294-316.

(28) KLEIN, Cleci E.F. De "Bairro Lusitano" a "Zona Tronca": a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). Tese de mestrado. Porto Alegre, PUC, 1984, 124p.

fatos. As variações de temas estão na edição de 1966, relatando acontecimentos sociais e esportivos. Outro livro refere-se à história da educação, iniciado por Adami e concluído, para fins de publicação, por sua esposa Morena Adami.

Encontra-se ainda outro trabalho intitulado "História das Festas da Uva". Estas festas são eventos realizados em Caxias desde 1931, cuja origem, conforme o autor, remonta às exposições de produtos agrícolas e industriais, promovidas desde o final do século passado. O caráter destas exposições foi sendo reformulado a partir da década de trinta, ao tornarem-se feiras vinícolas conhecidas como Festas da Uva⁽²⁹⁾.

Outros autores a serem citados são Jimmy Rodrigues, Celeste Gobbato e Augusto Dal Cortivo⁽³⁰⁾. O primeiro, jor

-
- (29) ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul (1864-1970). Caxias do Sul, Edições Paulinas, 1970, 545p.
 ————. História de Caxias do Sul. Caxias do Sul, Ed. São Miguel, 1962, 413p.
 ————. História de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1966, 413p.
 ————. História de Caxias do Sul. Tip. São José, 1957, 52p.
 ————. História de Caxias do Sul: educação (1877-1967). Caxias do Sul, Est, 1981, 253p.
 ————. Festas da uva. Caxias do Sul, Ed. São Miguel, 1966, 240p.
- (30) RODRIGUES, J. Subsídios para a história da uva e do vinho. Caxias do Sul, Ed. São Miguel, 1972.
 GOBBATO, C. Il colono italiano ed il suo contributo nella sviluppo dell'industria riograndense. IN: Album Dell'Cinquentenario Della Colonizzazione Italiana Nel Rio Grande Del Sud (1875-1925). p.195-245.
 ————. O cultivo da videira e a industrialização da uva no RS. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.402-424.
 DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941.

nalista, realizou um estudo da gênese da vitivinicultura na região, preocupando-se em destacar os indivíduos envolvidos no setor.

Gobbato, como enólogo, orientou o seu estudo para uma análise técnica da vinicultura e suas avaliações, constituindo importante fonte da evolução eno-técnica.

Dal Cortivo, sem pretensões como historiador ou técnico, registrou um momento específico do setor, definido entre 1929 e 1931, apresentando entre outros dados do seu trabalho, avaliações pessoais daquela fase e sua prática como organizador do cooperativismo.

O estudo da indústria vinícola e a reconstrução de seu processo histórico no RS constituiu objeto de análise de Sandra J. Pesavento⁽³¹⁾.

Para o desenvolvimento do tema, a autora considerou três preocupações básicas: em primeiro lugar, a peculiaridade referente à industrialização gaúcha, sem no entanto, tentar reduzi-la a uma tendência generalizante.

Além deste aspecto, Pesavento apresentou outro problema relativo às categorias teóricas em torno do artesanato, manufatura e fábrica. Estas formas históricas de produção devem ser consideradas no momento em que se vai avaliar

(31) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984, 226p.

a evolução do processo de industrialização. A distinção do grau de desenvolvimento capitalista fez-se de acordo com fatores como o "(...) caráter das relações de produção, o processo de trabalho e a tecnologia utilizada"⁽³²⁾.

Outra preocupação de sua análise, consistiu nas relações que estabeleceram entre agropecuária colonial e industrialização, identificando nesta relação o processo pelo qual efetivou-se a submissão do pequeno produtor ao capital comercial e industrial e as formas de apropriação efetuadas sobre este agente da produção⁽³³⁾.

Para a autora a presença do capital industrial, no caso da vitivinicultura, revelou-se a partir dos anos vinte, em que a contribuição do capital comercial "(...) auferido na esfera da circulação, (...) funcionou como investimento inicial para o surgimento das indústrias gaúchas"⁽³⁴⁾.

A importância do comércio e do intermediário estaria na função desempenhada por este como elo de ligação entre a produção colonial e o mercado consumidor. Cabia ao comerciante retirar lucratividade sobre o trabalho do pequeno proprietário rural.

(32) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984, p.15.

(33) Idem. p.19-20.

(34) Ib. Idem. p.32.

Para Pesavento surgem os "comerciantes-fabricantes". proprietários de estabelecimentos de beneficiamento do vinho, efetuando produção própria e aquela adquirida dos colonos⁽³⁵⁾. A forma, portanto, como se efetuou a acumulação favoreceu alguns elementos que atuavam não somente na fase de produção mas também na comercialização. No momento em que ocorria esta diferenciação de funções, entre quem produzia e quem comercializava, o comerciante efetivava a acumulação e podia transferir capitais para melhoramentos nos estabelecimentos de beneficiamento, ao passo que o colono perdia espaço no setor. Reduzia-se a condição de plantador de uva e fornecedor desta matéria-prima às indústrias vinícolas⁽³⁶⁾.

Partindo desta revisão bibliográfica estruturou-se o objeto de estudo e a problemática a ser desenvolvida neste trabalho.

Ao ser realizada a revisão bibliográfica sobre a temática em torno da vitivinicultura e industrialização, verificou-se a ausência de análises exaustivas que fornecessem um quadro contínuo referente ao setor.

No estudo de Loraine Giron sobre cooperativismo vinícola a autora deteve-se nos momentos de manifestação da as

(35) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984, p.33.

(36) Idem.

sociação cooperativa, definidos entre 1911-1915 e 1929-1964 (esta última data delimitação feita por Giron)⁽³⁷⁾.

A periodização estava de acordo com o tema proposto, mas deixava de tratar questões relativas ao processo desencadeado entre uma fase e outra do cooperativismo vinícola.

O mesmo ocorreu na leitura do trabalho de J. Monserrat, onde a lacuna também se apresentava, na medida em que o objetivo consistia em registrar o movimento e sua abrangência não exclusivamente no que tange ao setor vinícola⁽³⁸⁾.

Nos trabalhos, a explicação para a falência do cooperativismo, em sua primeira fase, relacionava-se, para Loraine Giron, à ação contrária ao movimento, efetuada pelos industriais do vinho. Para Monserrat, nem o sistema cooperativista e nem Paternó falharam; a decadência resultou da atuação dos comerciantes⁽³⁹⁾.

Notada a presença destes elementos (industriais do vinho), estas análises não permitiam perceber como eles atuaram, participando e desestruturando o cooperativismo. Além disso, qual teria sido o encaminhamento dado por aquele grupo sócio-econômico à atividade vinícola?

(37) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. IN: DE BONI, L.A. (org.). A presença italiana no RS. Porto Alegre, EST, 1987, p. 269-292.

(38) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.294-316.

(39) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. Op. cit., p.287.
MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. Op. cit., p.295.

Pesavento, analisando a relação entre vitivinicultura, implantação da produção industrial e submissão do colono ao capital comercial, demonstrou o momento e a forma de ruptura do processo de produção artesanal no setor.

Situa este momento na década de vinte e demonstrando a ação dos denominados comerciantes-fabricantes neste rompimento. Estes elementos passariam a integrar um segmento da "burguesia industrial gaúcha: a dos fabricantes de vinho", considerados modernizadores da vitivinicultura na região⁽⁴⁰⁾.

Esta inovação seria explicada na medida em que, realizando a produção e a intermediação dos vinhos, a estes comerciantes foi possível formar uma reserva de capital aplicável em seus estabelecimentos, repassado para a mecanização da produção e para a introdução de castas selecionadas de uvas⁽⁴¹⁾.

No entanto, quando apresentava estes fabricantes, cujos moldes de produção não se adequavam às formas artesanais, individualizou os exemplos, sem situá-los em um contexto mais amplo.

Assim procedeu ao citar Antonio Pieruccini e José Andreazza, ambos comerciantes caxienses e proprietários de

(40) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.35.

(41) Idem. p.34.

estabelecimentos de vinificação, ditos "mais expressivos no período da República Velha"⁽⁴²⁾. Estabelecimentos que apresentavam o uso de maquinários para manipulação dos vinhos e uvas, emprego de operários e força motriz⁽⁴³⁾.

A individualização dos casos e a ausência de descrição de outros estabelecimentos vinícolas, não apresentando nem mesmo dados quantitativos sobre estes, impediu notar se a condição do comerciante-fabricante era uma situação comum ou isolada conforme os exemplos citados.

Assim, a partir da literatura já existente, estruturaram-se dois elementos de análise: a vitivinicultura, como setor específico da atividade econômica local e um agente social desta atividade, o comerciante.

A opção pelo setor justificou-se pela importância que por longo tempo teve a vitivinicultura na economia, não somente de Caxias do Sul mas de quase toda região de imigração italiana, onde atualmente, representa 90% da produção estadual⁽⁴⁴⁾.

Apesar do tema possuir abrangência que extrapolava os limites geográficos do município de Caxias do Sul, a dificuldade verificada no levantamento de fontes obrigou-nos a

(42) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.42.

(43) Idem.

(44) PRODUÇÃO de vinho em 1988 a 348 milhões de litros. O Pioneiro. Caxias do Sul, 17 e 18, Fev., 1989.

uma restrição. Desta forma, sem receios a generalizações equivocadas. Caxias do Sul ficou determinada como área de estudo. No entanto, em alguns momentos do trabalho foi impossível fugir da característica regional do setor, sendo feitas citações envolvendo áreas municipais correspondentes a Bento Gonçalves, Garibaldi, Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis), Nova Vicenza (atual município de Farroupilha e ex-distrito de Caxias), Antonio Prado e Nova Trento (atual município de Flores da Cunha, ex-distrito de Caxias).

As datas balizas ficaram demarcadas durante a pesquisa documental e bibliográfica. Em 1910 dois acontecimentos marcavam a história local: a elevação de Caxias a categoria de cidade e a inauguração da linha férrea, fatos comemorados na mesma data⁽⁴⁵⁾.

Em 1910 tinha-se também o registro da maior safra vinícola. Conforme descreveu L. Giron, a colheita de uva naquele ano foi a maior registrada até então, para no ano seguinte decair de forma significativa⁽⁴⁶⁾.

No ano seguinte, 1911, um fato marcava a vitivinicultura: o movimento cooperativo que atingia toda a região,

(45) ADAMI, J.S. História de Caxias do Sul (1864-1970). Caxias do Sul, Ed. Paulinas, 1970, p.541.

(46) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. IN: DE BONI, L.A. (org.). A presença italiana no RS. Porto Alegre, EST, 1987, p. 283.

sendo irradiado a partir de Caxias do Sul.

À primeira vista, o cooperativismo soava como uma espécie de reação aquela crise econômica. Crise caracterizada não somente ao nível da produção, mas também na comercialização do produto. Falava-se na época em falsificação dos vinhos e a conseqüente perda de mercado daquele produto⁽⁴⁷⁾.

Assim, 1911 revelava-se como um momento importante para a vitivinicultura, da mesma forma que 1936, com a criação do Instituto Riograndense do Vinho, conforme os termos da época, traduzido no acordo possível entre empresas e cooperativas vinícolas⁽⁴⁸⁾.

Retomando, então, a proposição inicial de um estudo do comerciante caxiense e considerando a opção pelo setor vinícola, surgem os exportadores de vinho como grupo sócio-econômico e elementos principais da análise.

Este grupo foi identificado no final dos anos vinte como "comerciantes-vinicultores", distintamente dos "colonos-viticultores" ou pequenos proprietários rurais, produtores de uva e vinho⁽⁴⁹⁾.

(47) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, p.295.

(48) O INSTITUTO do Vinho. Il giornale dell agricoltore. Caxias do Sul, 22 Out., 1936, nº 130, p.1.

(49) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomas B. de Queiróz (1929). Caxias, Tip. Mendes, 1930, 327p.

Não se pode aplicar aqui, o significado de vinicultor como o de fabricante de vinhos e viticultor como o de produtor de videiras. Esta diferenciação em acordo a etapas da produção não se apresentava de forma rígida, no caso da vitivinicultura em Caxias, no período a ser estudado.

Assim, tinha-se colonos produtores de uvas e vinhos e comerciantes, adquirindo a uva e o vinho do colono, beneficiando produção própria e aquela proveniente de outros. No entanto, apesar da presença deste fato, adotou-se a denominação vini e viticultor, para a definição clara do ramo de atividade e seus integrantes, na medida em que esta denominação foi encontrada em documentos históricos.

Sobre aquele primeiro grupo, "comerciantes-vinicultores", exportadores de vinho ou cantineiros⁽⁵⁰⁾, situa-se a problemática.

Apesar da presença importante do colono-viticultor no setor, na medida em que se tratava da indústria vinícola de beneficiamento da produção agrícola, verificou-se em determinados momentos a ausência de documentos referentes aquele grupo.

Se o comerciante-vinicultor definiu sua ação em associações de classe, participando em órgãos públicos e registrando-a em fontes históricas, o mesmo não se verifica-

(50) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomas B. de Queiróz (1929). Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.89.

va com o colono-viticultor. Este aparece indiretamente em documentos, na fase entre 1911 e 1928, onde o privilegiamento é dado ao comerciante-vinicultor.

Documentos da época, como aqueles elaborados na primeira fase do cooperativismo (1911), desapareceram. Os periódicos não registram a palavra do colono e nem podem ser considerados representantes daquele grupo.

A ausência de documentos somente seria suprimida a partir do final da década de vinte com o ressurgimento do cooperativismo. Nesta fase, a documentação elaborada pelas cooperativas, aliada a outras fontes impressas, demonstravam a prática e o pensamento do colono-viticultor.

Apesar deste fator, optou-se pelo privilegiamento na análise, do registro histórico da ação dos comerciantes-vinicultores. Isto não quer dizer que o viticultor não esteja presente no trabalho. Está, mas de forma indireta, no momento em que o comerciante estabelece relações com este elemento, enquanto desenvolve suas atividades no setor.

As relações firmadas entre comerciantes-vinicultores e colonos-viticultores, denominou-se sistema de produção e comércio vitivinícola.

A utilização do conceito sistema consiste em um recurso teórico, cuja utilização pretende-se para o conhecimento de determinada realidade.

A concepção de sistema adotada, conforme Lapa, compreende

"(...) um conjunto organizado, cujas partes ou elementos são interdependentes e funcionam obedecendo determinados princípios de

ordem econômica, social e jurídica".(51)

Desta forma, descarta-se o mecanicismo e, através da ação e reação entre os elementos que compõem determinado sistema, afiguram-se os momentos de tensões, propulsores de seu avanço histórico.

Assim, concebeu-se o sistema vitivinícola, no âmbito da produção e comércio, com elementos vinculados ao cultivo das videiras e transformação da uva em vinho e, em fases posteriores, o beneficiamento e a comercialização.

Dentro desta sucessão de etapas, procurou-se perceber o caráter das relações entre vinicultores e viticultores. Isto tornou-se possível enquanto se pretende a reconstrução histórica do comportamento dos elementos que o compõem, mesmo que privilegiando a análise para um destes elementos, mediante a ausência de fontes referentes ao colono-viticultor, em determinados momentos do período considerado.

A problemática parte então de dois aspectos, especialmente. O primeiro, definido na tentativa de demonstrar o papel do comércio e do comerciante no desenvolvimento do processo industrial vinícola.

Como segundo aspecto, propõe-se a verificação do comportamento do comerciante-vinicultor no sentido de sua organização para implantar a produção industrial. Na recons-

(51) LAPA, José Roberto do Amaral. O antigo sistema colonial. São Paulo, Brasiliense, 1982, p.15.

tituição histórica, a preocupação consistiu em analisar sua ação social e política e participação em organizações associativas; sua ingerência em organizações relativas à vitivinicultura (cooperativas, sindicato, empresas vinícolas); sua intervenção e participação junto a órgãos públicos e privados; sua ação econômica enquanto atua no setor contraindo determinadas relações com o colono-viticultor.

Na identificação de determinada prática daquele grupo sócio-econômico procurou-se verificar sua presença em momentos determinados, definidos em três períodos da vitivinicultura: 1911-1914, 1914-1928, 1928-1936.

A organização do trabalho dentro destes três períodos foi determinada por fatos verificados na evolução histórica da vitivinicultura.

Assim, tem-se o primeiro período entre 1911 e 1914, que corresponde à organização e término do cooperativismo em sua primeira fase.

Outros fatos vieram demarcar os períodos a serem analisados. Em 1928, organizava-se o Sindicato Vitivinícola do RS e no ano seguinte, surgia a Sociedade Vinícola Rio-grandense Ltda. Acompanhando estes acontecimentos, o ressurgimento do cooperativismo, em 1929.

Dentro destas duas datas referenciais, 1911 a 1929, abriam-se questões que norteariam o trabalho. Se o comerciante-viticultor atuou no desmantelamento do cooperativismo em sua primeira fase, o que foi feito entre 1914 a 1929? Qual o comportamento deste grupo diante de seu setor de atividade, que conduziria ao surgimento de um associativismo

mo traduzido na forma do Sindicato e da Sociedade Vinícola?

Ainda neste período, como compreender a fundação em Caxias do Laboratório de Análises Enológicas em 1914 e a criação da Estação Experimental de Enologia, também em Caxias, no ano de 1921?

Em contrapartida, organizado o Sindicato/Sociedade, como explicar o ressurgimento do cooperativismo?

Outro fato apareceria, a fundação do Instituto Rio-grandense de Vinho, em 1936. Uma autarquia administrativa, semelhante em objetivos de defesa econômica aos institutos de âmbito nacional ou um órgão de mediação entre os grupos estruturados no setor vinícola?

METODOLOGIA, ARQUIVOS E FONTES

As fontes utilizadas no decorrer da pesquisa são as mais diversas. Constituíram-se de séries de documentos manuscritos e impressos referentes ao período e tema estudados.

O levantamento e arrolamento de fontes foi realizado em Caxias do Sul:

- Arquivo Histórico Municipal
- Arquivo da Câmara de Vereadores
- Arquivo da Câmara de Indústria e Comércio
- Arquivo do jornal Correio Riograndense
- Arquivo geral da Prefeitura Municipal
- Arquivo da Sociedade Operária de Mútuo Socorro
- Arquivo da Cooperativa Vinícola São Victor
- Arquivo da Cooperativa Vinícola Victor Emanuel
- Arquivo da Cooperativa Vinícola Forqueta

Em Flores da Cunha:

- Arquivo da Cooperativa Vinícola Santo Antônio

Em Bento Gonçalves:

- Arquivo da Cooperativa Vinícola São João

Em Porto Alegre:

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- Arquivo da Junta Comercial do RS
- Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado do RS
- Biblioteca Pública do Estado do RS

Durante o levantamento apresentaram-se fontes oficiais manuscritas e impressas, compostas pelos relatórios dos intendentes municipais e cobrindo o período entre 1902 a 1929. Foram localizados também os relatórios estaduais da Secretaria dos Negócios da Fazenda, entre 1898 a 1931.

Ainda neste grupo de documentos, as leis de orçamento do município de Caxias (1911-1922, 1924-1925, 1927-1937), os livros de registro de impostos sobre indústrias e profissões (1899, 1903 a 1929, 1932).

Além dos livros de atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal entre os períodos de 1892 a 1935 e os livros de registro de correspondência do Laboratório de Análises Enológicas de Caxias (1916-1940).

Outro grupo de documentos corresponde às fontes manuscritas particulares, formadas pelos livros de atas das

assembléias gerais e extraordinárias da Associação dos Comerciantes de Caxias, desde sua fundação em 1901 até 1936.

Integram este grupo dois livros de registro de correspondência da Cooperativa Agrícola de Nova Vicenza, o primeiro de 1912 e o segundo de 1912 a 1914.

Ainda sobre cooperativismo encontram-se os livros de atas das assembléias gerais e extraordinárias das cooperativas vinícolas: São Victor, Forqueta, Victor Emanuel, Santo Antônio, Linha Jacinto e São João; nestas o período situa-se entre 1929 a 1936.

Apresentam-se também, as fontes impressas formadas em maior parte pelos periódicos da época.

Abaixo relacionamos os jornais encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Caxias:

- O Cosmopolita (1902 a 1908)
- O 14 de Julho (1902 a 1904)
- Gazeta Colonial (1905 a 1909)
- O Brasil (1909 a 1924)
- Tribuna Colonial (1909)
- Cidade de Caxias (1911 a 1914)
- Cittã di Caxias (1913 a 1923)
- O Democrata (1922 a 1923)
- Correio Colonial (1924 a 1925)
- O Regional (1926 a 1928)
- O Popular (1927)
- Caxias (1927 a 1932)
- O Jornal (1931 a 1932)
- Caxias-Jornal (1933-1934)

- O Momento (1933-1951)
- Il Giornale dell Agricoltore (1934 a 1940)

Temos ainda no Arquivo do jornal Correio Riograndense:

- La Libertá (1909-1910)
- Il Colono Italiano (1910-1917)
- Staffetta Riograndense (1917-1941)

Na Biblioteca Pública do estado, em Porto Alegre:

- O Correio do Povo (a pesquisa neste jornal, foi efetuada entre os anos de 1911-1913 e 1927-1929).

Como fonte impressa temos ainda a revista bimensal "O Trabalho", publicada pela Associação dos Comerciantes de Caxias, que circulou somente no ano de 1922.

Documentos avulsos também foram relacionados, como o discurso proferido por Augusto Dal Cortivo, no IV Congresso Rural, realizado em 1930, em Porto Alegre, promovido pela Federação das Associações Rurais do RS, intitulado "A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Viti-vinícola do RS e a Sociedade Vinícola Riograndense". Do mesmo autor, a carta aberta "A crise da vitivinicultura gaúcha", entregue ao interventor do Estado e publicada em 1941.

Neste grupo de documentos, os Anais do III Congresso Rural, realizado em Porto Alegre pela Federação das Associações Rurais do RS, no ano de 1929, onde encontram-se várias conferências sobre cooperativismo e indústria vinícola.

Tem-se ainda, o projeto apresentado em 1927 por Adeli no Sassi para a fundação de um sindicato de exportadores de vinho de Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Tren to. Os estatutos e regulamento geral do Instituto Riograndense do Vinho de 1942, além do projeto de reforma daqueles estatutos.

Apresentam-se também os anais do II e III Congresso Brasileiro de Vitivinicultura e Enologia, realizados em 1933 e 1937, respectivamente.

Como fontes complementares situamos as entrevistas realizadas com o sr. Arthur Rech que integrou a organização cooperativista desencadeada em 1929 e o sr. José de Mo raes Vellinho, ex-diretor do Sindicato Vitivinícola do RS e da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda.

Considerou-se o levantamento realizado junto aos anais da Assembléia Legislativa em Porto Alegre, na busca de decretos estaduais e federais reguladores e fiscalizadores da atividade vinícola entre 1907 a 1936, além da pesquisa efetuada na Junta Comercial do RS, procurando registros de empresas comerciais e industriais vinícolas. Um levantamento dificultado pela forma de organização adotada, onde se privilegia exclusivamente a razão social atual ou do período de baixa das empresas. O resgate completo foi possível com empresas que integram o Sindicato e a Sociedade Vinícola.

Quanto ao tratamento das fontes, foi empregado inicialmente o da distinção entre material qualitativo e material quantitativo. Isto não dizia respeito ao tipo de documen-

tos, mas sim, ao tratamento permitido por determinados dados selecionados.

Assim, começamos pelo material que mereceu tratamento quantitativo, como os livros de registro de impostos sobre indústrias e profissões, as leis de orçamento municipal e os relatórios municipais, apresentados pelo intendente ao Conselho Municipal ao fim de cada ano administrativo.

A partir destes documentos, foi possível elaborar um quadro com os tipos de estabelecimentos comerciais e industriais e a quantidade e variação destes, anualmente. Acompanhando este levantamento, as leis de orçamento permitiram acompanhar a evolução dos tipos de estabelecimentos e a legislação em torno de sua classificação e valor de impostos.

Dados selecionados nos livros de atas da Associação dos Comerciantes de Caxias e do Conselho Municipal permitiram a organização de outros dois quadros. Nestes constavam no primeiro, o registro nominal dos integrantes da diretoria da associação e, no segundo, o registro dos intendentes e conselheiros municipais. A preocupação consistiu em identificar as lideranças políticas e de classe em períodos definidos e sua correspondente atuação em determinadas atividades econômicas.

Os relatórios estaduais da Secretaria dos Negócios da Fazenda ofereceram dados que permitiram a construção de gráficos sobre a evolução da quantidade e valor dos vinhos exportados no estado do RS, entre o período de 1898 a 1931.

O tratamento qualitativo foi possível inicialmente com as fontes de imprensa. Uma pesquisa preliminar conduziu ao levantamento das publicações que cobriam o período estudado. Neste levantamento ficou relevante a grande quantidade de jornais editados em Caxias mas, em contrapartida, registrava-se a descontinuidade da maioria das coleções, com jornais apresentando números esparsos.

A característica comum entre estes periódicos consistia em sua periodicidade semanal e a linha editorial, em sua maioria jornais intitulados órgãos do Partido Republicano Riograndense. Apresentavam-se também como "Folhas Independentes", em oposição à administração municipal de cunho republicano ou ainda, jornais de orientação religiosa, como aquele de propriedade da Ordem dos Capuchinhos (La Libertà, Il Colono Italiano, Staffetta Riograndense e Correio Riograndense) ou o jornal "Il Colono Italiano", cujo diretor era o pároco local, Pe. Pedro Nossadini, não esquecendo de citar os jornais humorísticos e literários, estes em menor número, mas também representativos na imprensa local.

Após o levantamento preliminar, optou-se pela pesquisa exaustiva em quase todos os jornais seguindo seus períodos de publicação. A exceção foram os periódicos humorísticos e literários e o jornal diário O Correio do Povo, cujo levantamento ficou restrito aos anos de 1911-1913 e 1927-1929. Nestes, a procura foi realizada em caráter complementar.

O procedimento utilizado a partir dos dados selecionados consistiu na elaboração de arquivos com base nos assuntos

tos em acordo aos interesses da problemática em estudo.

Assim, o tema vitivinicultura desdobrava-se em comércio vinícola; indústria vinícola; produção vinícola; associações de classe; associações vinícolas; legislação (falsificações e regulamentos); Laboratório de análises e Estação experimental.

Os assuntos referentes a cooperativismo e Sindicato/Sociedade Vinícola, mereceram uma classificação à parte. O arranjo para cooperativismo ficou definido entre: comércio e vinificação; consórcio cooperativo; estatutos; Instituto Riograndense do Vinho; legislação cooperativa; reconhecimento oficial; S. Paternó; União Cooperativa. Com relação ao Sindicato/Sociedade, os assuntos foram distribuídos em: atuação; Sindicato Vitivinícola; Sociedade Vinícola; Sociedade x Cooperativas; Instituto Riograndense do Vinho.

A organização de arquivos também foi o procedimento junto aos dados coletados nos relatórios municipais e estaduais, obedecendo a uma classificação própria, em função da periodicidade, na qual a temática em torno da vitivinicultura era abordada nestes documentos.

O mesmo sucedeu-se com outros documentos, como as atas das assembléias da Associação dos Comerciantes e atas das sessões do Conselho Municipal.

Na primeira, os assuntos foram classificados de acordo com os períodos de funcionamento da associação. Inicialmente entre 1901, ano da fundação, até 1907, com atividades interrompidas e retomadas somente em 1912. As atividades reiniciadas em 1912 coincidem com a primeira fase do cooperati-

vismo.

Entre os anos de 1919 a 1927 verificou-se certa instabilidade nas atividades, registramos três cortes na continuidade do registro de atas, de 1919 a 1921, de agosto de 1922 a outubro de 1923 e de 1924 a abril de 1925.

Pelo conteúdo das atas existentes não ocorreu interrupção formal, mas sim, irregularidade de reuniões e assembléias. Estes fatos culminam em uma crise interna, sendo então suspensas as atividades entre 1925 a 1927; quando retornam no período correspondente à organização do Sindicato Vitivinícola. Nesta fase de atividades não ocorrem interrupções até 1936.

Nestes documentos, apesar do levantamento exaustivo, foi dado destaque aos dados alusivos à vinicultura, objetivando perceber o envolvimento da associação enquanto órgão classista com aquele setor econômico.

Assim procedeu-se junto às atas das sessões do Conselho Municipal. Considerando-se o caráter deliberativo da-quele órgão público, os dados selecionados foram classifi-cados em: dívidas municipais; funcionamento interno; admi-nistração José Penna de Moraes; legislação comercial; le-gislação industrial; leis de orçamento; melhoramentos pú-blicos; registro de sessões especiais e requerimentos.

Outro arquivo foi formado a partir da documentação das cooperativas vinícolas.

Para o cooperativismo da segunda fase (1929-1936) foi possível o levantamento nos livros de atas de Cooperativa Vinícola São Victor em Caxias (1929-1932). Nas demais co-

operativas da cidade (Vinícola Caxiense e Cooperativa Aliança), a documentação foi extraviada e, na última, a pesquisa não foi permitida.

Em Flores da Cunha, antigo distrito de Caxias do Sul, das cooperativas que ali existiram, São João, 03 de Outubro, Octávio Rocha, Trentina e Santo Antônio, somente foram preservados documentos desta última. Isto devido à incorporação destas em uma só - Cooperativa Vinícola Santo Antônio - restando portanto, somente livros de atas desta última.

Os mesmos tipos de documentos foram localizados nas cooperativas Forqueta, Distrito de Caxias do Sul (1929-1936), Travessão Victor Emanuel (1931-1936), Linha Jacinto (1931-1936) e São João (1931-1936). As demais cooperativas de Nova Vicenza (Farroupilha) e Cooperativa Emboaba de Nova Milano tiveram seus documentos incinerados e extraviados.

Criado um código para cada cooperativa, os dados foram agrupados em um único arquivo dividido nos seguintes assuntos: atas de fundação; balanços; Central das Cooperativas; impostos; Instituto Riograndense do Vinho; Cooperativas x Sociedade; patrimônio das Cooperativas e reconhecimento oficial.

Os demais documentos, sejam aqueles classificados como fontes impressas, passíveis de utilizar métodos reprográficos (xerox) e aqueles intitulados fontes complementares, foram enquadrados no catálogo de documentos arrolados para estudo, conforme seu período, considerando-se também para registro, o autor e assunto.

A dificuldade encontrada relativa às fontes, além da já citada ausência de documentos, repetiu-se com a documentação referente ao Sindicato Vitivinícola do RS. Conforme depoimento de José Moraes Vellinho, antigo diretor, o Sindicato teve sua documentação incinerada.

Quanto a Sociedade Vinícola Riograndense Ltda., tivemos o acesso ao seu arquivo vedado pela atual diretoria. O procedimento adotado foi a utilização de fontes de imprensa e documentos avulsos.

Outro aspecto a considerar diz respeito à documentação das empresas comerciais e industriais. As três grandes empresas privadas vitivinícolas, Luiz Antunes & Cia., fundada em Caxias do Sul em 1919 com a denominação Adega São Luis, as indústrias Eduardo Mosele & Cia. (1936) e Luis Michielon & Cia. (1930) possuem sua documentação sob guarda do Arquivo Histórico Municipal de Caxias. Entretanto, ainda não foram colocadas à disposição dos pesquisadores, por absoluta falta de condições para triagem e classificação. Com relação à mais antiga cantina, de propriedade de Antonio Pieruccini, criada em 1898 e desativada em 1927, não foi possível localizar sua documentação.

CAPÍTULO I

O COOPERATIVISMO VINÍCOLA EM SUA PRIMEIRA FASE (1911-1914)

I.1 - VITIVINICULTURA NA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA

O cultivo da uva e a fabricação do vinho, na região de colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul, está intimamente ligado a história da imigração italiana.

Entretanto, os primeiros cultivadores de videiras no Estado, não seriam italianos mas sim franceses e açorianos, ambos estabelecidos próximos as atuais cidades do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Posteriormente, no início do século XIX, com a imigração alemã a produção vinícola estendia-se para novas áreas próximas a São Leopoldo, vales do rio Caí, Taquarí e Jacuí (1).

Com a imigração italiana a partir da década de 70 do século passado, novo deslocamento da vinicultura, desta vez para a extensão territorial situada ao norte da zona

(1) GOBBATO, Celeste. O cultivo da videira e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul. In: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.403-405.

de colonização alemã (vide mapa na página

Nesta área o cultivo de videiras foi desenvolvido com bacelos oriundos da Europa, trazidos pelos italianos. Posteriormente, diante da não adaptação das variedades européias às condições climáticas locais, substituíram-nas pelas variedades Isabel e Concord, cultivadas pelos colonos alemães (2).

Dentre as duas variedades a Isabel foi a mais difundida, embora não comparável em qualidade às européias, permitindo a produção de grandes quantidades unitárias de uvas e propiciando um surto vitivinícola na região (3).

Assim, nos anos imediatos ao início da imigração, a vinicultura destacava-se entre a produção local. Em 1881, na realização da 1ª Exposição Agro-industrial da Colônia Caxias, eram expostas, garrafas contendo vinho tinto, branco e graspa (aguardente de vinho), ao lado de outros produtos da lavoura, além de ferramentas agrárias, utensílios domésticos e industriais de produção local (4).

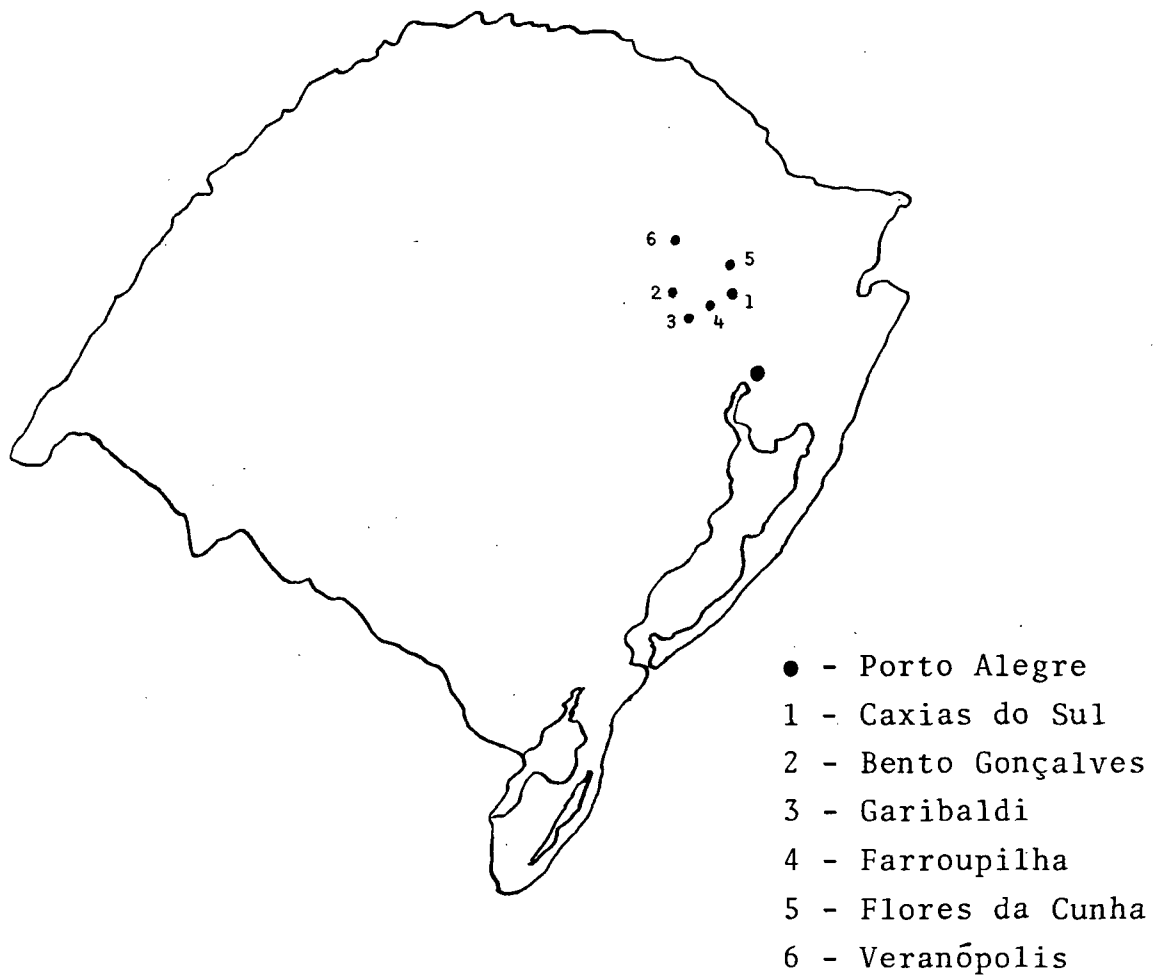
Em 1883, o vinho colocava-se como um dos principais produtos da economia local. Conforme o Diretor da Colônia Caxias em correspondência enviada ao Presidente do Estado, entre

(2) RODRIGUES, J. Subsídios para a história da uva e do vinho. Caxias do Sul, Ed. S. Miguel, 1970, p.40-41.

(3) GOBBATO, Celeste. Op. cit. p.403.

(4) RODRIGUES, J. Op. cit. p.41.

MAPA: Municípios da região
de colonização italiana



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, SERGRAF, 1977, 5.v.

"(...) 400 mil sacos de milho, vinte mil sacos de trigo, 10 mil sacos de centeio, mil sacos de cevada, 20 mil sacos de feijão e de 3 mil quilos de linho, foram fabricados 5 mil pipas de vinho, cada uma com capacidade média de 480 litros".(5)

A intensificação do cultivo da uva na região, contava com o apoio de autoridades locais. Este apoio explicava-se por dois aspectos, seja enquanto viabilizava a economia local e consequentemente do Rio Grande do Sul, seja ao tornar-se fator de propaganda para a imigração no Estado e no país.

Em 1885, o Engenheiro-Chefe e Diretor da ex-Colônia Caxias, Manuel B. Gões, requisitava a utilização de uma área no logradouro público, para ali desenvolver a "indústria de preparar o vinho"(6).

Sem declarar a forma como seria efetuada a utilização daquele local, salientava a existência da produção vinícola na ex-Colônia. Continuava afirmando ser de

"(...) de toda utilidade para Caxias, que muito mais prosperará com a exportação de vinho bem preparado".(7)

A mesma avaliação da importância da vitivinicultura era realizada pelo agente consular italiano no Brasil. Em 1892, o vinho surgia como principal produto na ex-Colônia Caxias e das ex-Colônias Conde D'Eu (Garibaldi) e Dona

(5) RODRIGUES, J. Subsídios para a história da uva e do vinho. Caxias do Sul, Ed. S. Miguel, 1970, p.43.

(6) Idem.

(7) Idem.

Isabel (Bento Gonçalves), figurando ao lado de produtos como o milho, trigo e feijão ⁽⁸⁾.

Determinada sua importância, a cultura sofria uma expansão horizontal, verificada na tendência crescente das exportações de vinho no Estado ⁽⁹⁾. Ocupando espaços maiores nos terrenos das pequenas propriedades, organizava-se a cultura das vides e a produção de vinhos.

Naquelas propriedades, dentro dos moldes da produção doméstica seria efetuada a produção vinícola. Os colonos utilizando a mão-de-obra familiar produziam os vinhos de forma artesanal. Nas cantinas domésticas, a uva era manipulada de forma empírica sem auxílios técnicos, baseado em processos rudimentares ⁽¹⁰⁾.

No momento em que finalizava a transformação da uva em vinho, começava o desempenho do comerciante.

O itinerário da produção, principiava com sua saída do alto da Serra em cargueiros que se dirigiam até São Sebastião do Caí e Montenegro e dali, eram embarcados por via fluvial, até a capital do Estado ⁽¹¹⁾.

(8) RAPPORTI DI R.R. AGENTI DIPLOMATICI E CONSOLARI: EMI- GRAZIONE E COLONIE. Roma, Tip. Nazionale, 1893. p. 117, 118 e 122.

(9) Em 1893, a exportação vinícola atinge 99.064 litros, em 1894, 103.718, em 1895, 138.206, em 1896 e 1897, são 195.945 e 185.958 litros, respectivamente. GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola no RS (1873-1973). Manuscrito.

(10) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Porto Alegre, Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922, p.249.

(11) GOBBATO, Celeste. O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul. Op. cit. p.406.

Efetivando a mercantilização, os comerciantes permitiam a reprodução da força de trabalho e a continuidade da produção. Ao mesmo tempo, lhes era possível centralizar o excedente na medida em que controlavam a comercialização dos produtos.

No início do século, a presença do comércio como atividade econômica era significativa.

Em 1899, o número de casas comerciais existentes no município de Caxias, chegava a 39 ⁽¹²⁾. Um dado significativo se comparado a quantidade de estabelecimentos industriais-artesanais (ver tabela página 50).

Nestas casas, compreendidas como casas de negócios de secos e molhados, louças, ferragens e fazendas, o vinho era negociado como gênero colonial. No entanto, a presença dos produtos da colônia, obrigavam o comerciante ao pagamento de uma taxa adicional além do imposto como casa comercial ⁽¹³⁾.

(12) LIVROS DE IMPOSTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES. Caxias do Sul, 1899, 1903-1929, 1932.

(13) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE ALFREDO SOARES DE ABREU. Caxias do Sul, s.c., 1902-1903, s.p.

Tabela 1

Estabelecimentos comerciais e industriais - Caxias (1899, 1903-1910)

A N O S	1899	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
ESTABELECIMENTOS									
Casas comerciais	39	42	40	35	40	42	34	36	39
Botequins, cafês e jogos	8	22	21	14	18	19	26	31	30
Farmácias e drogarias ..	2	4	4	3	4	3	5	4	4
Padarias e docerias	6	7	7	6	6	6	6	5	8
Sapatarias	11	10	7	8	8	12	11	19	20
Tanoarias	1	1	1	1	1	1	1	2	2
Marcenarias e carpintarias	6	8	8	6	10	11	6	9	9
Ourivesarias e marmorarias	1	3	3	3	2	4	5	6	7
Oficina de fundição e ferraria	3	3	4	4	4	6	8	7	10
Oficina de funilaria ...	1	3	3	2	2	3	3	?	5
Fábrica metalúrgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábrica de licores	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Fábrica de salames e banha	-	1	1	2	2	4	2	6	3
Fábrica de gasoso e cerveja	1	-	1	1	1	1	1	1	1
Fábrica de sabão	1	2	1	1	1	1	1	1	1
Fábrica de massas	-	1	1	-	-	-	-	1	1

Fonte: Livros de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1899, 1903-1929, 1932.

Sem considerar a especialização deste comerciante no ramo vinícola, tornava-se vinicultor na medida em que sua prática envolvia o recolhimento e o embarrilhamento da produção elaborada pelos colonos-viticultores. Gradualmente, interviria sobre aquele produto.

Sua intervenção efetuava-se através dos denominados cortes para a formação de um tipo único. Este beneficiamento através da mistura de diferentes tipos de vinho, justificava-se em decorrência dos vinhos altos de cor ou baixos de acidez que deveriam ser combinados ao serem embarrilhados⁽¹⁴⁾:

Apesar de sua interferência na produção e como tal sua configuração como "fabricante"⁽¹⁵⁾ de vinho já que beneficiador da matéria-prima, o papel do comerciante-vinicultor definia-se muito mais na intermediação do que propriamente na produção.

Descrevendo as "cantinas" e/ou depósitos de vinho na década de vinte, Celeste Gobbato, mostrava o simplificado processo a que era submetido o produto naqueles estabelecimentos.

"(...) uma vez tratado o vinho com o colono e estabelecido seu preço, o líquido fica na cantina colonial até a época de sua expedição.

Somente então é transportado em quintos que às vezes, vão diretamente à estação da estrada de ferro para o embarque. Em outras ocasiões, é reunido no depósito do negociante (...) misturado com outros (...) e preparado para a expedição".⁽¹⁶⁾

(14) Depoimento de Arthur Rech.

(15) PESAVENTO, S.J. RS: Agropecuária colonial e industrialização. Op. cit., p.45.

(16) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Op. cit., p.263.

Apesar da avaliação ser realizada nos anos vinte deste século, o autor afirmava ser este sistema de tratamento do produto, uma situação antiga na vitivinicultura. A existência das "cantinas dos negociantes", que conforme Gobatto não poderiam ser caracterizados como tal e sim, como simples depósitos vinícolas para armazenamento, apresentava-se desde o início do século⁽¹⁷⁾.

Quadro 1
Exportação de vinhos (1898-1910)

ANO	QUANTIDADE EM LITROS
1898	195.945
1899	185.938
1900	187.096
1901	200.926
1902	288.265
1903	494.295
1904	875.383
1905	2.092.417
1906	2.984.345
1907	2.890.579
1908	3.556.853
1909	3.190.182
1910	3.552.723

Fonte: Relatório do Diretor Geral e demais diretores do Tesouro do Estado apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, 1909-1910.

Assim, a organização da vitivinicultura definia-se sobre um sistema de produção e comércio baseado na complementaridade de funções entre colonos-viticultores, produtores de vinho e comerciantes-vinicultores, proprietários de estabelecimentos onde era realizado o armazenamento e a exportação do produto.

Este sistema manteve-se e demonstrava sua eficácia pelos índices das exportações de vinho no Estado desde o final do século.

O primeiro entrave ao funcionamento daquelas relações entre colonos e comerciantes aconteceria na primeira década do século, onde a problemática em torno do setor demandaria a ação dos grupos envolvidos. Neste momento registrava-se a palavra do colono-viticultor e a solução apresentada por autoridades estaduais.

I.2 - O MOVIMENTO COOPERATIVO:

"TODOS POR UM E UM POR TODOS"

(1911 - 1914)

Em março de 1911, produtores de Caxias enviam ao governador do Estado um documento conhecido como "memorial dos vinicultores". Neste memorial, expunham a situação da vitivinicultura local, considerada a principal atividade econômica que vinha apresentando grande progresso e desenvolvimento. Porém, queixavam-se os vinicultores de que

"Quando agora procuramos fazê-la atingir ao seu completo aperfeiçoamento, pezarosos a encontramos em estado desolador; estado esse, unicamente, devido aos procedimentos criminosos de certos indivíduos estabelecidos na capital do Estado e também aqui na região colonial. Taes especuladores, que só visam enriquecerem rapidamente a custa de fraudes perniciosas, há muito adoptaram a resolução de adulterarem o vinho nacional com álcool, água e materiaes corantes, que o laboratório de hygiene não pode descobrir".(18)

(18) MEMORIAL QUE OS VINICULTORES DO MUNICÍPIO DE CAXIAS APRESENTAM AO EXMº SR. DR. CARLOS BARBOSA, PRESIDENTE DO ESTADO. Caxias, 09 de março de 1911.

O documento tornava-se uma denúncia a falsificação do vinho. Adulteração realizada com a adição de determinados produtos ou ainda a mistura de vinhos apodrecidos com outros de boa qualidade. O resultado era

"(...) a falsificação do precioso líquido que assim está perdendo o credito nas praças consumidoras.

Em face do exposto, concordará V. Exa. ser inevitável a morte de nossa industria vinícola, trazendo como consequencia a miséria para nossos lares, pois della é que auferimos os meios de subsistência".(19)

Denunciar as fraudes consistia em um aspecto deste documento, o outro era a sugestão de medidas para a solução dos problemas.

"1º - Abolição completa do monopólio dos vinhos na praça de Porto Alegre;

2º - Que o vinho seja remetido diretamente d'aqui aos compradores da mencionada praça (Porto Alegre) sendo proibida a baldeação dos quintos para toneis e depois outra vez posto o vinho nos quintos;

3º - Que só possa ser vendido com a marca das fábricas estabelecidas na zona colonial ou dos verdadeiros vinicultores;

4º - A criação na cidade de Caxias, de um laboratorio de analyses dirigido por um anologo competente que não procure no vinho unicamente a materia corante e o grau alcoolico e sim o extracto secco, afim de evitar-se a adulteração por meio da agua;

5º - Que no fim da safra das uvas sejam fiscalizadas por pessoa competente, todos os estabelecimentos productores, examinados os livros das compras de uvas e os recibos passados pelos vendedores(...);

6º - Que os exportadores sejam obrigados, no fim de cada mez, a apresentar seus livros de compras e vendas conjuntamente com os respectivos recibos;

(19) MEMORIAL QUE OS VINICULTORES DO MUNICÍPIO DE CAXIAS APRESENTAM AO EXMº SR. DR. CARLOS BARBOSA, PRESIDENTE DO ESTADO. Caxias, 09 de março de 1911.

- 7º - Proibição das vendas do vinho fraco de alcool, sem cor e pôdre(...);
8º - Que o vinho novo sô possa ser exportado do mez de junho em diante, devido a sua fermentação dando causa a ficar turvo".(20)

O documento vinha assinado por quatro elementos ditos vinicultores residentes em Caxias, são eles, Ernesto Casara, Giacinto Adamatti, João Caregnato e João Antonio, cujo nome não pode ser identificado.

Nos livros de impostos sobre indústrias e profissões de Caxias nos anos de 1910 e 1911, os três primeiros aparecem como sujeitos ao imposto pessoal. Esta taxa era paga por "todas as famílias do município que tiverem economia própria e não estejam sujeitas à decima urbana(...)" (imposto pago pelos residentes na zona urbana)⁽²¹⁾

Sem qualificá-los como comerciantes de vinho ou outros gêneros, pois isentos de outro tipo qualquer de tributo, pode-se afirmar que os autores do referido documento eram, colonos-viticultores, ou pequenos proprietários rurais, produtores de uvas e vinho.

Considerando-se os dois aspectos do documento, percebe-se inicialmente uma preocupação com as fraudes praticadas sobre o produto. O que poderia ser considerado como a problemática principal do setor naquele momento.

(20) MEMORIAL que os vinicultores do município de Caxias apresentam ao Exmº Sr. Dr. Carlos Barbosa, Presidente do Estado. Caxias, 09 de março de 1911.

(21) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Municipal Engº Serafim Terra. Caxias, 1906, p.33.

Destas adulterações eram acusados tanto comerciantes da zona colonial (no caso Caxias), como exportadores estabelecidos em Porto Alegre.

Com referência a esta problemática, opinava Ricardo Machado, Diretor da Diretoria de Higiene do Estado e uma seção da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas, responsável por uma avaliação do memorial entregue ao governador do Estado⁽²²⁾.

Para ele, era infundada a acusação de fraude executada pelos comerciantes da capital. Escrevia o Diretor, que estes realizavam o beneficiamento do vinho proveniente de Caxias, a fim de uniformizar os tipos. Tal procedimento se dava, porque o conteúdo dos barris enviados para Porto Alegre, tratava-se de vinhos provenientes de fabricação diversa e como tal, exigiam tratamento para uniformização⁽²³⁾.

Continuando, referindo-se ao artigo segundo o memorial, dizia ser indispensável o transbarrilhamento dos vinhos também devido ao estado precário dos vasilhames. No entanto, quando bem elaborado e acondicionado

"(...) como acontece com as firmas O. Franzoi e O. Braguirolli, que além de possuírem boas cantinas formadas por profissionais importão os cascos novos então sim torna-se inútil o intermediário. Os productos destas duas fábricas são exportados nas condições em que saem das cantinas".⁽²⁴⁾

(22) INFORMAÇÃO referente ao memorial apresentado a S. Exa. Dr. Presidente do Estado por viticultores do Município de Caxias, Dr. Ricardo Machado. Porto Alegre, 30 mar., 1911.

(23) Idem.

(24) Ib. Idem.

A questão parecia não residir apenas na identificação de quem seriam os fraudadores, já que o beneficiamento do produto era procedimento realizado tanto por comerciantes-vinicultores na zona colonial, quanto pelos da capital do Estado.

A adulteração abria margem para a discussão em torno da vitivinicultura e como tal argumentava-se para reivindicar. Assim, imediatamente surgia a idéia de fiscalização e a partir dela a criação de um laboratório de análises em Caxias. Assim, pretendiam que se fortalecesse a fiscalização, não somente no aspecto enológico mas também em proveito da contabilidade das casas comerciais da zona colonial.⁽²⁵⁾

A denúncia de fraude conformava-se como a tentativa de centralizar em Caxias o controle sobre a comercialização dos vinhedos, eliminando o intermediário da capital do Estado. Abria-se caminho para a comercialização direta entre a zona produtora e os mercados consumidores.

A avaliação feita por Ricardo Machado no que dizia respeito a criação de um laboratório enológico em Caxias, informava que

"Concordo em termos com este pedido; e digo em termos porque tão atrasado é ainda o lucro vinícola da zona colonial que se fosse dado o Rei que perdeu as rãs, sério risco correria a nascente industria".⁽²⁶⁾

(25) MEMORIAL que os vinicultores do Município de Caxias apresentam ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa, Presidente do Estado. Caxias, 09 Mar., 1911.

(26) INFORMAÇÃO referente ao memorial apresentado a S.Exa. Dr. Presidente do Estado por viticultores do Município de Caxias, Dr. Ricardo Machado. Porto Alegre, 30 Mar., 1911.

Para o diretor da higiene no Estado, antes da montagem de um laboratório seria preciso a aprendizagem por parte dos produtores de bons processos de fabricação dos vinhos. O máximo a realizar antes disso, seria a criação de uma estação fiscal orientada nos moldes de ação do laboratório de análises de Porto Alegre⁽²⁷⁾.

Esta estação fiscal diferia da já existente seção do Laboratório de Análises, que funcionava em Caxias desde fevereiro de 1904, sob a responsabilidade do farmacêutico italiano Hugo Luciano Ronca. Sua função consistia na realização de exames em amostras de vinhos produzidos em Caxias, enviando seu parecer para a direção do laboratório em Porto Alegre⁽²⁸⁾.

A falta de registros sobre aquela seção local não permite conhecer sua funcionalidade, ao que parece a análise dos vinhos não era realizada de forma sistemática e sim a partir da solicitação de negociantes ou produtores. Assim procedia Ronca, no exame que realizou sobre amostras das 200 medidas de vinho do colono José Pedron e adquirido pelo comerciante Caetano Costamilan

"(...) tendo empregado no exame varios processos entre elles o indicado por Etienne Bastide da coloração da lã, processo muito caracteristico; destas analyses resultou que dicto vinho presenta algumas duvidas sobre sua pureza.

(27) INFORMAÇÃO referente ao memorial apresentado a S. Exa. Dr. Presidente do Estado por viticultores do Município de Caxias, Dr. Ricardo Machado. Porto Alegre, 30 Mar., 1911.

(28) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Serafim Terra. Caxias, 1905, p.08.

Conforme accordo com o diretor do laboratorio do Estado (...) acho conveniente e necessario remetter ao dicto laboratorio as duas amostras do dito vinho suspeito (...) para serem analisados no laboratorio do Estado e saber se pode ser exportado para Porto Alegre".(29)

Este documento aproximava-se da avaliação do diretor de higiene do Estado, quanto a qualidade do produto, resultado de processos nem sempre adequados de fabricação.

O combate a estes métodos inadequados por sugestão de Machado seria realizado através do ensino de bons processos de elaboração de vinhos, fornecidos por enólogos mantidos na zona colonial pelo governo do Estado⁽³⁰⁾.

De um lado pretendia-se solucionar o problema do "mau produtor", através de ensinamentos enológicos e de outro, sugeria-se o boicote do produtor a venda dos vinhos ao "mau comerciante" ou ainda, a organização de cooperativas de vendas⁽³¹⁾.

A sugestão de Machado ao indicar a criação de cooperativas de vendas, residia na consideração do memorial, como manifestação da "(...) revolta do productor parasitado pe-

(29) OFÍCIO enviado ao Intendente Municipal pelo analista da secção de higiene, Hugo Luciano Ronca. Caxias, 09 Fev., 1904.

(30) INFORMAÇÃO referente ao memorial apresentado a S. Exa. Dr. Presidente do Estado por viticultores do Município de Caxias, Dr. Ricardo Machado. Porto Alegre, 30 Mar., 1911.

(31) Idem.

lo intermediário"⁽³²⁾. E como tal, sugeria a organização dos produtores, sobre a atividade comercial, eliminando as sim a intermediação.

O cooperativismo não era uma experiência nova no Rio Grande do Sul. Desde o início do século, o padre suíço Theodoro Amstad, desenvolvia na zona de colonização alemã, mais especificamente no município de Nova Petrópolis, a co operação. Fundou em 1902, as "Caixas Rurais Raiffeisen"⁽³²⁾.

Estas caixas, organizadas dentro do sistema Raiffeisen, bastante difundidos na Europa, funcionavam como caixas econômicas e de crédito. Tornando-se locais para depósitos de economias que depois poderiam ser repassados na forma de empréstimos aos associados⁽³³⁾.

Na zona de colonização italiana, em 1910, iniciava-se através do jornal "Il Colono Italiano", pequenos esclarecimentos sobre o que era cooperativismo. Definido como:

"(...) uma sociedade de diversas pessoas que todas em accordo aplicam unidas um capital ou apenas a materia-prima para a formação de uma industria social, que possa dar certo interesse que depois venha repartido entre os socios em proporções ao capital e a materia-prima que qualquer socio tenha contribuido à sociedade".⁽³⁴⁾

(32) NEIS, Pe. Rubem C., Pe. Theodoro Amstad. In: Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no RS. São Leopoldo, Rothermund, 1976, p. 251.

(33) ULIEBERG, Dr. Emilio. Conferência apresentada no 2º Congresso Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1908, p.5-7.

(34) LE COOPERATIVA. Il colono italiano. Garibaldi, 16 Jul., 1910, p.4.

Neste sentido não era de estranhar o pronunciamento do presidente do Estado do RS, no ano de 1911, após receber uma comissão de Caxienses solicitando providências à problemática do setor vinícola:

"(...) impedir as adulterações mais do que o governo, os possuíis vós, ó agricultores; somente associando-vos e constituindo cooperativas, podeis bem defender os vossos productos, deles auferindo maior proveito. O governo poderá vos apoiar, facilitar o vosso trabalho com leis e medidas adequadas, mas a iniciativa deve partir de vós que precisais garantir os vossos próprios interesses".(35)

A idéia de organizar cooperativas, já circulava no meio governamental, desde anos anteriores a apresentação do memorial.

No relatório apresentado ao presidente do Estado Borges de Medeiros em 1908, o Secretário dos Negócios da Fazenda, afirmava serem as sociedades, cooperativas e sindicatos agrícolas, fundamentais para que em curto prazo fossem removidas as dificuldades e fosse levado o progresso aos centros agrícolas⁽³⁶⁾.

A sensibilidade para o cooperativismo fazia-se sentir também no âmbito federal do governo. Pedro Toledo, Ministro da Agricultura em 1911, realizou uma analogia entre as experiências vividas por outras nações relativas ao coope-

(35) COOPERATIVISMO: Um por todos, todos por um. Pioneiro. Caxias, 19 Nov., 1977, p.15.

(36) RELATÓRIO apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, Globo, 1908, p.20.

rativismo, destacando-as como saída para o desenvolvimento agrícola e comercial⁽³⁷⁾. Para o ministro, o sistema cooperativo seria um entre os aparelhos para a organização econômica

"(...) cujo segredo principal de seu sucesso consiste na facilidade com que eliminam os intermediários inúteis, considerados os parasitas insociáveis do trabalho dos produtores".⁽³⁸⁾

Segundo L. Kliemann, em seu trabalho "RS: Terra e Poder", a defesa do cooperativismo orientava-se na política de diversificação da economia gaúcha. Política esta, presente no programa do Partido Republicano Riograndense e na Constituição estadual de 1891⁽³⁹⁾.

Para a autora a criação de cooperativas e sociedades associativas explica-se através do que denomina "Nova Ordem", definida no ideário positivista gaúcho. Nesta era considerada a "(...) diversificação da produção, a abertura de novos mercados e o crescimento da pequena propriedade (...) criação de créditos e prêmios rurais, escolas agrícolas, cooperativas e associações de classe"⁽⁴⁰⁾.

(37) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. p.296. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colinização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, 523p.

(38) Idem, p.296.

(39) KLIEMANN, Luiza M.S. RS: terra e poder. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, 173p.

(40) Idem, p.48.

Definia-se o momento para o cooperativismo na região de colonização italiana a partir da problemática denunciada através do "memorial dos vinicultores". Apesar de não ter sido considerada pelos autores do documento a cooperação como solução aos problemas do setor, aquele memorial suscitou junto ao governo estadual a preocupação com a vitivinicultura.

Um setor que apresentava índices de crescimento em suas exportações desde 1902 (vide gráfico página 50). Crescimento explicado, conforme L. Giron, pelo aumento das áreas de plantio de videiras em detrimento de outros produtos agrícolas como o trigo, milho, feijão e arroz e também, pelo aumento dos mercados de consumo da produção vinícola. O vinho gaúcho desde o final do século XIX, era exportado para São Paulo e Rio de Janeiro⁽⁴¹⁾.

Considerando-se estes fatores que apresentavam-se na primeira década do século, importância da vitivinicultura para a economia local e regional, a problemática vivida pelo setor apresentada ao governo estadual pelos produtores e a solução aventada ou seja, o cooperativismo, pode-se delinear o cenário sobre o qual desenvolveria-se o movimento cooperativo em sua primeira fase.

Os autores do memorial identificados como produtores de vinhos ou colonos-viticultores, denunciavam a situação negativa para o setor, ocasionada essencialmente pela frau

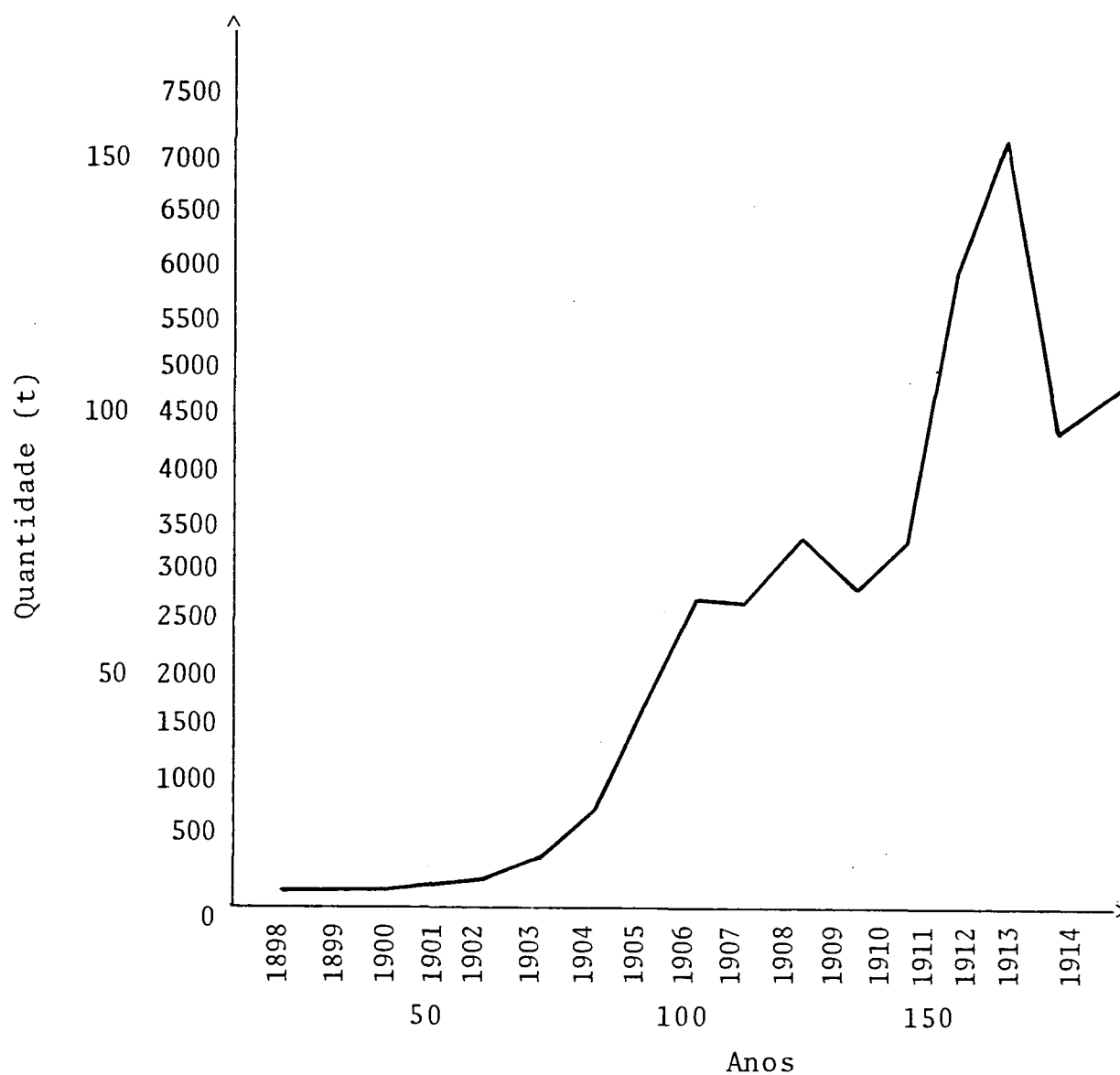
(41) GIRON, Loraine S. O cooperativismo vinícola no RS. (1873-1973). Manuscrito. p.40.

de da qual eram acusados os intermediários.

A avaliação do governo considerando a ação de alguns "maus comerciantes" mas também, o inadequado procedimento de produção adotado pelos colonos-viticultores, transformados em vinicultores no momento em que fabricantes de vinhos.

A tudo somava-se o silêncio dos intermediários ou os comerciantes-vinicultores naquele momento. Em períodos anteriores este manifestava-se na defesa do setor, através de sua organização classista a "Associação dos Comerciantes de Caxias", fundada em 1901.

Gráfico 1
Exportação de vinho no RS (1898-1914)



Fonte: Relatórios apresentados ao Governo do Estado do RS pela Secretaria dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, 1908-1914.

No ano seguinte a fundação da associação, a falsificação dos vinhos aparecia como um dos problemas da vitivinicultura. Como medida entendiam os comerciantes, enviar um ofício à Junta de Higiene em Porto Alegre, exigindo um certificado de qualidade dos vinhos provenientes de Caxias e examinados pelo Laboratório de Higiene do Estado.

O silêncio no momento do cooperativismo em parte explicava-se pela interrupção das atividades da associação em 1907, somente retomando seus trabalhos em 1912⁽⁴²⁾, período em que já desenvolvia-se em Caxias o movimento cooperativo.

No entanto, a sugestão do governo estadual na formação de cooperativas de vendas afetaria a ação dos comerciantes-vinicultores mas sua ausência na discussão em torno da aplicação do cooperativismo não significa sua ausência da organização cooperativa.

Para a divulgação e organização de cooperativas na região colonial italiana, o governo federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, contratou o advogado italiano Giuseppe D'Stéffano Paternó⁽⁴³⁾.

(42) LIVROS de Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias de Assembléia Geral da Associação dos Comerciantes de Caxias, 1901-1936.

(43) MONSERRAT. J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.296.

Tratava-se de pessoa com experiência tendo participado de atividades cooperativas na Itália e orientado a organização de cooperativas no Paraguai⁽⁴⁴⁾.

Paternô foi enviado ao Rio Grande do Sul, como emissário especial da Sociedade Nacional de Agricultura, sediada no Rio de Janeiro, junto ao Centro econômico do RS e à Sociedade Rural de Pelotas⁽⁴⁵⁾. Ao chegar em Porto Alegre, em 01 de setembro de 1911 realizou uma conferência abordando o programa da Sociedade Nacional de Agricultura, a imigração e a colonização dos estados do sul do Brasil, fez propaganda da organização cooperativa como fator de progresso agrícola e industrial, além de uma análise da economia brasileira⁽⁴⁶⁾. Organizou também a cooperativa agrícola e a caixa de crédito rural, na localidade de Vila Nova em Porto Alegre⁽⁴⁷⁾.

Para Caxias do Sul, Paternô encaminhou-se em fins de setembro. Considerado "homem de lúcida inteligência" e utilizando seu "dom de orador fluente"⁽⁴⁸⁾, iniciou suas atividades dirigindo a seguinte fala aos colonos e comerciantes:

(44) L'OPERA feconda dei cattolici nel Trentino. Il colono italiano. Garibaldi, 12 Out., 1912, nº32, p.1.

(45) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona da colonização italiana. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.296.

(46) PATERNÔ, Dr. S. Cooperativas agrícolas. O Brazil. Caxias, 30 Ago., 1911, nº138, p.1.

(47) MONSERRAT, J. Op. cit., p.297.

(48) GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. IN: Album Della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande Del Sud. (1875-1925). s.l.,s.c.,s.d.,p.195-243.

"Hoje vos compete assumir uma nova marcha com a união fraternal de todos por um e um por todos, para valorizar os produtos legítimos da nossa terra, ganhar os mercados de consumo, emancipando-vos dos estrangulamentos do comércio ilícito e da usura, desfrutador de vossos esforçados trabalhos".(49)

Baseado nas suas experiências anteriores, procurou implantar na região italiana do RS, o modelo de cooperativismo adotado em Trento na Itália. Este modelo consistia na fundação de uma federação de cooperativas, caixa de crédito rural, objetivando a organização de um banco agrícola, além da organização de cooperativas de consumo, comércio e indústria, para beneficiamento da produção agrícola⁽⁵⁰⁾.

A cooperativa agrícola de Caxias do Sul e caixa de crédito rural desta cooperativa, foram instaladas em 01 de outubro de 1911⁽⁵¹⁾.

A caixa de crédito rural, fundada em Caxias do Sul, reuniria em sua diretoria, representantes das demais cooperativas e caixas rurais do interior⁽⁵²⁾. Todas juntas formariam a caixa de crédito central com sede em Porto Alegre⁽⁵³⁾. O que propunha Paternô, era a organização de uma

(49) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.297.

(50) L'OPERA feconda dei cattolici nel Trentino. Il colono italiano. Garibaldi, 12 Out., 1912, nº32, p.1.

(51) ACTA da Cooperativa Agrícola de Caxias. O Brazil. Caxias, 06 Out., 1911, nº143, p.1.

(52) CORRIERE delle colonie. Il colono italiano. Garibaldi, 28 Out., 1911, nº34, p.2.

(53) MONSERRAT. J. Op. cit. p.297.

caixa econômica, formada através das economias acumuladas pelos próprios cooperados, cujo crédito seria repassado na forma de financiamento com o objetivo de

"(...) promover e desenvolver os interesses morais e materiais de seus associados, facilitando-lhes os capitais de que carecem nas melhores condições de pagamento e a juros os mais baixos possíveis para o custeio de suas propriedades rurais e aperfeiçoamento dos respectivos productos". (54)

Este complexo formado por cooperativas e caixas de crédito, seria ainda alicerçado por uma federação cooperativista, além da organização de uma cooperativa central dos agricultores do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Para suprimir o intermediário previa a organização da sede das cooperativas em Porto Alegre e Pelotas, locais ideais para o escoamento da produção⁽⁵⁵⁾.

Com estas diretrizes, Paternô orientou a organização da primeira cooperativa: a Cooperativa Agrícola de Caxias. Na ocasião da fundação, Sylvio Ferreira Rangel, presidente da Sociedade Nacional da Agricultura afirmou que com este ato estavam os produtores e o governo estadual e municipal lançando

(54) ACTA de instalação da caixa de crédito rural de Caxias. *O Brasil*. Caxias, 12 Out., 1911, nº144, p.2.

(55) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: *Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS*. Porto Alegre, Globo, 1950, p.298.

"(...) a primeira pedra do edifício de sua emancipação econômica, que a união dos agricultores de Caxias (...) será a força formidável ante a qual recuará lúcida a especulação impiedosa dos parasitas(...)".(56)

Tendo Caxias como centro de ação, Paternô inicia suas viagens ao interior organizando na localidade de Nova Trento e Nova Pádua duas cooperativas agrícolas⁽⁵⁷⁾.

Em 1911, o movimento atinge Antônio Prado, Ana Rech, São Marcos, São Caetano e Linha Marcílio⁽⁵⁸⁾. Em 1912, tem-se notícias de cooperativas em Alfredo Chaves, Nova Milano, Nova Vicenza, Guaporé, Bento Gonçalves e Garibaldi, além de Monte Vêneto e Nova Bassano⁽⁵⁹⁾. No total são 16 cooperativas, criadas entre 1911 e 1913, atingindo os municípios da região⁽⁶⁰⁾.

(56) ACTA de instalação da cooperativa agrícola de Caxias. O Brasil. Caxias, 06 Out., 1911, nº143, p.1.

(57) O cooperativismo. O Brasil. Caxias, 12 Out., 1911, nº144, p.2.

(58) CORRIERE delle colonie. Il colono italiano. Garibaldi, 28 Jun., 1911, nº34, p.2.

(59) COOPERATIVISMO. O Brasil. Caxias, 14 Jan., 1912, nº155, p.1.

Agli agricoltori cooperativisti di Caxias, Nova Trento, Nova Vicenza, Nova Milano, Nova Pádua, Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Bassano, Monte Vêneto, Guaporé e Villa Nova. Il colono italiano. Garibaldi, 31 Jul., 1913, nº19, p.1.

(60) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.303.

Pode-se somente apresentar dados parciais referentes ao número de cooperados. Em Caxias, entre as cooperativas de Caxias, Nova Trento e Nova Vicenza, são 1.900 associados⁽⁶¹⁾. Em índice pouco significativo se comparado a uma população que em 1910 era superior a 25.000 habitantes em todo o município. Um número geral que não apresenta distinções entre população ativa e inativa e população urbana e rural⁽⁶²⁾.

Entretanto, considerando a expansão geográfica do movimento, atingindo todos os municípios (na época) da região italiana, é possível admitir que Paternô alcançou seus objetivos. Afirmando ser cooperativista militante, possuía por norma de vida um programa por ele delineado, independente das pretensões governamentais para o cooperativismo⁽⁶³⁾.

Ao propagandista foi possível a propagação do seu cooperativismo projetando sua difusão por todos os estados da união⁽⁶⁴⁾.

(61) COOPERATIVE. Il colono italiano. Garibaldi, 14 Dez., 1912, nº 40, p.1.

(62) SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no RS. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.79.

(63) UMA carta do Dr. Stefano Paternô. Cidade de Caxias. Caxias, 23 Dez., 1911, nº26, p.1.

(64) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.298.

No Rio Grande do Sul, a partir da região italiana, Paternó pretendia estender o movimento para outros setores da produção. Esta idéia estava evidenciada na entrevista que concedeu ao jornal carioca "A Noite", transcrita pelo jornal local "O Brasil". Nela, após descrever a situação do cooperativismo na zona de colonização italiana, expunha seus planos em difundir o cooperativismo sobre a atividade pecuária.

"(...) vamos começar na zona pastoril a fundação de bancos populares, começando por Bagé. A organização das caixas de crédito rural e bancos populares é indispensável aos Estados do Brasil nos quaes domina a usura inclemente, que enfraquece e estanca as fontes de trabalho nacional". (65)

A prática dos discursos de Paternó traduzem-se imediatamente após a instalação da Cooperativa Agrícola e da caixa de crédito em Caxias. Organizada a cooperativa em 01 de outubro de 1911, no dia 07 do referido mês, Paternó e Sylvio Rangel preparavam-se para a aquisição de terrenos na extensão de dois a três hectares, próximos a estação férrea de Caxias, para a construção da Cantina Social⁽⁶⁶⁾.

No projeto de construção da cantina pertencente a cooperativa, previa-se capacidade para produção de até 50 mil hectolitros de vinho, possuindo ainda seções para pro-

(65) COOPERATIVISMO. O Brasil. Caxias, 10 Fev., 1912, nº 167, p.1.

(66) FACTOS e notícias cooperativismo. Cidade de Caxias. Caxias, 07 Out., 1911, nº17, p.1.

dução de graspa (aguardente de vinho) e fábrica para cremor de tártaro⁽⁶⁷⁾. Além da produção de salames e presuntos⁽⁶⁸⁾.

Para Paternó, as vantagens da implantação da cooperativa centralizando a produção na cantina cooperativa, consistia na

"(...) emancipação absoluta do comércio vampiro, economia de 30% a 40%, na compra de elementos para a agricultura, direção técnica de enólogos e fruticultores, importação de árvores e ramos de parreira, etc...".⁽⁶⁹⁾

Em 1912, Paternó em entrevista ao jornal "O País", do distrito federal, descreve os trabalhos de construção do prédio da cooperativa de Caxias, cuja adega contaria com 150m², destinada a unificação dos tipos de vinhos. Em localidades como Nova Trento, distrito de Caxias.

"(...) a cooperativa foi fundada em princípios de setembro (1911), contando hoje, quinhentos sócios (...)".⁽⁷⁰⁾

Nesta cooperativa a fabricação seria de vinhos brancos e tintos, além de champagne, conhaque e vermute⁽⁷¹⁾.

(67) O COOPERATIVISMO. Cidade de Caxias. Caxias, 15 Out., 1911, nº18, p.2.

(68) O COOPERATIVISMO. O Brazil. Caxias, 23 Mar., 1912, nº 173, p.1.

(69) O COOPERATIVISMO. Cidade de Caxias. Caxias, 15 Out., 1911, nº18, p.2.

(70) RS. O futuro do estado pela expansão das suas forças econômicas-industriais. O Brazil. Caxias, 03 Fev., 1912, nº166, p.1 e 2.

(71) O COOPERATIVISMO. O Brazil. Caxias, 23 Mar., 1912, nº 173, p.1.

Continuava descrevendo, passando para a cooperativa de Antônio Prado, que estendia-se até

"(...) Nova Treviso, Nova Roma, Castro Alves 4º distrito de Vacaria. São em número de 750 os sócios. Constroem-se um edifício para preparo de manteiga e refinação de banha, e já detinha um posto zootécnico, com touros e porcos das melhores raças. Em Bento Gonçalves, a organização da cooperativa toma enorme incremento, e far-se-á ali uma adega social. Em São Marcos, a adega social comporta 20.500 quintos de vinho. Em Nova Milano, cooperativa para vinhos e banha de porco".(72)

Nota-se que Paternão pretendia abarcar através do cooperativismo outros setores da produção agrícola e pecuária como verifica-se pelo texto acima.

No município de Bento Gonçalves terrenos foram adquiridos

"(...) em torno da grande cascata de Paraty, (...) para a fundação de uma fábrica de tecidos de linho e de seda, começara com o regular número de teares já encomendados (...). Em Borghetto, distrito de Garibaldi, (...) cooperativas para laticínios, principalmente queijos (...), em Santa Bárbara, cooperativas para queijos, tipo suíço (...); em Alfredo Chaves e Guaporé, cooperativa para refinação de banha, em Villa Nova e na Tristeza, a uma légua de Porto Alegre, cooperativa para exportação de uvas, peras e maçãs (...)"(73)

(72) RS: O futuro do estado pela expansão de suas forças econômicas-industriais. O Brazil. Caxias, 03 Fev., 1912, nº166, p.1 e 2.

(73) Idem.

Um projeto ambicioso, assessorado pelo governo estadual, que como previa Paternó, poderia facilitar o movimento cooperativo com leis e medidas adequadas⁽⁷⁴⁾. Isto evidenciava-se com a lei estadual nº 103, de 18 de novembro de 1911, que concedia auxílio às cooperativas nos seguintes termos:

"Art. 1º - Ficam isentos de impostos de transmissão de propriedade, os imóveis adquiridos pelas cooperativas agrícolas para as instalações de suas sedes e estabelecimentos (...)".

Art. 2º - Isentos de impostos por 10 anos as terras e benfeitorias das cooperativas".⁽⁷⁵⁾

Isentas também ficaram de impostos por 10 anos as terras ocupadas por vinhedos, isenção pelo mesmo prazo do imposto de indústrias e profissões, do imposto de exportação, da lenha para combustível e do imposto territorial⁽⁷⁶⁾.

Esta referida lei criava também prêmios em dinheiro pelo prazo de três anos, a contar de janeiro de 1912, às cooperativas que mantivessem "(...) um capital nunca inferior a vinte contos de réis, com cem sócios profissionais"⁽⁷⁷⁾. Estes prêmios variavam conforme o tipo de cooperativa: vitivinícola, frutícola, laticínios, de banha, de engarrafamento de vinhos. Para as cooperativas de crédito

(74) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.295-296.

(75) LEGGE providenziale. Il colono italiano. Garibaldi, 25 Nov., 1911, nº38, p.2.

(76) Idem.

(77) Ib. Idem.

rural, ou as caixas de crédito rural e suas uniões cooperativas de crédito rural, ou as caixas de crédito rural e suas uniões cooperativas, as isenções fiscais estendiam-se a um prazo de 30 anos⁽⁷⁸⁾.

Completando seu projeto, em 1913 era noticiada a chegada a Caxias do Sul, do professor italiano Ferdinando Giroud, contratado pelas cooperativas para assumir sua direção geral no setor de fabricação da banha, salames e demais produtos suínos⁽⁷⁹⁾.

Acompanhavam Giroud, outros técnicos os enólogos italianos Adalgizo Zanellato, Giacomo Bonancini e Guido D'Andrea. A função destes, além da orientação na fase de produção, envolvia a realização de conferências populares e visita às colônias levando ensinamentos para o bom preparo dos vinhos⁽⁸⁰⁾.

Neste panorama de ação cooperativa com apoio dos governos estadual e federal, tem-se definida a primeira fase do cooperativismo no planalto do nordeste gaúcho.

(78) LEGGE providenziale. Il colono italiano. Garibaldi, 25 Nov., 1911, n°38, p.2.

(79) GIROUD, Fernand. O Brazil. Caxias, 08 Jan., 1913, n° 114, p.2.

(80) COOPERATIVISMO. O Brazil. Caxias, 06 Abr., 1912, n° 175, p.1.

COOPERATIVISMO. O Brazil. Caxias, 23 Mar., 1912, n° 173, p.2.

COOPERATIVISMO. O Brazil. Caxias, 14 Jan., 1912, n° 155, p.2.

I.3 - OS PRIMEIROS PASSOS

Cabe agora avaliar os elementos que integraram o movimento cooperativo, encabeçando a diretoria da cooperativa agrícola de Caxias e a caixa de crédito rural.

Um artigo publicado pelo jornal "Independente" com circulação em Porto Alegre e transcrito pelo periódico caxiense "O Brazil", acusava o descontentamento dos comerciantes em relação ao cooperativismo e mais especificamente com Stefano Paternó, seu organizador⁽⁸¹⁾.

A matéria publicada em outubro de 1911, portanto, logo após o início do movimento, afirmava que:

"O commercio da colonia não podia ter ouvido com agrado o mensageiro da Sociedade Nacional de Agricultura, Dr. Paternó, que em sua conferencia em Caxias, aconselhando a fundação de co-operativas de consumo, referiu-se a elle de modo aggressivo.

As co-operativas devem aparecer por toda parte, na zona agricola, como meio de serem resolvidos os seguintes problemas: o crédito agricola, a expansão cultural, o desenvolvimento das indústrias com base na lavoura".(82)

(81) COMMERCIO colonial. O Brazil. Caxias, 12 Out., 1911, nº144, p.1.

(82) Idem.

O jornal da capital explicava sua suposição de que as cooperativas não funcionariam devido a pobreza da região incapaz de sustentá-las.

"As cooperativas de consumo não poderão ser multiplicadas em uma mesma zona, porque suas associações deverão ser organizadas pelas acções e a maioria dos colonos não pode dispôr de dinheiro para adquiri-las".(83)

Colocava-se ao lado do comércio pois conforme afirmava este

"(...) não explora o colono, antes o favorece, porque adianta-lhe o que precisa em generos de consumo e espera pelas colheitas para receber em produtos o valor das dividas".(84)

O jornal local "O Brazil", transcrevendo a matéria e avaliando-a, demonstrava a surpresa diante das colocações. Inicialmente esclarecendo um equívoco o de que não seriam organizadas cooperativas de consumo na região mas sim, de produção e de crédito agrícola. Esclarecia ainda, não mostrar-se hostil ao movimento cooperativo o comércio local, nunca agredido pelos pronunciamentos de Paternô, que em todos seus discursos afirmava

"(...) sempre um verdadeiro hynno ao commercio, são e honesto de todos os países cujo escol dessa classe apoia a valorização do vinho - programa patriótico que promoverá um novo progresso economico, nestas populações ruraes".(85)

(84) COMMERCIO colonial. O Brazil. Caxias, 12 Out., 1911, nº144, p.1.

(85) Idem.

(86) Ib. Idem.

A discussão entre os dois jornais, demonstrava a problemática sobre a qual organizaria-se o cooperativismo agrícola caxiense no que diz respeito aos grupos sócio-econômicos que a integrariam: colonos-viticultores e comerciantes-vinicultores.

Conforme os estatutos da cooperativa caxiense eram considerados sócios:

"(...) os profissionais da agricultura e das indústrias rurais, na forma da lei que residindo no município de Caxias, forem aceitos pela Diretoria mediante propostas assignadas por dois socios, e subscreverem pelo menos um quinhão de 50\$000 para a constituição do capital social".(86)

Percebe-se a flexibilidade dos critérios na seleção de associados, permitindo a participação de todos os cidadãos residentes na localidade e que atuassem direta ou indiretamente na agricultura e na transformação daquela produção.

Assim, abria-se aos comerciantes-vinicultores a possibilidade de participação como associados na cooperativa. Em Caxias, eles estavam presentes na diretoria nos cargos de presidente, vice-presidente e secretário. Desta forma, encontrava-se Antonio Rossato, como presidente da cooperativa agrícola de Caxias, proprietário de um moinho de 3ª classe e no ano de 1916, começava a pagar impostos como

(86) COOPERATIVA agrícola de Caxias. O Brazil. Caxias, 01 Out., 1921, nº39, p.2.

proprietário de um depósito de vinho e uma tanoaria; Pietro Andreazza, vice-presidente, aparecia como proprietário de uma casa de negócios de 3^a classe e Mansueto Pezzi, secretário, pagando impostos como proprietário de casa de negócios de 1^a classe⁽⁸⁷⁾. Podendo os três serem qualificados como comerciantes.

Na diretoria da caixa de crédito rural da referida cooperativa, a situação era a mesma. Como presidente, o comerciante de vinhos, contribuinte de impostos sobre oficina de fundição, funilaria e ourivesaria Abramo Eberle; como vice-presidente Aristides Germani, proprietário de um moinho de 1^a classe e Mário Pezzi, proprietário de uma casa de negócios de 1^a classe⁽⁸⁸⁾.

Os demais membros que compunham o conselho da cooperativa, de dez, um deles contribuía com imposto sobre propriedade de carretas e carros de transporte e proprietário de casa de negócio, outros quatro também como negociantes (casas comerciais e botequim), dois como proprietários de alambiques (destilador para a fabricação da graspa ou aguardente de vinho) e outros dois, pagantes do imposto pessoal (característico do proprietário rural que não possui outras atividades além da agricultura)⁽⁸⁹⁾.

(87) LIVROS de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1910-1912.

(88) Idem.

(89) Ib. Idem.

Entre os dez elementos eleitos para o conselho da caixa de crédito, um deles era advogado, quatro eram proprietários de alambiques, um deles dividindo esta atividade com uma oficina de fogos de artifício, outro com botequim e o terceiro com moinho de 2^a classe. Dois entre eles pagavam exclusivamente imposto pessoal, e três pagavam impostos sobre casas de negócios⁽⁹⁰⁾. Neste grupo, encontravam-se Giovanni Caregnato e Jacinto Adamati, assinantes do memorial dos vinicultores, entregue ao presidente do Estado em 1911.

Observados estes elementos em outra situação, são encontrados cinco dos que compuseram as diretorias acima citadas (Antonio Rossato, Abramo Eberle, Aristides Germani, Mansueto e Mário Pezzi e Miguel Muratore), como integrantes do grupo de comerciantes que em 21 de fevereiro de 1912, reativa a Associação dos Comerciantes de Caxias. Esta organização, fundada em 1901, havia interrompido suas atividades em 1907 e seu retorno em 1912, coincide com a fase de organização do movimento cooperativo⁽⁹¹⁾.

Assim, a partir dos dados apurados percebe-se a participação significativa dos comerciantes junto ao cooperativismo. Esta participação deve ser questionada no momento em que tomando o projeto de Paternó, este objetivava a

(90) LIVROS de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1910-1912.

(91) LIVROS de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Associação dos Comerciantes de Caxias. Caxias, 1901-1934.

abrangência de vários setores da produção agrícola e ao mesmo tempo, orientava-se para o que denominava de emancipação daquela produção do "comércio ilícito e da usura"⁽⁹²⁾. Sem esclarecer a quem se dirigia, se ao comerciante local ou ao comerciante dos mercados de consumo dos gêneros coloniais, que conforme Paternó, valorizava em demasia o produto estrangeiro, cuja preferência pelo artigo importado era resultado da má fé em relação ao similar nacional que muitas vezes pecava pela qualidade⁽⁹³⁾.

No entanto, as palavras do propagandista do cooperativismo atingiam também o colono-viticultor, acusado de manter-se alheio aos avanços técnicos, e distanciado do aperfeiçoamento de seus produtos⁽⁹⁴⁾.

A questão retorna, como entender a inserção dos comerciantes no movimento cooperativo? Qual seria o sentido assumido pelo cooperativismo na medida em que ocorre esta participação ao mesmo tempo em que era reativada a Associação dos Comerciantes de Caxias?

A aproximação do organizador do movimento junto aos comerciantes, ocorreu enquanto este apresentou-se como emissário do governo estadual e federal. O cooperativismo

(92) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre Globo, 1950, p.297.

(93) CAXIAS agrícola. Cidade de Caxias. Caxias, 07 Out., 1911, nº17, p.2.

(94) Idem.

era proclamado por Paternó como "programa de governo" e apontado como solução aos problemas vivenciados pela vitivinicultura⁽⁹⁵⁾. Paternó, como vimos, vai além do setor vinícola.

Os primeiros contatos de Paternó na zona colonial, foram realizados junto a órgãos oficiais do município de Caxias do Sul: Intendência Municipal e Conselho Municipal. Assim, se verificou na inauguração da Cooperativa Agrícola de Caxias, cuja solenidade de fundação aconteceu em dependências da própria intendência⁽⁹⁶⁾.

Analisando as atividades exercidas pelos doze membros que compunham os órgãos municipais, de 1904 a 1912, período correspondente a dois mandatos administrativos, verificou-se que entre os oito conselheiros municipais, todos pagavam impostos como proprietários de casa de negócios de secos e molhados. Cinco destes, após o término desta fase do cooperativismo, apareceriam com contribuintes sobre depósitos de vinhos e tanoarias⁽⁹⁷⁾.

Por outro lado, a atividade econômica de maior destaque neste período, entre aquelas sujeitas a tributação mu-

(95) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.298.

(96) ACTA de instalação da Cooperativa Agrícola de Caxias. O Brasil. Caxias, 06 Out., 1911, nº143, p.1.

(97) LIVROS de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1903-1929.

nicipal, eram do ramo comercial (vide tabela 2). Comparada a atividade comercial, a indústria denominada fábricas e oficinas era numericamente inferior (ver tabela 3).

Considerando-se que a quantitatividade não é um critério único para afirmar o destaque da atividade na economia local, a ausência do montante de capital invertido, o número e o emprego de mão-de-obra e outros critérios econômicos de avaliação, verificou-se a existência de um grupo sócio-econômico, presente em associações de classe, em órgãos oficiais e inserido no movimento que inaugurava-se em 1911.

Tabela 2

Estabelecimentos comerciais - Caxias (1909-1916)

A N O S ESTABELECIMENTOS	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916
Negócios de Secos e Molhados	36	39	32	29	31	36	34	35
Depósitos de vinhos	-	-	-	-	1	4	3	6
Depósitos de banha	-	-	-	-	2	3	3	2
Depósitos de gêneros coloniais	-	-	-	-	1	3	3	9
Depósitos de materiais móveis e ferros	-	-	-	-	-	18	11	11
Botequins, cafês e jogos	31	30	27	36	20	47	41	41
Farmácias e drogarias ...	4	4	3	3	3	3	3	6
Padarias e docerias	5	8	6	4	3	6	5	5
Açougues	7	12	13	6	8	11	11	8

Fonte: Livro de Impostos de Indústrias e Profissões. Caxias, 1903-1929, 1932-1935.

Obs.: Não consideramos para elaboração da tabela, todos os tipos de estabelecimentos comerciais e industriais do período e sim, os mais significativos em constância e número.

Tabela 3

Estabelecimentos industriais - Caxias (1909-1916)

A N O S ESTABELECIMENTOS	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916
Fábrica de massa	1	1	1	1	1	2	2	1
Fábrica de chapéus de palha e vimes	6	6	6	5	5	4	4	5
Fábrica de gasosa e cerveja	3	3	4	4	4	2	4	1
Fábrica de salames e banhas	6	3	4	3	3	8	5	3
Fábrica de licores	-	-	-	1	1	1	1	3
Fábrica de fogos de artifício	1	1	1	1	1	1	1	1
Fábrica metalúrgica	-	-	-	-	-	1	3	3
Oficina de funilaria ...	3	5	5	5	5	3	2	2
Oficina de fundição e ferraria	7	10	9	9	11	12	12	8
Ourivesaria e marmoraria	6	7	4	6	15	9	4	4
Marcenaria e carpintaria	9	9	8	8	7	13	6	5

Fonte: Livro de Impostos de Indústrias e Profissões. Caxias, 1903-1929, 1932-1935.

Obs.: Não consideramos para elaboração da tabela, todos os tipos de estabelecimentos comerciais e industriais do período e sim, os mais significativos em constância e número.

Impedidos em verificar neste encontro entre Paternô e comerciantes uma intencionalidade econômica, na medida em que a subscrição de ações fazia-se mediante sua aquisição em dinheiro⁽⁹⁸⁾, podemos considerar uma certa "casualidade". Enquanto um apresentava-se como emissário do governo para a solução dos problemas vinícolas, outros, ocupando espaços de representação esperavam a solução para um problema. A adequação da solução proposta aos interesses dos grupos envolvidos no setor vinícola, iria determinar a viabilidade do cooperativismo. Este somente subsistiria se não representasse uma ameaça a determinadas relações, contraídas entre comerciantes e colonos dentro do setor vinícola. A estas relações denominamos sistema de produção e comércio.

Este sistema definia-se na especialização e determinação de funções entre comerciantes-vinicultores e colonos-viticultores. Assim, encontrava-se o colono-viticultor, responsável pela maior parte da produção vinícola, manufaturando este produto nas cantinas domésticas ou coloniais espalhadas na zona produtora⁽⁹⁹⁾. Por outro lado, os comerciantes-vinicultores, que tinham no vinho, não exclusivamente um produto acabado mas também, matéria-prima que, entrando em seus estabelecimentos comerciais, seria trata-

(98) ACTA de instalação da Cooperativa Agrícola de Caxias. O Brazil. Caxias, 06 Out., 1911, nº143, p.1.

(99) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1942, V.2, p.74.

da e embarrilhada para conservação.

O tratamento dado pelo vinicultor, denominava-se "corte" ou seja, a mistura de diferentes tipos de vinhos para a diminuição da acidez tartárica ou simplesmente, para o aumento da quantidade do produto⁽¹⁰⁰⁾. Processo que a imprensa da época denominava de multiplicação vinícola dentro das casas comerciais⁽¹⁰¹⁾.

Pode-se afirmar, a partir das funções dos integrantes do setor que ambos, colonos-viticultores e comerciantes-viticultores atuavam sobre a produção vinícola, participando de sua elaboração. Para o comerciante que extraía lucratividade na medida em que efetuava a mercantilização do produto não interessava a quebra das relações entre ele e colonos. Não lhe interessava a perda do parceiro pois nem todo comerciante era ao mesmo tempo produtor ou viticultor ou seja, proprietário de parreirais. Conforme Arthur Rech "(...) 2% da produção estava nas mãos de grandes cantinas, 98% era tudo do colono isolado"⁽¹⁰²⁾.

Mesmo que pareça um dado exagerado, permite visualizar a importância do colono-viticultor como executor da produção e como um dos elementos do sistema vinícola. Neste contexto, não se pode ignorar a existência de cantinas particulares, como a de Antônio Pieruccini, fundada em 1892 e

(100) DEPOIMENTO de Arthur Rech.

(101) INTERESSI coloniali - la questione del vino. Il colono italiano. Garibaldi, 25 Fev., 1911, nº51, p.1.

(102) DEPOIMENTO de Arthur Rech.

a Adega de Antônio Ártico, ambas funcionando em Caxias do Sul⁽¹⁰³⁾. Além de outros estabelecimentos vinícolas nas demais cidades da região, entre as quais Bento Gonçalves que apresentava o maior número, um total de 10 fábricas de vinho e 06 de aguardente em 1916; em Garibaldi 02 fábricas de vinho e 07 alambiques e em Antônio Prado com 18 alambiques⁽¹⁰⁴⁾.

Apesar da existência das "fábricas" de vinho, a cantina do colono-viticultor ainda era o principal local para a produção dos vinhos. Estas estavam espalhadas pela zona rural e eram parte integrante da moradia dos colonos. O térreo de suas casas, as vezes parcialmente subterrâneo, destinava-se às cantinas⁽¹⁰⁵⁾.

Numa análise mais minuciosa do local onde processavam-se os trabalhos de fabricação dos vinhos, as cantinas podem ser classificadas conforme Celeste Gobbato nos seguintes tipos: 1) cantina reduzida a simples função de lagar, semelhante a cantina do colono-viticultor. Nestas a uva é esmagada, sofre a fermentação e é expedida; 2) cantina de depósito e expedição de vinhos embarrilhados, receptora do vinho produzido na cantina acima citada, onde o vinho é manipulado até o momento de ser remetido aos cen-

(103) GIORNALE della Patria. Porto Alegre, 1916, nº único, SP.

(104) O Progresso. Porto Alegre, Set., 1916, nº 36, SP.

(105) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1942, V.2, p.74.

tros de consumo; 3) cantina para a vinificação e exclusiva produção de vinhos embarrilhados; 4) cantina para a vinificação exclusiva de vinhos engarrafados; 5) cantina para a produção de vinhos embarrilhados, envelhecidos e engarrafados, denominada cantina mixta⁽¹⁰⁶⁾.

Uma cantina por sua vez, estava constituída pelas seguintes partes: o lagar, local para o esmagamento da uva, para a correção do mosto em balseiros, tinas ou lagares, tinha-se ainda a adega, local onde o produto era submetido a fermentação lenta e finalmente a cave, local próprio para o envelhecimento dos vinhos⁽¹⁰⁷⁾.

A descrição do enólogo Gobbato, sobre as cantinas não representava, conforme o autor, a realidade dos locais de produção do vinho encontrados em Caxias do Sul e na região⁽¹⁰⁸⁾. O estabelecimento enológico nestas áreas nem sempre correspondia ao ideal de cantina. A fabricação efetuada junto as cantinas dos colonos-viticultores, sem condições adequadas de construção e higiene, influíam na qualidade final do produto. Como consequência o vinho apresentava-se defeituoso, sendo posteriormente corrigido na can-

(106) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1942, V.2, p.74.

(107) Idem. p.79.

(108) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922, p.249.

tina do comerciante, através dos cortes ou misturas de vinhos (109).

Ao tratar da cantina do comerciante, Gobbato descreve-a como "(...) um simples depósito, onde armazena, mescla e vende rapidamente o producto colonial (...)" (110). Uma manipulação simples sobre o vinho, exigia também maquinário reduzido, sendo comum encontrar-se na cantina do negociante

"(...) uma ou mais cubas-pipas de grande molde, que podem ser de madeira ou alvenaria; numerosos quintos; uma tanoaria para o concerto dos mesmos, um vaporizador para a sua esterilização, um filtro para tornar limpo o vinho que não o seja e uma bomba para o seu movimento da dorna aos recipientes de transporte". (111)

Ressalta-se também, a forma como estes estabelecimentos enológicos apareceriam nos tributos municipais. A cantina do negociante será encontrada como "depósito de vinho" e como tal, sujeita aos impostos sobre indústrias e profissões pagos à Intendência Municipal de Caxias do Sul, a partir de 1913. Antes desta data, o comércio do vinho submetia-se aos impostos, dentro das denominadas "casas de negócio de secos e molhados", responsável pela comercializa-

(109) GOBBATO, Celeste. Manual do viticultor brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1942, V.2, p.251.

(110) Idem.

(111) Idem. p.264.

ção de gêneros coloniais⁽¹¹²⁾. A categoria cantina não aparece na documentação como estabelecimento enológico, seja para comerciantes ou colonos, submetida assim, a impostos municipais. Também não foi encontrada uma lei isentando-a de tributação.

Assim, conforme a descrição acima, pode-se perceber dentro das relações econômicas entre colonos e comerciantes uma complementaridade de funções que definia atribuições para um e outro elemento. Ambos complementavam-se dentro do setor vinícola, funcionando como parceiros da produção. Aos dois, colonos e comerciantes, interessava o cooperativismo, na medida em que existia esta complementaridade caracterizando um sistema de produção e comércio vitivinícola.

A presença do comerciante-vinicultor nas cooperativas, explicava-se enquanto representante de um ramo de atividade em destaque na economia local e identificado com o poder público local. Ao mesmo tempo em que integrante de um setor envolvido pelo cooperativismo.

No entanto, o cooperativismo em sua primeira fase não vigorou por muito tempo. Entre 1913 a 1914, enfraqueceria, desaparecendo quase completamente.

(112) LIVROS de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1903-1929.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelos intendent^{es} do município. Caxias, 1903-1929.

LEIS de orçamento municipal. Caxias, 1911-1936.

I.4 - O DECLÍNIO DO MOVIMENTO

Em 1914, o relatório apresentado ao presidente do Estado Antônio Borges de Medeiros, pelo Secretário dos Negócios da Fazenda, descrevia a situação do cooperativismo na região de colonização italiana.

De acordo com o secretário, Octávio F. da Rocha, o movimento estava

"(...) ainda ensaiando os primeiros passos na cooperação, agindo em meios pouco cultos, como as nossas colônias e cujos productos são resumidos em relação à economia rio-grandense".(113)

Para o secretário estes "meios pouco cultos", dizem respeito ao que denominava de

"(...) falta de organização systemática da nossa produção agrícola. Não se pode racionalmente exigir mais. V. Exa. não tem regateado apoio moral e mesmo material as nossas coope-

(113) RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, A Federação, 31 Jul., 1914.

rativas, mas ha alguma coisa nestes assumptos que escapa á alçada do governo e resvala para a iniciativa particular. Nesta tem encontrado escolhos o nosso cooperativismo, producto natural de uma insufficiente compreesão (...)" (114)

Octávio da Rocha demonstrava a existência de conflitos dentro do cooperativismo, medido pela incompreensão manifestada por alguns elementos. Esta idéia de conflito desaparecia no documento, quando seu autor privilegiava o relato da negativa situação financeira das cooperativas.

As cooperativas agrícolas de Caxias, Alfredo Chaves, Guaporé, Bento Gonçalves e Antônio Prado, encontravam-se em sérias dificuldades. A situação foi gerada pela dificuldade na comercialização dos produtos elaborados logo após a fundação das cooperativas, produtos estes acusados pela má qualidade, alguns inclusive inutilizados⁽¹¹⁵⁾.

A precariedade da situação econômica era relacionada a falta de organização administrativa, especialmente quanto a contabilidade das cooperativas⁽¹¹⁶⁾.

Conforme os dados apresentados pelo secretário, o capital das cooperativas formado a partir da subscrição de ações de seus associados, estava assim distribuído:

(114) RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, A Federação, 31 Jul., 1914, p.191.

(115) Idem.

(116) Idem. p.194.

Quadro 2
Subscrição de ações (1912-1913)

COOPERATIVAS	CAPITAL REALIZADO (1912-1913)
Villa Nova	6:150\$000
Garibaldi	6:150\$000
Guaporé	6:150\$000
Antônio Prado	6:150\$000
Nova Vicenza	10:500\$000
Caxias	46:950\$000
Bento Gonçalves	43:800\$000
Alfredo Chaves	70:727\$175
TOTAL	177:577\$175

Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em 31/07/1914, Porto Alegre, A Federação, 1914, p.205.

Observa-se que a relação apresentada no quadro acima, não consta a total de cooperativas existentes na região e como manifestou o próprio secretário, as cooperativas de Garibaldi, Guaporé e Antônio Prado, não enviaram seus balanços. Assim, é desconhecida a origem dos dados registrados como capital destas cooperativas. Com base nos balanços exigidos pela secretária dos negócios da fazenda, constando seus ativos e passivos e com subscrições atualizadas, Octávio da Rocha, organizou um quadro transcrito a seguir (ver tabela 1, página 50).

Para chegar a aqueles dados, considerou como dívidas passivas a diferença entre o total dos passivos registrados nos balanços, com o capital realizado na subscrição de ações⁽¹¹⁷⁾.

A partir destes dados foi possível realizar um cálculo envolvendo os índices apresentados, entre passivos e dívidas, verifica-se que 80,28% do capital das cooperativas estava comprometido com dívidas e o restante, 19,72% constituía o total do patrimônio líquido das cooperativas. Este baixo índice, colocava as cooperativas em má situação financeira ou seja, endividadas.

Nas conclusões apresentadas pelo secretário explicando aquela situação as dívidas contraídas pelas cooperativas e seu distanciamento de suas funções industriais e comerciais, apareciam como fatores do declínio do movimento⁽¹¹⁸⁾.

A má situação financeira das cooperativas constituiu também, parte da avaliação feita por Celeste Gobbato do fim do cooperativismo. Para este a administração daquelas instituições não foi bem conduzida, por pessoas, segundo ele, não idôneas e que privilegiaram seus trabalhos, na construção das sedes cooperativas⁽¹¹⁹⁾.

(117) RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, A Federação, 31 Jul., 1914, p.198, 290 e 203.

(118) Idem. p.206.

(119) GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. IN: Album Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). s. e., s.d.p., 195-245.

No entanto, tanto na avaliação de Octávio da Rocha, quanto de C. Gobbato, um aspecto apresenta-se sem muita elaboração. Ambos, citam um conflito existente entre determinados elementos e o movimento cooperativista.

Rocha fala na incompreensão por parte da "iniciativa privada" dos objetivos do movimento e Gobbato trata de indivíduos que integrados ao cooperativismo tinham interesse em sufocá-lo⁽¹²⁰⁾.

(120) GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. IN: Album Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). s. e., s.d.p., 195-245.

Quadro 3
Cooperativas - dívidas e passivos (1911-1914)

COOPERATIVAS	DÍVIDAS PASSIVAS	TOTAL DOS PASSIVOS
Villa Nova	37:413\$471	44:620\$766
Garibaldi	?	?
Guaporé	?	?
Antônio Prado	?	?
Nova Vicenza	49:334\$190	61:784\$190
Caxias	588:553\$465	635:503\$465
Bento Gonçalves	184:390\$369	276:759\$059
Alfredo Chaves	218:668\$470	325:279\$505
T o t a l	1.078:359\$965	1.343:279\$885

Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros pelo Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, A Federação, 31 Jul., 1914, p.205.

Para Gobbato, estes indivíduos teriam sido influenciados pela propaganda cooperativista, que mesmo involuntariamente, estimulava o conflito entre produtores e negociantes⁽¹²¹⁾.

O discurso de propaganda realizado por Paternó mais do que estimular o conflito entre os integrantes do setor vinícola, atingia sim um sistema de relações mantidas entre colonos-viticultores e comerciantes-vinicultores.

Paternó e seu projeto cooperativista, atingiam o setor trazendo para dentro das cooperativas todo o processo de produção do vinho e de outros gêneros coloniais.

Para ele a concentração da produção nas cantinas sociais cooperativas, seria a única solução para a reunião de condições técnicas indispensáveis no bom preparo dos produtos⁽¹²²⁾.

Ao mesmo tempo em que realizava a organização de cantinas sociais espalhadas pela zona colonial, tratava da fundação da União das Cooperativas do Rio Grande do Sul. Constituída em 20 de setembro de 1912 e sediada em Porto Alegre, a União das Cooperativas surgia como o órgão que congregava a rede de cooperativas criadas no Estado⁽¹²³⁾.

(121) GOBBATO, Celeste. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. IN: Álbum Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925).s.e., s.d.p., 195-245.

(122) COOPERATIVISMO. Il colono italiano. Garibaldi, 02 Mar., nº52, p.1.

(123) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.305-306.

Seria através dela, que as cooperativas receberiam crédito para subsidiar construções, para despesas com equipamentos e maquinários e efetivariam a exportação direta com os mercados de consumo⁽¹²⁴⁾.

O cooperativismo ameaçava tanto colonos como comerciantes e ainda em 1912, receberia os primeiros ataques. Naquele ano em uma sessão de instruções enotécnicas para a vindima em Caxias, Paternó declarava:

"Que nos guerreem, que nos caluniem e nós responderemos aos nossos adversários com factos eloquentes e esmagadores, inaugurando estabelecimentos que louvam o Estado e fazendo prosperar as classes trabalhadoras".(125)

Um mês antes deste pronunciamento, Paternó participava como convidado, da sessão realizada em 21 de fevereiro de 1912, que marcava o reinício das atividades da Associação dos Comerciantes de Caxias⁽¹²⁶⁾. Em maio de 1912, os associados Antônio Pieruccini e Domenico Tronca, ambos comerciantes-vinicultores, solicitavam a interferência da Associação dos Comerciantes, para o abreviamento dos prazos de despachos de vinhos exportados para Porto Alegre⁽¹²⁷⁾.

(124) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.305-306.

(125) COOPERATIVISMO. O Brasil. Caxias, 23 Mar., 1912, nº 173, p.2.

(126) GARDELIN, Mário. História do CIC. Caxias do Sul, Câmara da Indústria e Comércio, 1978, p.19.

(127) Idem. p.23.

Ainda naquele ano, em novembro, novamente Pieruccini também na Associação dos Comerciantes tratava da crise pela qual passava o setor vinícola. Crise esta, verificada pelos baixos preços do produto e pela má qualidade dos mesmos, motivada pela adulteração do produto realizada por comerciantes inescrupulosos. Como solução, Pieruccini sugeria a criação de um laboratório de análises em Caxias⁽¹²⁸⁾.

Sem fazer alusão sobre quem seriam aqueles comerciantes, Pieruccini apenas demonstrava que se o cooperativismo surgiu como solução à falsificação, não conseguiu afastá-la da produção vinícola. Onde pouco mais de um ano de prática cooperativa, vivenciava-se a adulteração em prejuízo da qualidade e dos preços do produto.

A solução para ele, não era o cooperativismo mas sim a instalação em Caxias, Nova Vicenza e Carlos Barbosa de laboratórios de análises, capazes de realizar junto as cantinas domésticas e as casas comerciais, a fiscalização sobre o vinho. Controlando assim a adição de determinadas substâncias nocivas a sua qualidade.

Desta forma os comerciantes agora aglutinados na Associação dos Comerciantes, retomavam a discussão em torno da vitivinicultura. A associação proporcionava o espaço para o comerciante fazer frente ao cooperativismo.

(128) GARDELIN, Mário. História do CIC. Caxias do Sul, Câmara da Indústria e Comércio, 1978, p.241.

Eleita a nova diretoria da associação, em 1912, entre os quatorze elementos distribuídos entre diretoria e comissões, cinco deles também integravam as diretorias da cooperativa agrícola e da caixa de crédito rural⁽¹²⁹⁾. No ano seguinte 1913, em nova eleição, a situação repetia-se. Os cargos eram ocupados por Saturnino Ramos na presidência, na vice-presidência Abramo Eberle, Mansueto e Mário Pezzi como tesoureiro e secretário respectivamente⁽¹³⁰⁾. Os mesmos comerciantes, com excessão do presidente, que compunham a diretoria da Cooperativa Agrícola e da Caixa de Crédito Rural, daquela cooperativa.

A estratégia utilizada era retirar Paternó da liderança do movimento. O afastamento significava sua substituição, a pessoa indicada, o Intendente Municipal José Penna de Moraes, eleito em agosto de 1912 para o mandato de 1912 a 1916⁽¹³¹⁾.

Assim, atuariam os comerciantes-vinicultores, transformando a Associação dos Comerciantes de Caxias em local de discussão dos problemas do setor vinícola e transformando Penna de Moraes na nova liderança, não comprometida com o projeto cooperativo.

(129) GARDELIN, Mário. História da CIC. Caxias do Sul, Câmara de Indústria e Comércio, 1978, p.19-20.

(130) Idem. p.25.

(131) ADAMI, J.S. História de Caxias do Sul (1864-1970). Caxias do Sul, Ed. Paulinas, 1971, p.374.

Entre os anos de 1912 e 1914 verificava-se a atuação de ambos, associação e Penna de Moraes. A primeira inicia seus trabalhos ocupando-se de um projeto de lei que circulava pela Câmara dos Deputados e que fixava um aumento de impostos sobre o vinho. Sua movimentação em torno do projeto, forneceu-lhe a ocasião para fazer-se "(...) porta-voz dos desamparados colonos e dos atemorizados comerciantes (...)"⁽¹³²⁾.

Penna de Moraes, iniciava seus trabalhos em dezembro de 1912, após receber o título de sócio honorário da Associação dos Comerciantes⁽¹³³⁾. Naquele período, pronunciava um discurso na assembléia estadual relatando os problemas vivenciados pelo cooperativismo. Considerava como sua principal finalidade e ao mesmo tempo como sua maior dificuldade, a industrialização da produção. Afirmava que para o cumprimento de tal objetivo, era necessário o despreendimento de capital e assim, reivindicava do Estado a subvenção da indústria rural⁽¹³⁴⁾.

Em outro documento, este entregue ao presidente do Estado A.A. Borges de Medeiros, Penna de Moraes defendia as cantinas sociais, como o local adequado para a concentração das uvas para sua transformação em um tipo único de vi-

(132) LIVRO de actas das sessões ordinárias e extraordinárias de assembléia geral da Associação dos Comerciantes de Caxias. Caxias, 26 Nov., 1912, s.p.

(133) GARDELIN, Mário. História da CIC. Caxias do Sul, Câmara da Indústria e Comércio, 1978, p.26.

(134) COOPERATIVE. Il colono italiano. Garibaldi, 14 Dez., 1912, n.º40, p.1.

nho⁽¹³⁵⁾. Sem defender o projeto cooperativo, defendia seu resultado, as cantinas sociais, consideradas apropriadas para a vinificação.

Alertava para a continuidade da falsificação dos vinhos, e a dificuldade de fiscalização sobre os produtos sem a instalação em Caxias de um laboratório de análises. Conforme lembrava, a Associação dos Comerciantes de Caxias já havia também solicitado a instalação daquele órgão no município, uma maneira de evitar a produção de má qualidade⁽¹³⁶⁾.

Moraes, sem acusar o cooperativismo mostrava as lacunas que havia deixado. Relatava a abrangência do projeto de Paternô no que competia a comercialização, mas não esquecia de citar a permanência da falsificação e da contínua venda de vinhos de má qualidade, responsáveis pelo descrédito do produto gaúcho nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro⁽¹³⁷⁾.

Para o autor do documento, o cooperativismo falhara naquilo que lhe era essencial, como resposta a adulteração denunciada em 1911 pelo "memorial dos vinicultores" e falhara na sistematização da produção.

Encerrava sua análise propondo ao presidente do Estado, a descentralização da administração das cooperativas,

(135) MUNICIPIO di Caxias. Il colono italiano. Garibaldi, 24 Dez., 1912, n.º 40, p.1.

(136) Idem.

(137) Ib. Idem.

pois julgava "(...) humanamente impossível a um homem sozinho, De Stefano Paternô, atender 16 cooperativas das mais variadas espécies". Ao mesmo tempo em que alertava para o endividamento das cooperativas, na construção de suas instalações⁽¹³⁸⁾.

O cooperativismo declinava seja por dificuldades econômicas, seja pela ação dos comerciantes através das palavrões de Penna de Moraes.

Ainda em 1912 a recém fundada, União das Cooperativas do Rio Grande do Sul enfrentava problemas financeiros. Contraíndo empréstimos iniciais para o arranque do movimento, junto aos bancos Pelotense e da Província⁽¹³⁹⁾, Paternô viu-se diante de impasses com representantes das diretorias cooperativas e da diretoria da União das Cooperativas, para lançar mão de novos empréstimos visando o aumento de capital indispensável ao funcionamento da aparelhagem adquirida⁽¹⁴⁰⁾.

O projeto de Paternô estava sendo abatido e seu final é relatado por um dos integrantes da diretoria da União das Cooperativas da Agricultura. Neste documento, Dr. Alvaro Nunes Pereira relatava as divergências entre o diretor-ge-

(138) MUNICIPIO di Caxias. Il colono italiano. Garibaldi, 24 Dez., 1912, nº40, p.1.

(139) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.307.

(140) Idem.

ral, Giuseppe Paternó e os demais membros da diretoria da União das Cooperativas. Segundo o relator, a divergência era fruto dos "(...) pesados empréstimos, de dinheiros tomados aos bancos desta capital (...)"⁽¹⁴¹⁾. A atitude de Paternó diante do impasse, foi a renúncia a seu mandato como diretor-geral, ato a ser oficializado em assembléia geral. Na mesma assembléia, antecipadamente a renúncia de Paternó, conforme Álvaro Nunes, "assinados por quase todas as cooperativas unidas (...)", foram alterados os estatutos da União das Cooperativas e extintos os cargos de presidente e vice-presidente, restando apenas o cargo de diretor-geral⁽¹⁴²⁾.

Como diretor-geral da União das Cooperativas Paternó ficava isolado. Cercado pela organização dos comerciantes-vinicultores, temerosos da possibilidade da sistematização" da produção vinícola ser implementada pelas cooperativas, significando o abalo do sistema de produção e comércio em vigor.

Além disso, Paternó via travado seu programa cooperativo, em órgãos criados para a manutenção do próprio movimento, cuja abrangência extrapolava os limites da zona colonial italiana, atingindo a ordem econômica do Esta-

(141) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.308.

(142) Idem. p.309.

do⁽¹⁴³⁾. O projeto de Paternô não se restringia a um setor econômico, a uma região do Rio Grande do Sul. Conforme Lorraine Slomp Giron:

"Caxias é escolhida como centro do movimento a ser desencadeado por Paternô. Seria a partir daí que o cooperativismo deveria ir radiar-se para todo o Estado".⁽¹⁴⁴⁾

Em outubro de 1913, em ofício enviado ao Gerente da Cooperativa Agrícola de Caxias, o presidente da cooperativa de Nova Vicenza, comunica a deliberação desta sociedade em retirar-se da União das Cooperativas. Assumia a cooperativa, as dívidas contraídas⁽¹⁴⁵⁾. Este parece ter sido o procedimento das demais cooperativas, pois em 17 de novembro de 1913, dissolve-se a União das Cooperativas, falida, o Banco Pelotense tornava-se seu liquidante⁽¹⁴⁶⁾.

Endividadas as cooperativas organizadas por Paternô tomam o mesmo rumo da União das Cooperativas. A Cooperativa de Nova Vicenza, da qual tem-se registros, foi alugada à firma Dal Molim & Irmãos, em 1914⁽¹⁴⁷⁾.

(143) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950, p.310.

(144) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. IN: DE BONI, L. (Org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre, EST, 1987, p.287.

(145) LIVRO de registro de correspondência da Cooperativa Agrícola de Nova Vicenza, 1912-1913, p.73.

(146) MONSERRAT, J. Op. cit., p.309.

(147) LIVRO de registro de correspondência da Cooperativa Agrícola de Nova Vicenza, 1912-1913, p.107.

As demais cooperativas foram liquidadas e as dívidas assumidas pelo Banco da Província e Pelotense. A única exceção é a Cooperativa Agrícola de Caxias que subsistiu pelo menos até 1922, para ser posteriormente adquirida por uma firma particular⁽¹⁴⁸⁾.

Giuseppe Paternô desaparecia dos jornais locais em 1913. Poucas são as referências feitas, a última delas é do semanário "Il Colono Italiano", em julho de 1913. Na ocasião Paternô inaugurava a Caixa de Crédito Rural de Alfredo Chaves, idealizando a criação de um Banco Agrícola no Estado⁽¹⁴⁹⁾.

Em outubro de 1913, o próprio Paternô solicitava a intervenção do Intendente Municipal Penna de Moraes junto a Cooperativa grícola de Caxias. Assim, em novembro do mesmo ano, Moraes presidia a assembléia geral, encarregado da eleição da nova diretoria da cooperativa. Nesta assembléia, não notava-se a

"(...) presença no recinto do Sr. D'Stefano Paternô, com quem diziam-se incompatibilizados o Conselho Administrativo e a maior parte dos sócios da cooperativa".⁽¹⁵⁰⁾

(148) RELATÓRIO final da Intendência Municipal de Caxias. Cel. J. Penna de Moraes. Porto Alegre, A Federação, 1924, p.50.

(149) AGLI agricoltori cooperativisti di Caxias, N. Trento, N. Vicenza, N. Milano, N. Pádua, Bento Gonçalves, Garibaldi, N. Bassano, Monte Veneto, Guaporê e Villa Nova. Il colono italiano. Garibaldi, 31 Jul., 1913, nº19, p.1.

(150) RELATÓRIO final da Intendência Municipal de Caxias. Cel. J. Penna de Moraes. Porto Alegre, A Federação, 1924, p.51.

Paternó estava definitivamente afastado do movimento cooperativo. Reações em apoio ao trabalho de Paternó? Não registravam os jornais e não encontra-se em documentos.

Sem lutar contra as cooperativas e sim contra o cooperativismo, asseguravam os comerciantes-vinicultores a manutenção do sistema de produção e comércio do setor.

Em dezembro de 1913, Penna de Moraes conseguia tratar com o governo do Estado, medidas reparadoras da situação da Cooperativa Agrícola de Caxias. Ficava resolvida a aquisição por parte do governo de dois estabelecimentos, pertencentes a cooperativa, para a instalação do laboratório de análises enológicas. Imediatamente a alienação daqueles locais, a quantia apurada era repassada aos Bancos Pelotense e da Província, para amortização das dívidas⁽¹⁵¹⁾.

Ficava definia a organização em Caxias de um "Campo Experimental Agrícola", para desenvolver estudos em pomologia e vitivinicultura. Assim como, a permanência em Caxias de um eno-químico, incumbido da análise dos vinhos e dois enólogos, um deles lotado na cooperativa e outro, responsável pela inspeção nas cantinas dos colonos e para fornecimento de orientações técnicas aos produtores⁽¹⁵²⁾.

Estes compromissos assumidos entre Penna de Moraes e o governo estadual, seriam o fio condutor de sua ação jun-

(151) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente J. Penna de Moraes (1913-1914). Caxias do Sul, Tip. Popular, 1915, p.16.

(152) Idem. p.17.

to a vitivinicultura local na fase definida no local da dé
cada de 10.

No período posterior ao fim do cooperativismo até
1928, encontra-se a antiga parceria: colonos-viticultores
e comerciantes-vinicultores. No entanto, o retorno a uma
situação anterior seria apenas aparente.

CAPÍTULO II

A PREPARAÇÃO DOS
COMERCIANTES-VINICULTORES
(1914-1928)

II.1 - ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES E A VITIVINICULTURA

A desarticulação do cooperativismo, não significou um retorno a uma situação anterior. Apesar da continuidade das relações entre colonos e comerciantes, ao nível da produção e comércio dos vinhos, alguns elementos foram destacados no discurso em torno da vitivinicultura e de sua elaboração enquanto setor econômico.

Estes elementos tinham surgido durante a fase cooperativista e continuavam relacionados a melhoria da qualidade da produção, considerando os locais da produção e a contratação de enólogos para orientações técnicas.

No entanto, a partir de 1914, a iniciativa da condução desta fase era realizada por um grupo integrado ao setor: os comerciantes-vinicultores. Executores de um projeto de inovação para a vitivinicultura.

A problemática desta fase, que redundou na inauguração do discurso do comerciante-vinicultor, era deflagrada em torno de um tema comum ao setor, a falsificação da produção. Esta problemática surgia após momentos de crescimento nas exportações do vinho gaúcho, definidos entre 1914 a

1917 (ver gráfico página 115). Conforme Loraine Giron, este crescimento relacionava-se à limitação nas importações do vinho europeu durante a I Guerra Mundial⁽¹⁾.

Nesta fase, a exportação dos vinhos gaúchos, em 1916, atingia 7.962.992 litros, para em 1917 dobrar, chegando a 14.250.767 litros e decair, vertiginosamente para 6.424.373 litros em 1918⁽²⁾.

Acompanhando estes índices de exportações, verificava-se um aumento significativo de depósitos de vinhos e tanoarias (local para a confecção dos barris para acondicionamento do vinho) em Caxias do Sul.

Em 1916, eram 06 depósitos e 05 tanoarias, no ano seguinte encontrava-se 22 tanoarias e 11 depósitos de vinhos e em 1918, 25 tanoarias e 21 depósitos de vinho⁽³⁾.

Desta forma não acontecia somente um crescimento das exportações, baseado em um melhor aproveitamento dos recursos de produção já existentes. Verificava-se sim, a expansão dos locais destinados ao beneficiamento do produto, significando o crescimento do setor econômico.

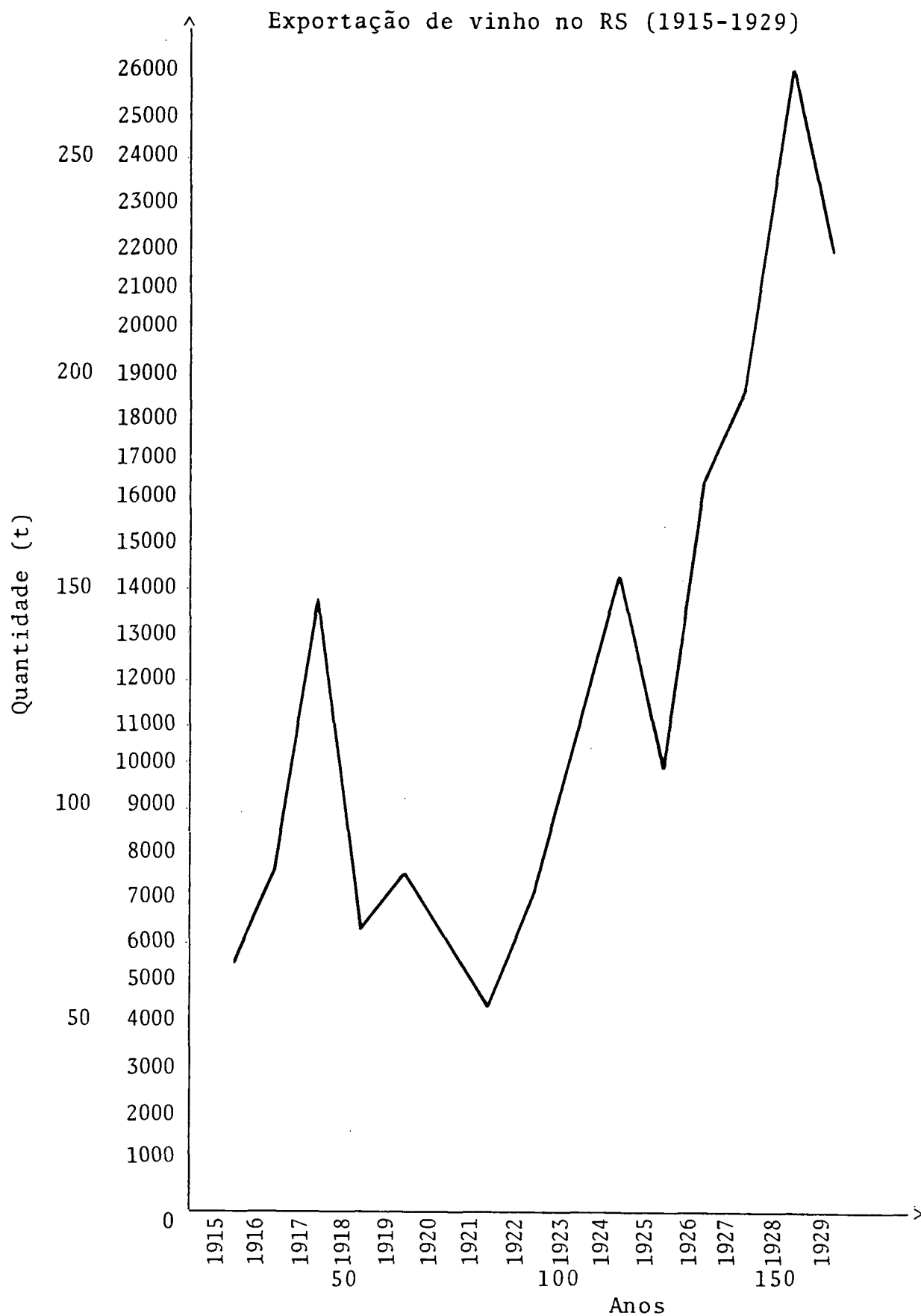
O crescimento nas exportações, demonstrava a conqui-

(1) GIRON, Loraine S. O cooperativismo no RS 1873-1973. Manuscrito, p.42.

(2) RELATÓRIO APRESENTADO AO SR. DR. A.A. BORGES DE MEDEIROS PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA. Porto Alegre, "A Federação", 1916-1918.

(3) LIVROS DE IMPOSTOS SOBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES. Caxias do Sul, 1903-1929.

Gráfico 2



Fonte: Relatórios apresentados ao Governo do Estado do RS pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, 1915-1929.

ta de novas parcelas de mercado no centro do país, até então ocupadas pelo similar estrangeiro. A manutenção deste mercado dependia da capacidade em sustentar concorrência e para tal, era necessária a melhoria da qualidade do produto.

Assim, em 1918 retorna a problemática da adulteração. Neste momento as acusações de fraude ao vinho, não ficavam restritas aos comerciantes da capital do Estado, sendo dela acusados comerciantes dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Este assunto motivou a realização de uma reunião na Associação dos Comerciantes de Caxias, com representantes da Associação dos Comerciantes de Bento Gonçalves, onde o emissário daquela cidade expôs a situação do vinho gaúcho nos mercados do centro do país. A denúncia partia de um comerciante-vinicultor caxiense, Antônio Pieruccini, que em São Paulo deparou-se com as notícias sobre a adulteração realizada naquela capital⁽⁴⁾.

O resultado desta reunião, foi a nomeação de delegados especiais, representantes da Associação de Caxias do Sul, para apresentarem o problema no Congresso da Confederação das Associações do Estado, que seria realizado em maio de 1918 em Bento Gonçalves⁽⁵⁾.

(4) GARDELIN, Mário. História da câmara de indústria e comércio. Caxias do Sul, CIC, 1978, p.34.

(5) Idem. p.35.

No Congresso ficou acertada a formação de uma comissão representativa do setor vinícola, para a discussão do problema junto ao governo do Estado. Esta comissão que reunia os Intendentes Municipais de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi e por sugestão do governador do Estado A.A. Borges de Medeiros, foi retirado o emissário especial dos vinhos gaúchos⁽⁶⁾.

O emissário indicado foi o Intendente Municipal de Caxias do Sul, Coronel José Penna de Moraes, envolvido com a vitivinicultura local, desde a fase final do movimento cooperativo. Além de político e uma liderança que surgia entre os vinicultores, Moraes tornaria-se também um comerciante-vinicultor, proprietário de um depósito de vinho e uma tanoaria a partir de 1920⁽⁷⁾.

Uma descrição da situação vivida pelo setor naquele ano, foi realizada pelo Intendente Municipal José Penna de Moraes, no relatório final de sua administração em 1924. Demonstrava que

"Os nossos vinhos haviam sido em São Paulo objecto de falsificações tóxicas, as quais repercutiram com ruído na imprensa daquela capital, bem como na do Rio de Janeiro. Concorrentes desleais, entre os quais importadores de vinhos estrangeiros, aproveitaram o ensejo para, mediante bem urdida campanha de descredito, expellirem da-

(6) GARDELIN, Mário. História da câmara de indústria e comércio. Caxias do Sul, CIC, 1978, p.34.

(7) LIVROS DE IMPOSTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES. Caxias do Sul, 1903-1929.

quele mercado o producto rio-grandense, o que, de facto, conseguiram de modo completo, acarretando, com isso, prejuizos incalculaveis aos nossos industriais".(8)

Esta avaliação propondo a explicar a motivação que conduziu a organização dos comerciantes-vinicultores, representava a expansão do mercado consumidor do vinho gaúcho, na medida em que importadores do produto pretendiam expelir-lo do mercado.

A situação de mercado favorável, revertia-se após a difamação sustentada pela qualidade alterada através da falsificação, culminando na desconsideração do produto. Moraes, alertava não somente contra o ato criminoso mas descrevia as conseqüências imediatas de tal fato, acarretando prejuizos econômicos aos "industriais".

Como emissário especial a função de Penna de Moraes, no centro do país, consistia na propaganda visando recuperar o crédito do produto e ao mesmo tempo, junto ao advogado representante dos comerciantes interessados, investigar os fraudadores⁽⁹⁾.

Conforme Moraes, a ação enérgica dos comerciantes-vinicultores e do governo do Estado do RS naquele momento, resultou na retração das adulterações⁽¹⁰⁾. No entanto, ao re

(8) RELATÓRIO FINAL DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS (Cel. José Penna de Moraes). Porto Alegre, Oficinas gráficas "A Federação", 1924, p.43.

(9) Idem. p.44.

(10) Ib. idem. p.44

latar o encaminhamento dado a questão na forma de fiscalização sobre as casas comerciais no centro do país revendedoras do artigo, delineava sobre a qualidade da produção vinícola gaúcha.

"Devo informar-vos não ser tanto o receio das falsificações que está prejudicando os vinhos rio-grandense (...). É também a péssima qualidade do producto, que d'ahi é exportado com absoluta preterição dos requisitos technicos indispensaveis á sua conservação". (11)

Para Moraes, muitos dos vinhos gaúchos já saíam dos locais de produção comprometidos, com acidez elevada como decorrência do insuficiente coeficiente alcoólico. Sugeriria a obstrução da exportação de vinhos com graduação inferior a 10, o mínimo indispensável a sua conservação⁽¹²⁾. Afirmava de forma taxativa:

"Ou o colono addiciona assucar ao mós to em quantidade sufficiente a produzir aquella porcentagem alccolica ou não lhe será permittido vinificar, devendo neste caso vender a uva que produzir às cantinas que trabalhem segundo a exigencia technica indispensável á normalidade do producto e consoante as prescripções estabelecidas pela Repartição de hygiene do Estado".(13)

O caminho certo a ser seguido, conforme a avaliação de J. Penna de Moraes, seria a divisão do trabalho, cabendo ao colono-viticultor, o plantio e tratamento da vinha e

(11) RELATÓRIO FINAL DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. (Cel. José Penna de Moraes). Porto Alegre, Oficinas Gráficas "A Federação", 1924, p.47.

(12) Idem. p.46.

(13) Ib. idem. p.47.

ao comerciante-vinicultor, o preparo do vinho através de processos racionais ou sistemáticos⁽¹⁴⁾.

Somente desta forma estaria garantida a constituição em "(...) uma classe una e indivisível (...)", todos aqueles que atuavam no setor vinícola, sejam produtores, fabricantes e comerciantes⁽¹⁵⁾.

A análise de Moraes, permite visualizar a pretensão de determinado grupo sócio-econômico. Manter a livre comercialização entre colonos e comerciantes e, conseqüentemente, manter a figura do intermediário. Entretanto, anexar a este sistema, uma alteração. Mediante a intervenção dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, difundir ensino e processos técnicos de produção para disciplinar o setor vinícola. Caso não conseguisse o colono-viticultor adequar-se a estes processos teóricos de produção em substituição aos seus processos empíricos, efetivaria-se sua retirada de uma fase de produção, limitando-se exclusivamente a produção de uvas e não de vinhos⁽¹⁶⁾.

A adequação a estas alterações na produção, não reduziria-se às exigências sobre o colono-viticultor para que aprimorasse a produção e adotasse o cultivo de novas cas-

(14) RELATÓRIO FINAL DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. (Coronel José Penna de Moraes). Porto Alegre, "A Federação", 1924, p.47.

(15) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE CAXIAS PELO INTENDENTE JOSÉ PENNA DE MORAES. Caxias, "A Federação", 1919, p.18.

(16) Idem. p.18-19.

tas. Mas atingiram também o comerciante-vinicultor, na medida em que caberia a este a disposição de locais próprios para a vinificação e não somente para a recepção e tratamento dos vinhos adquiridos dos colonos-viticultores.

Considerava ainda Moraes, que o lugar a ser ocupado pelo colono, como viticultor, não comprometeria sua economia. Ao lado da cultura das videiras, poderia desenvolver outros gêneros, sugerindo a fruticultura, a triticultura e a criação de suínos⁽¹⁷⁾.

A insistência daquele na produção vinícola, deveria ser acompanhada do abandono de "velhos hábitos". Substituindo o empirismo por instruções e procedimentos técnicos, embasados na enologia⁽¹⁸⁾.

Para garantir o impedimento da falsificação e ao mesmo tempo regulamentar a produção, em novembro de 1918, verificava-se a aprovação, no Congresso Nacional, de uma legislação envolvendo a produção de vinhos.

O Decreto-lei nº 385, considerava como vinho, a bebida alcoólica obtida pela fermentação dos sucos das uvas e deliberava sobre as condições de sua fabricação, especialmente no que dizia respeito as substâncias químicas acrescentadas, incapazes de comprometer a qualidade⁽¹⁹⁾.

(17) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE J.P. DE MORAES (1913-1914). Caxias, Tip. Popular, 1915, p.13-14.

(18) Idem. p.13.

(19) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE CAXIAS PELO INTENDENTE MUNICIPAL J.P. DE MORAES. Caxias, Of. Gráficas "A Federação", 1919, p.24.

II.2 - EVOLUÇÃO TÉCNICA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES E ESTAÇÃO EXPERIMENTAL

Desde a problemática considerada no "memorial dos vicultores" em 1911, era aventada a instalação no município de um estabelecimento responsável pela fiscalização e análise dos vinhos.

Em dezembro de 1913, após o afastamento de Paternó do movimento cooperativo, o governo do Estado adquiriu dois prédios pertencentes a Cooperativa Agrícola de Caxias. Estes locais foram reservados para as instalações do laboratório enoquímico⁽²⁰⁾.

Mais do que uma secção ou estação enológica, em 1914 era organizado em Caxias, o Laboratório de Análises ou como também era conhecido Laboratório de Enologia. Este novo órgão era considerado imprescindível para a análise dos vi

(20) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE J.P. DE MORAES (1913-1914). Caxias, Tip. Popular, 1915, p.16.

nhos e a administração de conhecimentos práticos aos viticultores⁽²¹⁾.

Exigindo uma estrutura capaz de absorver o trabalho de um químico responsável pela análise e fiscalização da qualidade dos vinhos, um enólogo responsável pelas mesmas tarefas e também, pelo ensino de técnicas adequadas para elaboração dos vinhos, o laboratório não poderia ser identificado à secção do laboratório de análises de Porto Alegre estabelecida em Caxias desde 1904⁽²²⁾.

Diretamente subordinado a Diretoria de Higiene do Estado, o Laboratório de Análises prestava atendimento ao município, atingindo as localidades de Nova Vicenza (Farroupilha), Forqueta, Nova Trento (Flores da Cunha), Ana Rech, Nova Pádua, Galópolis e São Marcos⁽²³⁾.

Desta forma os vinhos produzidos em Caxias, eram analisados dias antes de seu embarque, através de amostras en garrafadas enviadas obrigatoriamente ao laboratório, estas

"(...) acompanhadas por uma declaração por escripto e assignada, declarando o vinho contido nas ditas garrafas, correspondente em tactum ao que será exportado, assim como, sua procedencia".⁽²⁴⁾

(21) DECRETO nº 2.072 de 28 de abril de 1914. IN: LIVRO DE ASSENTAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DO LABORATÓRIO DE CAXIAS. 1937, s.p.

(22) Idem. s.p.

(23) LIVRO de correspondência expedida do laboratório de enologia de Caxias. Caxias do Sul, 1916-1922, p.62-63.

(24) Idem. p.4.

Realizada a análise uma das amostras permanecia no laboratório. A esta etapa, acrescentava-se outra, procedia-se a fiscalização dos produtos na estação férrea. Os vinhos que não correspondessem às amostras apresentadas tinham sua exportação obstada. O mesmo procedimento era efetuado nas exportações de carne de porco salgada, xarque, salame, presunto, queijo e conservas⁽²⁵⁾.

O citado laboratório acumulava também ao lado das funções de análise dos produtos, aquelas de distribuição de mudas aos viticultores e de fiscalização nas cantinas.

Em 1921, Mário Caorsi, presidente do laboratório de Caxias, apontava ao Diretor de Higiene do Estado, Ricardo Machado, as falhas na fiscalização. A análise no laboratório e no embarque, não permitia amplo controle sobre o produto exportado. Conforme Caorsi, existiam dúvidas se o vinho depositado para análise seria o mesmo a ser exportado, já que sua substituição poderia ser feita durante o trajeto entre o laboratório e a estação férrea. Na primeira etapa a análise era parcial e na segunda, o número excessivo de carretas transportadoras do vinho, demandavam maior número de funcionários na fiscalização. Propunha como solução a realização das análises em local próximo à estação à estação férrea⁽²⁶⁾.

(25) LIVRO de correspondência expedida do laboratório de enologia de Caxias. Caxias do Sul, 1916-1922. p. 4.

(26) Idem. p.23.

As funções acumuladas no laboratório somente seriam equacionadas com a criação da Estação Experimental em 1921. Esta também uma antiga pretensão, defendida desde 1911, pelo enólogo contratado por Paternô, Adalgiso Zanellato⁽²⁷⁾.

Este, quando auxiliar da Inspetoria Agrícola do Estado, defendia o projeto de criação de um Campo de Demonstração Experimental. Seu objetivo consistia em desenvolver em Caxias, um programa de ensino prático sobre viticultura, enologia, fruticultura, horticultura e criação de suínos⁽²⁸⁾.

O projeto do enólogo apresentado ao Intendente Penna de Moraes, foi logo defendido por este que em 1913, após o declínio do cooperativismo colocava-o em discussão com o governo estadual⁽²⁹⁾.

Em 1917, Penna de Moraes, inicia a realização do projeto. O governo municipal adquiriu 16 hectares de terra e nesta área implantou o Campo de Demonstração Experimental Agrícola de Caxias, sob a direção do enólogo Adalgiso Zanellato⁽³⁰⁾.

(27) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE J.P. DE MORAES (1911-1912). Caxias, Tip. Popular, 1913, p.10.

(28) Idem. p.10.

(29) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE J.P. DE MORAES (1913-1914). Caxias, Tip. Popular, 1915, p.17.

(30) RELATÓRIO FINAL DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS (Cel. José Penna de Moraes). Porto Alegre, Of. Gráficas "A Federação", 1924, p.38.

Em 1921, esta mesma área foi doada ao governo federal, para a criação da Estação Experimental de Viticultura e Enologia, sob os auspícios do governo federal⁽³¹⁾.

Na estação eram realizadas experiências com diferentes castas de viníferas, além da elaboração de processos mais convenientes para a vinificação. Para tais atividades a estação dispunha de laboratório eno-químico e de adega experimental, realizando trabalhos com a colaboração do laboratório de análises de Caxias do Sul⁽³²⁾.

Outro trabalho a cargo da estação, consistia na distribuição de mudas aos colonos-viticultores, diversificando o tipo de viníferas e conseqüentemente, os tipos de vinhos⁽³³⁾.

O jornal "O Brasil" de Caxias, publicava uma matéria em 1922, onde este tipo de instrução da Estação Experimental era referendada

"(...) a melhoria e valorização do vinho riograndense depende, muito, da adaptação systemática da cultura de vides europeias. É claro que, sem um processo racional, não é possível o fabrico de bom vinho; mas é sabido que tanto melhor é a uva, tanto mais se simplificam os processos de fabricação do vinho". (34)

(31) Viticultura - mais um melhoramento para Caxias. O Brasil. Caxias, 22 jan., 1921, nº 03, p.1.

(32) GOBBATO, C. O cultivo da vide e a industrialização da uva no RS. IN: ÁLBUM. Op.cit., p.409.

(33) Idem. p.409.

(34) Uvas e vinhas. O Brasil. Caxias, 14 out., 1922, nº 38. p.1.

A mesma matéria afirmava ser o papel dos enólogos do laboratório de análises e da própria estação fundamental na divulgação de métodos adequados, de vinificação. Estes técnicos

"(...) visitando os viticultores em local, vão lhes ministrando ensinamentos exatos e analysando as vinhas. Vão reunindo erros e abuzos, ao passo que indicam correções aos defeituosos processos de vinificação".(35)

O mesmo trabalho de instrução relativa a cultura da videira e da preparação do vinho, seria realizado por Celeste Gobbato, que enviado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, chegava a Caxias em 1924. Gobbato, enólogo italiano, residia no Rio Grande do Sul desde 1912, quando seria convidado para trabalhar na seção de viticultura no Instituto de Agronomia Borges de Medeiros da Escola de Engenharia⁽³⁶⁾.

Preocupado com os processos de manipulação das uvas para a fabricação dos vinhos, Gobbato criticava o processo de produção entregue, segundo ele, a produtores despreparados que

"(...) manipulam de qualquer maneira sua matéria-prima e vendem depois o produto que nem sempre, pode ainda conservar o nome de vinho". (37)

(35) Uvas e vinhas. O Brasil. Caxias, 14 de out., 1922, nº 38, p.1.

(36) RODRIGUES, Jimmy. Subsídios para a história da uva e do vinho. Caxias do Sul, São Miguel, 1982, p.52.

(37) GOBBATO, Celeste. Manual do vitivinicultor brasileiro. Porto Alegre, Of. Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922, p.249.

A ausência de critérios técnicos para a produção de vinhos, incluía a utilização de locais inadequados para seu processamento. Na maioria das colônias, as cantinas eram

"(...) representadas por um quarto da casa de moradia, abrigada com taboas desconexas separados cobertos com santa-fé ou outra palha (...) ou são galpões completamente fechados com taboas ou alvenaria e cobertos com taboinhas de zinco (...)". (38)

Existiam ainda, cantinas encostadas em barrancos, úmi das onde o piso era o próprio solo, inadequadamente aplaidado sem inclinação para o escoamento dos líquidos ocasionando o acúmulo de água ou vinho estagnado em suas depressões⁽³⁹⁾.

A crítica aos estabelecimentos vinícola, alcançava os comerciantes-vinicultores. Conforme descrito no capítulo anterior, Gobbato descrevia os estabelecimentos dos comerciantes como simples depósitos de vinhos, distantes de serem caracterizados como cantinas⁽⁴⁰⁾.

Para o autor a insistência do colono em vinificar em suas cantinas domésticas e a aquisição da produção pelo comerciante, somente capaz de beneficiar a produção através da mistura dos vinhos, era negativo à vitivinicultura. A situação ideal, consistia na criação de grandes cantinas

(38) GOBBATO, Celeste. Manual do vitivinicultor brasileiro. Porto Alegre, Of. Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922, p.250.

(39) Idem. p.250.

(40) Ib. idem. p.264

espalhadas pelo interior, onde a matéria-prima seria a uva, que ali seria fermentada e transportado o vinho para um estabelecimento central a fim de receber o tratamento final (41).

A proposta de Gobbato, não diferia muito daquela apresentada por Paternô. Apesar da ausência da palavra cooperativismo nas avaliações de Gobbato, encontrava-se a centralização da produção em cantinas de grande porte. Verificava-se a idéia de separação de funções. onde o colono-viticultor deteria o papel de produtor de uvas e não vinhos.

Discurso semelhante apresentava José Penna de Moraes. Para este, o aperfeiçoamento da produção e a proteção fiscal por parte dos governos federal, estadual e municipal, tinha que ser acompanhado pela separação entre produtores da uva e fabricantes de vinho. Como afirmava, aquele que cultivava a vinha não poderia ser o mesmo que fabricaria o produto (42).

De sua prática enquanto representante dos comerciantes vinicultores e como administrador público, resultou para a viticultura local a criação do laboratório enológico e a estação experimental.

(41) GOBBATO, Celeste. Manual do vitivinicultor brasileiro. Porto Alegre, Of. Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922, p.264.

(42) RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE CAXIAS PELO INTENDENTE JOSÉ PENNA DE MORAES. Caxias, "A Federação", 1919, p.17.

Estes órgãos, no que tange a fiscalização e a pesquisa enológica, concretizaram as inovações consideradas ainda na primeira fase do cooperativismo. Consistiam nos elementos para a inovação da vitivinicultura local. Entretanto, isoladamente não afetavam o sistema de produção e comércio do setor.

II.3 - A PREPARAÇÃO

Considerados os problemas relativos a parte fiscal e técnica, outro começaria a ser questionado nesta fase, aquele relativo as funções exercidas pelos integrantes do setor vinícola: comerciantes e colonos.

Sem desconsiderar as relações entre um e outro integrante do sistema, pretendia-se avaliar sua forma de sobrevivência, dentro de uma atividade econômica que gradualmente apresentava transformações. Neste momento verificava-se a prática do discurso iniciado com o fim do cooperativismo e conduzido por representantes do comerciante-vinicultor.

A continuidade das relações encontraria obstáculos na medida em que crescia a exportação. Este crescimento pode ser acompanhado pelo gráfico na página 115, registrando a exportação entre 1915 a 1929.

Pela análise dos dados, registram-se dois momentos de altos índices de exportação: 1917, vindo em um crescente desde 1915, envolvendo pois, o período da I Guerra Mundial.

A queda registra-se em 1918, momento da problemática em torno da falsificação. Em 1919, ligeira recuperação, pa

Quadro 4
Exportação de vinhos no RS (1916-1930)

ANO	QUANTIDADE/QUILOS	VALOR
1916	7.962.992	2.277:938\$910
1917	14.220.767	3.901:307\$500
1918	6.424.373	1.818:320\$600
1919	7.792.098	3.113:137\$710
1920	2.987.140	1.309:521\$850
1921	4.668.998	2.123:801\$550
1922	7.196.962	3.333:161\$600
1923	11.211.220	7.751:402\$340
1924	14.691.830	20.930:974\$400
1925	15.177.297	10.319:686\$690
1926	16.643.712	11.257:434\$050
1927	19.294.760	11.739:286\$000
1928	26.191.407	21.040:173\$740
1929	22.567.427	17.862:473\$450
1930	35.694.665	10.844:025\$860

Fonte: Relatórios apresentados ao presidente do Estado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, 1917-1931.

ra novamente decair entre 1920 e 1921. Este declínio, pode ser explicado como decorrência de infecção peronospórica, que atacou as videiras em 1919⁽⁴³⁾.

Em 1923, iniciava-se a recuperação mantendo-se em movimento crescente até 1928 e decair em 1929. Conforme Lorraine Giron, esta queda ou como denomina a autora "crise na exportação vinícola", "(...) não está vinculada à Grande Depressão, mas ao monopólio exercido pelos produtores urbanos, na demarcação dos preços para o vinho do colono (44).

Entretanto, um fator contraditoriamente acompanhava este crescimento das exportações: a instabilidade do preço médio do vinho. O quadro a seguir (página 134) demonstra este movimento.

Esta instabilidade verifica-se especialmente, entre a quantidade exportada e o valor pago pelo total da exportação no Estado. De acordo com o quadro nº 4, apesar do volume exportado em 1917 o valor pago neste ano, seria aproximado aquele de 1919, quando a quantidade exportada seria a metade daquela de 1917. Se os preços mantiveram-se estáveis entre 1919 a 1922, o mesmo não ocorreu com a quantida

(43) GOBBATO, Celeste. Manual do vitivinicultor brasileiro. Porto Alegre, Of. Gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922, p.4-5.

(44) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola no RS (1873-1973). Manuscrito, p.42.

Quadro 5
Preço médio do vinho (1917-1929)

ANO	PREÇO MÉDIO	ANO	PREÇO MÉDIO
1917	0,27	1924	1,42
1918	0,27	1925	0,68
1919	0,40	1926	0,67
1920	0,43	1927	0,60
1921	0,45	1928	0,80
1922	0,46	1929	0,79
1923	0,69	1930	0,30

Fonte: Relatórios da Secretaria dos Negócios da Fazenda 1917-1929.

de exportada e o valor correspondente. A partir de 1923 o movimento de exportação tende a estabilizar-se, mas não os preços médios que aumenta em 1924, para decair no ano seguinte, recuperar-se em 1928 e decair significativamente em 1930.

Considerando esta instabilidade, Moraes Vellinho, fazia uma avaliação em 1922, em matéria publicada na revista "O Trabalho" da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul.

Esta intitulada "Indústria Vinícola", Vellinho

"Trata da crise pela qual passa a indústria vinícola, destacando como causa a avalanche de improvisados exportadores de vinho, incompetentes e sem critérios comerciais algum, que queriam vender e só vender; pouco lhes importando que a mer

cadoria deixasse ou não lucro (...)" (45)

Reforçava esta posição, o Intendente Penna de Moraes ao demonstrar a falta de qualidade do vinho gaúcho: culpa também aquele que denomina de "fabricante", responsável pelo acondicionamento do produto para exportação. Este, segundo Moraes, tinha somente uma preocupação: "(...) despender pouco e ganhar muito". (46)

Conforme os autores acima, o comércio vinícola tornava-se um comércio especulativo, onde a facilidade para aquisição do produto junto ao colono-viticultor e a reduzida tecnologia aplicada nos depósitos de vinho, conforme a descrição de Gobbato, atraía um bom número de comerciantes, para o setor. Esta concentração de casas comerciais verificava-se no total de depósitos de vinhos, frente a outros estabelecimentos comerciais. A tabela 4, permite perceber a variação no total por ano, do número de depósitos de vinho, evidenciando um caráter transitório e especulativo que teria para alguns este tipo de comércio.

Contra este caráter especulativo que viria assumir o comércio, direcionavam-se os discursos de Gobbato e de Moraes.

(45) VELHINHO, Moraes. Indústria vinícola. O Trabalho. Caxias, (1): , 1922.

(46) RELATÓRIO FINAL DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. Coronel José Penna de Moraes. Porto Alegre, A Federação, 1924, p.47.

Tabela 4
Depósitos comerciais - Caxias (1917-1929)

DEPÓSITOS \ ANOS	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Vinho	11	21	19	16	14	21	16	21	19	20	20	19	27
Gêneros coloniais .	9	12	9	8	7	7	4	2	2	2	4	3	6
Banha	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	2	2	1
Materiais, móveis e ferros	5	5	4	4	6	7	3	2	-	-	-	-	-
Cargos, louros e ce reais	6	4	3	4	5	6	6	9	6	10	7	7	10

Fonte: Livros de Impostos de Indústrias e Profissões.
Caxias, 103-1929.

Não bastava doutrinar o colono-viticultor para a adoção do cultivo de novas vinhas, era fundamental educar o comerciante acostumado, normalmente, a práticas rudimentares de tratamento do vinho e convencê-lo do uso de processos racionais de produção.

O sistema assim seria perpetuado, a complementaridade seria mantida, desde que redimensionada as funções dos componentes do mesmo. Moraes deixava claro, a quem cabia, dentro deste sistema, o domínio sobre a produção e sobre o setor. Era o momento dos comerciantes atuarem sem a espera de enviados ou emissários oficiais.

Conforme declara Velhinho:

"Somos avessos a truts ou convênios por provada impraticabilidade neste meio, mas quer nos parecer, que uma união de vistas entre os exportadores remanescentes daria optimos resultados".(47)

A "união de vistas" já havia sido praticada em 1918, quando a problemática da falsificação. Nesta união alinhavam-se comerciantes-vinicultores via Associações Comerciais.

Em 1921 surge, a primeira tentativa de formação de uma entidade de representativa dos exportadores de vinho

"Sabemos estarem os senhores comerciantes de vinho em negociações para firmarem um accordo sobre tudo o que disser respeito ao seu ramo de actividade, desde que esse accordo seja feito e cumprido fielmente, delle poderão advir grandes vantagens para o commercio vinicola e para a propria colonia".(48)

(47) REVISTA "O Trabalho". Caxias, nº 1, Mar/1922.

(48) COMMERCIO de vinho. O Brazil. Caxias, 01 jan. 1921, nº 49, p.1.

Em 22 de janeiro do mesmo ano, surge a "União dos Exportadores", cuja finalidade consistia em "zelar pelos interesses da classe estabelecendo certa unidade de vistas sobre os assumptos vinícolas"⁽⁴⁹⁾.

A inconsistência da associação verificava-se na constituição em abril de 1921, do "Centro Vinícola dos Exportadores", que propunha a fixação dos preços de compra e venda dos vinhos e ao mesmo tempo, tentava atuar em todas as zonas produtoras nas regiões compreendidas por Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi⁽⁵⁰⁾.

A avaliação da abrangência destas entidades fica obstada pela ausência de documentos, com excessão das poucas notícias de jornais. Entretanto, da "União dos Exportadores", para o "Centro Vinícola", um visível avanço em termos de objetivos. A primeira não delimitava o que seria esta união em torno de assuntos vinícolas: a segunda tentava colocar-se como reguladora dos preços de compra e venda dos vinhos. A livre concorrência entre comerciantes começava a ser questionada. A ação isolada dos comerciantes deveria ser regulamentada em torno dos interesses do grupo sócio-econômico.

Esta tentativa de associação justificava-se pelo re-

(49) UNIÃO dos exportadores. O Brazil. Caxias, 22 jan. 1921, nº 3, p.2.

(50) COMMERCIO do vinho caxiense. O Brazil. Caxias, 30 abr. 1921, nº 17, p.3.

sultado da comercialização da safra de 1921, marcada pela baixa do preço do vinho nos mercados consumidores. A responsabilidade da situação era imputada aos comerciantes-vinicultores que

"ao adquirirem o produto, pagaram à colônia preços exagerados, que as condições dos mercados de consumo absolutamente não comportavam".(51)

A impossibilidade de reter os vinhos em estoques por dois ou três meses, levou à queda dos preços⁽⁵²⁾. O centro vinícola, tentaria agir, portanto, na fixação dos preços de compra e venda, ao nível de produtor e consumidor, para valorização do produto.

A julgar pela contínua instabilidade do preço médio por litro exportado, a união dos comerciantes parece ter malogrado⁽⁵³⁾.

Entretanto, a década de 20, seria marcada no Rio Grande do Sul, pela organização dos produtores e comerciantes. Conforme Sandra J. Pesavento, estes produtores pequenos e grandes seriam favorecidos pela

"(...) sua própria atuação no processo econômico e pelo amparo do governo, os grandes capitais investidos no setor organizaram o seu sindicato".(54)

(51) COMMERCIO do vinho. O Brazil. Caxias, 01 jan. 1921, nº 49 p.1.

(52) Idem. p.1.

(53) QUADRO, p.

(54) PESAVENTO, S.J. RS: Agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.45.

Segundo a autora, o amparo do governo estadual, estimulando associações sindicais, passou a integrar como programa de governo a partir da eleição de Getúlio Vargas à presidência do Estado em 1928. Para Vargas:

"A complexidade crescente da vida social, a sensibilidade dos fenômenos econômicos pela contínua repercussão de uns sobre os outros, a massa dos capitais empregados, quase não permite que os grandes investimentos sejam realizados pelo só esforço individual. Daí a necessidade da força associativa que formam estas empresas, e a tendência generalizada de reagrupamento social (...) para que melhor se compreendam e orientem os fenômenos coletivos".(55)

Cabia ao Estado o estímulo a associação, seja por profissão ou atividade econômica, considerando que a forma mais eficiente de associação consistia nos sindicatos.(56)

A primeira manifestação de organização sindical de produtores agrícolas, surge em 1923, quando da fundação em setembro daquele ano, do "Sindicato Agrícola Riograndense".

Conforme Celeste Gobbato, integrante do comitê de organização

"A idéia da fundação de um Sindicato, ou, ao menos, de uma associação que congregasse todo elemento rural e todos os que se preocupam com o desenvolvimento o progresso da agricultura, existia, sem dúvida entre nós, desde tempo".(57)

(55) PESAVENTO, S.J. República velha gaúcha: "Estado autoritário e economia. Dr. DACONAL, J.M. & GONZAGA, S. (ORG). RS: Economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.224.

(56) Idem. p.225.

(57) SYNDICATO Agrícola Riograndense. Correio do Povo. Porto Alegre, 8 set. 1923, p.5.

Os objetivos que orientariam a ação deste sindicato seriam a promoção de reuniões, congressos e exposições agrícolas, auxílio de insumos para a produção, instruções técnicas por meio de palestras e conferências rurais, organização de campos de demonstração e estações experimentais, estímulo à empresas rurais, fornecimento de crédito agrícola, promover a criação de cooperativas de produção e contribuir para o serviço de estatística rural⁽⁵⁸⁾.

Objetivos amplos para um sindicato que representaria diferentes setores de produção agrícola. Entretanto, 3 anos após sua organização, surge o Sindicato Arrozeiro, órgão oficial dos agricultores gaúchos⁽⁵⁹⁾. O arroz produzido no Estado comercializado no mercado nacional e durante o período da I Guerra Mundial no mercado do Prata⁽⁶⁰⁾, sofre uma queda em suas exportações a partir da metade da década de 20. O mesmo fenômeno verifica-se com o preço médio por saca, que sofre redução a partir de 1926⁽⁶¹⁾.

Naquele ano um congresso de Rizicultores, reúne os produtores em Porto Alegre, que decidem pela criação de um sindicato, capaz de adotar "(...) as providências e (...) me-

(58) SYNDICATO Agrícola Riograndense. Correio do Povo. Porto Alegre, 8 set. 1923, p.225.

(59) FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. IN: DACONAL, J.M & GONZAGA, S. (ORG). RS: Economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.224.

(60) Idem. p.332.

(61) Ib. idem. p.343 e 346.

didadas necessárias, dentro das possibilidades que a situação geral e a produção oferecem, para conseguir a necessária valorização do arroz (...)"⁽⁶²⁾.

Em 1928, surge o sindicato Sul Riograndense da Banha. Tinha como finalidade "(...) a normalização dos negócios da banha e eliminação das fraudes, bem como a estandardização da produção (...)"⁽⁶³⁾.

Para Pesavento, o Sindicato da Banha pretendia a centralização da produção e da comercialização, eliminando a produção doméstica nas pequenas propriedades. Desta forma, teria uma função monopólica/monopssônica⁽⁶⁴⁾.

Em 1927, esta mesma tendência associativa manifestava-se na região vitivinícola. Em 16 de setembro de 1927, na Intendência Municipal de Caxias, reúnem-se comerciantes-vinicultores⁽⁶⁵⁾, para "(...) a organização de um aparelhamento para a defesa do comércio do vinho o que de mais importante se apresenta, pois é questão que a todos nós interessa"⁽⁶⁶⁾.

Na ocasião, Adelino Sassi, comerciante local e integrante da diretoria da Associação dos Comerciantes de Ca-

(62) FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. IN: DACONAL, J.M. & CONZAGA, S. (ORG). RS: Economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.349.

(63) PESAVENTO, S.J. RS: Agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.91.

(64) Idem. p.91.

(65) Ib. idem. p.46.

(66) PROJETO para a fundação de um sindicato entre os exportadores de vinho de Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Trento. Caxias, Mendes, 1927, p.1.

xias, apresenta um esboço das condições que norteariam a criação do sindicato do vinho. O objetivo principal, conforme descrito pelo autor, seria

"Conjugar todos os esforços com o objetivo de valorizar o nosso principal producto e muito principalmente evitar a continuação do actual systema de commercio cujas conseqüências todos nós conhecemos".
(67)

A alteração feita neste sistema de comércio, ficaria previsto nos dois primeiros artigos, onde o ponto principal da organização seria a fixação da quantidade a exportar para cada associado. Esta quantidade seria estabelecida, tomando-se como base as exportações efetuadas por cada comerciante em 1926. Não ficava assim limitada a "liberdade de comprar ou vender" apenas fixando uma quota de exportação dentro da capacidade das casas comerciais, não sendo o comerciante impedido de ultrapassá-las⁽⁶⁸⁾.

O controle da exportação excedente, efetivou-se conforme o artigo 13º.: cada associação que excedesse sua quota, teria retido 50% do valor depositado e pago pelo associado como uma taxa ao sindicato, em proporção a cada litro de vinho exportado. Esta taxa, no fim de cada ano comercial reverteria-se integralmente ao associado, caso não

(67) PROJETO para a fundação de um syndicato entre os exportadores de vinho de Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Trento. Caxias, Tip. Mendes, 1927, p.1.

(68) Idem. p.2.

houvesse ele ultrapassado seu limite de exportação⁽⁶⁹⁾.

Em 26 de dezembro de 1927, o Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul era oficializado conforme o decreto estadual nº 3.972⁽⁷⁰⁾, restringindo-se ao município de Caxias, sem o apoio dos comerciantes de Bento Gonçalves e Garibaldi⁽⁷¹⁾.

(69) PROJETO para a fundação de um sindicato entre os exportadores de vinho de Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Trento. Caxias, Tip. Mendes, 1927, p.4 e 5.

(70) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás B. de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1929, p.82.

(71) PESAVENTO, S.J. RS: Agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, 1983, p.47.

CAPÍTULO III

**AÇÃO E REAÇÃO:
COMERCIANTES E COLONOS
(1928-1936)**

III.1 - A ORGANIZAÇÃO DOS COMERCIANTES-VINICULTORES: SINDICATO VITIVINÍCOLA E SOCIEDADE VINÍCOLA

A organização original do Sindicato Vitivinícola, criada em 1927, seria alterada em outubro de 1928. Nesta data, a reformulação daquela instituição seria justificada com a adesão dos comerciantes-vinicultores dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Vicenza (Farroupilha).

A regionalização do sindicato demonstrava um movimento comum vivenciado pela vitivinicultura. Neste, delineavam-se transformações sobre as quais passaria o sistema de produção e comércio e no qual, a fundação do sindicato e depois da Sociedade de Vinícola seria fundamental.

A problemática do setor estendida aos demais municípios produtores, conduziria a discussão para a capital do Estado. Ali seria realizada a mobilização dos comerciantes-vinicultores da região, que viam nas exportações desreguladas o produto da desorganização comercial do setor, o impecilio para o desenvolvimento da vitivinicultura⁽¹⁾.

(1) Congresso dos cantineiros. Correio do Povo. Porto Alegre, 17 out., 1928, nº 248, p.5.

No entanto, estas questões seriam conduzidas ao governo estadual, através da Associação dos Comerciantes de Caxias que ainda em julho de 1928, nomeava em assembléia, uma comissão para avaliar a situação. Situação esta, definida a partir do prejuízo acusado na comercialização da safra vinícola daquele ano⁽²⁾.

A comissão formada por Eduardo Verdi, Dr. Paulo Rache, Emílio Pezzi e Augusto Dal Cortivo que entrando em contato com o Gal. Firmino Paim Filho, Secretário da Fazenda do Estado, tratavam da possibilidade da criação de um sindicato estadual do vinho, com a ampla participação dos vitivinicultores⁽³⁾.

A idéia de sindicalização foi debatida no "Congresso dos Cantineiros", em outubro de 1928, realizado em Porto Alegre. Deste encontro participaram 50 vinicultores da região de colonização italiana⁽⁴⁾.

Durante o evento, a criação de um sindicato, como solução à péssima organização comercial da vitivinicultura, foi defendida pelo enólogo e comerciante Guido D'Andréa. Avaliando o setor, afirmava ser a livre exportação um fator prejudicial. O objetivo do sindicato seria a eliminação da concorrência. Isto somente seria possível, segundo ele, me

(2) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.8.

(3) Sindicato Vinícola. O Regional. Caxias, 16 jul., 1928, nº 28, p.2.

(4) Congresso dos Cantineiros. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 out., 1928, nº 248, p.5.

diante a distribuição de quotas de exportação para cada comerciante associado, baseando estas quotas em exportações passadas⁽⁵⁾.

Este sistema de comercialização, já havia sido apresentado por Adelino Sassi um ano antes, quando da formação do Sindicato Vitivinícola em Caxias do Sul.

Concordava com a opinião de D'Andrea, o comerciante-vinicultor do município de Bento Gonçalves, Horácio Mônica. Defendendo a exportação por quotas, afirmava serem os colonos-viticultores, os únicos beneficiados com o livre-comércio. Estes, encontravam colocação para toda sua produção, como consequência da concorrência entre os comerciantes⁽⁶⁾.

A tendência para a criação do sindicato como órgão de defesa dos comerciantes-vinicultores, caracterizava-se no congresso. Alberto Bins, organizador do Sindicato dos Arroz zeiros do RS, reforçava esta idéia, mas lembrava a importância da formação de um "sindicato geral", para a defesa dos interesses de comerciantes e colonos⁽⁷⁾. Sobre a idéia de um sindicato representante de comerciantes e colonos, desenvolveu-se no dia 19 de outubro os trabalhos para a formação de uma comissão com comerciantes de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi, para tratar da elaboração dos esta-

(5) Congresso do Cantineiros. Correio do Povo. Porto Alegre, 17 out., 1928, nº 248, p.5.

(6) Idem.

(7) Ib. Idem.

tutos do sindicato. Norteando a elaboração, estava a idéia de

"(...) o melhoramento da indústria vinícola, pois facilitará ao colono productor a maior vantagem sobre as vendas de uvas aos estabelecimentos enologicos que na elaboração do producto, poderão applicar os conhecimentos enotechicos".(8)

Pretendia-se aqui, redimensionar as funções dos integrantes do sistema de produção e comércio vitivinícola. Condiicionavam-se como funções do colono-viticultor, a de ser fornecedor de uvas (e não vinho) aos estabelecimentos de vinificação.

O sindicato, aos poucos, transformava-se na viabilização do discurso apresentado na fase anterior (1914-1927), onde a defesa da distinção de funções entre os elementos do setor era a opinião de Penna de Moraes. Outro aspecto que fazia parte da temática daquela fase, consistia na crítica aos procedimentos na vinificação, relacionadas às condições dos estabelecimentos enológicos.

Em 1928, encontrava-se a palavra indústria, era utilizada no momento em que se abordava a temática em torno da vitivinicultura. Demonstrando senão uma mudança de mentalidades, pelo menos a consideração da transformação dentro do circuito da produção. A reformulação da produção exigia o redimensionamento das funções dentro do setor e trazia o

(8) Congresso dos Cantineiros. Correio do Povo. Porto Alegre, 17 out., 1928, nº 248, p.5.

controle sobre o mesmo.

O Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul, ficou sediado em Caxias do Sul. Conforme seus estatutos propunha a união dos vitivinicultores para a defesa dos interesses desta indústria vinícola⁽⁹⁾. Considerava também como seus objetivos

"Pugnar pela regulamentação do comércio de vinhos, sua valorização e estabilização dos preços de compra e venda atendendo a produção e ao consumo; regular e melhorar o preço das uvas em relação as classes e ao cultivo, além de estabelecer o controle do mercado de vinhos, regulamentando a sua exportação, podendo para esse fim, fixar quotas, combater falsificações e fraudes".(10)

Não delineava como finalidade sua transformação em produtor. Limitava-se a estimular e "(...) facilitar o andamento e progresso da indústria em geral e cada estabelecimento em particular"(11).

Para tal pretendia,

"Fomentar a importação de máquinas e utensílios de utilidade vinícola e enológica, de adubos, sulphato de cobre e do que mais necessário for".(12)

Propunha-se a prestar serviços de assistência junto aos colonos-viticultores, ministrando ensinamentos e comercialização de mudas de parreiras⁽¹³⁾. Desta forma, eram on-

(9) Estatutos do Sindicato Vitivinícola. IN: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.86.

(10) Idem.

(11) Ib. Idem.

(12) Ib. Idem.

(13) Ib. Idem.

tado dentro do sindicato, um departamento técnico com atribuições que iam desde acompanhamento enológico, até a formação de um parreiral experimental, para o estudo de sistemas de culturas.

Na definição dos critérios de seleção dos associados do sindicato, efetuava-se a divisão em três categorias: viticultores ou colonos, vinicultores ou cantineiros e aqueles que tomaram parte em indústria conexa⁽¹⁴⁾.

Conforme os estatutos, era considerado cantineiro ou vinicultor aquele que se dedicava ao "(...) commercio em grosso do vinho, adquirindo-o do viticultor ou colono, e estabelecendo classes e typos"⁽¹⁵⁾. Na última categoria, encontravam-se aqueles que haviam exercido a profissão de viticultores ou vinicultores, por um período mínimo de cinco anos⁽¹⁶⁾.

Estes sócios enquadravam-se em dois departamentos: departamento produtor, integrado exclusivamente por colonos-viticultores e o departamento industrial e comercial, dele participando somente os comerciantes-vinicultores⁽¹⁷⁾.

No estabelecimento de atribuição a cada departamento, ao produtor cabia "(...) defesa dos interesses peculiares

(14) Estatutos do Syndicato Vitivinícola. IN: Relatório Apresentado do Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.89.

(15) Idem.

(16) Ib. Idem.

(17) Ib. Idem.p.88

à classe (viticultores) (...)" e a colaboração com os vinicultores nas questões comuns⁽¹⁸⁾. Ao departamento industrial e comercial além da consideração dos seus interesses e daqueles recíprocos, era o departamento encarregado da fixação dos preços de compra e venda dos vinhos⁽¹⁹⁾.

Os colonos-viticultores ficavam excluídos da parte administrativa do sindicato, não tendo decisão direta na elaboração dos preços do produto, lhes cabia legitimar as decisões do departamento industrial e comercial. Aquele por eles integrado, transformava-se em "letra morta" diante da ausência de finalidades objetivas e diante da centraliza-ção administrativa.

Manipulando a comercialização, conforme determinações estatutárias, os comerciantes-vinicultores mascaravam a discriminação por categorias. O sindicato estava aberto a comerciantes e colonos mas ao mesmo tempo, demonstrava quem privilegiava-se com sua organização.

A posição desigual imposta aos viticultores era en-contrada também, na organização administrativa do conselho superior do sindicato.

O conselho formado por nove membros, era composto por quatro representantes dos viticultores e pelo mesmo número de vinicultores. Aos oito elementos eleitos em assembléia,

(18) Estatutos do Sindicato Vitivinícola. IN: Relatório apre-sentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Tho-más Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.88.

(19) Idem.

cabia a escolha do presidente do sindicato⁽²⁰⁾.

Entretanto, um dispositivo dos estatutos previa um número mínimo de 20 viticultores associados ao sindicato para que a citada composição do conselho fosse da forma indicada. Sem o cumprimento desta determinação, integrariam o conselho somente cinco membros eleitos, exclusivamente, entre os vinicultores⁽²¹⁾.

Conforme a análise efetuada junto aos associados do sindicato, observou-se que dos 53 sócios fundadores, 28 deles pertenciam a Caxias, 14 a Bento Gonçalves, 2 de Nova Vicenza e 2 de Garibaldi. Deste total, 7 não foram identificados⁽²²⁾. Observou-se também, que entre os 53, somente um deles estava identificado como colono-viticultor, proveniente de Bento Gonçalves. Entre aqueles localizados em Caxias, 19 deles eram proprietários de depósitos de vinhos, entre estes, 8 também possuíam tanoarias. Ainda de Caxias, 6 eram comerciantes sem identificação de ramo, ou melhor, não pagantes de impostos como proprietários de depósito de vinho, 2 qualificados como "industriais" (fábrica metalúrgica e serraria; marcenaria e carpintaria) e um último afastado da atividade comercial vinícola⁽²³⁾.

(21) Estatutos do Sindicato Vitivinícola. IN: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.96.

(22) Idem. p.97.

(23) Livro de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1903-1929.

Confrontados estes números com aqueles retirados dos livros de impostos sobre indústrias e profissões de Caxias, verificou-se que tanoarias e depósitos de vinhos, somavam em 1928 um total de 28 estabelecimentos. Destes 19, eram depósitos de vinhos e 9, tanoarias. Portanto, todos os comerciantes-vinicultores, pelo menos aqueles sujeitos aos impostos municipais, associaram-se ao Sindicato Vitiviníco la. (ver tabela 5)

Tabela 5

Estabelecimentos vinícolas - tanoarias e depósitos de vinho - Caxias (1899, 1903-1929)

ANO	1899	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
	TANOARIAS																											
Tanoarias	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1	5	22	25	27	18	14	16	1	20	8	10	10	9	10
Depósitos de vinho ..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	3	6	11	21	19	16	14	21	16	21	19	20	20	19	27

Fonte: Livros de impostos de indústrias e profissões
Caxias. 1893, 1903-1929.

Portanto, o Sindicato Vinícola do RS, constituiu-se como representante do setor exportador ou seja, dos comerciantes-vinicultores, proprietários de depósitos de vinhos e tanoarias, estando dele praticamente excluídos os colonos-viticultores.

III.2 - A SOCIEDADE VINÍCOLA RIOGRANDENSE LTDA.

Em junho de 1929, foi realizada a transferência do departamento comercial e industrial do Sindicato Vitivinícola do RS, instalado em Caxias do Sul, para a capital do Estado⁽²⁴⁾.

Esta transferência significou alteração importante, pois mais do que mudança da localização das instalações, ocorreu naquela data, a formação de uma sociedade comercial, a partir do reagrupamento dos associados do próprio sindicato.

Este procedimento era previsto nos estatutos do Sindicato Vitivinícola. Este comprometia-se a dar "(...) toda a assistência e proteção às sociedades que se organizarem entre os sócios e que tenham directa relação com os fins do Syndicato (...)"⁽²⁵⁾. Entretanto, não assumia nenhuma res-

(24) Tudo por Caxias. O Caxias. Caxias, 13 jun., 1929, nº 103, p.1.

(25) Estatutos do Sindicato Vitivinícola do RS. IN: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão De Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.94.

ponsabilidade quanto às obrigações contraídas por estas sociedades, pois eram completamente independentes, o vínculo mantinha-se somente pela filiação ao sindicato⁽²⁶⁾.

Baseado neste dispositivo dos estatutos, surge a sociedade Vinícola Riograndense Ltda., uma sociedade por quotas e independente administrativamente do Sindicato. A sociedade organizou-se com o capital de 44 associados, num total de 3.000.000\$000 (três mil contos de réis), reunindo exclusivamente comerciantes-vinicultores (sejam pessoas naturais ou jurídicas)⁽²⁷⁾.

A explicação para a exclusão dos colonos-viticultores, justificou-se pela forma assumida pela sociedade e também, mediante os próprios estatutos do sindicato. Onde ficava previsto que somente sócios de uma mesma categoria poderiam integrar as sociedades e continuar, através destas, filiados ao sindicato⁽²⁸⁾. Ficava previsto também, a impossibilidade de filiação de duas sociedades com os mesmos objetivos, mesmo que formadas por categorias de sócios diferentes⁽²⁹⁾.

(26) Estatutos do Sindicato Vitivinícola do RS. IN: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.94.

(27) Syndicato Vinícola está definitivamente reorganizado. O Popular. Caxias, 27 jun., 1929, nº 30, p.4.

(28) Estatutos do Sindicato Vitivinícola do RS. IN: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.94.

(29) Idem.

Faz-se necessário questionar, quais teriam sido os fatores condutores da formação desta sociedade. O sindicato não falira mas mostrara entre 1928 e 1929, a ineficiência do seu departamento comercial e industrial (integrado pelos comerciantes-vinicultores), na manutenção dos acordos firmados entre associados e sindicato. Os preços de compra e venda dos vinhos, não foram respeitados pelos comerciantes sindicalizados⁽³⁰⁾.

Entre as ações do Sindicato, no que diz respeito ao controle dos preços de compra e venda dos vinhos, este não foi suficiente para regulamentar a comercialização, como afirmou José de Moraes Vellinho, ex-diretor do sindicato. Este testemunhava que a organização da entidade não conseguiu terminar com os "preços de favor" utilizados nas safras vinícolas entre comerciantes e colonos⁽³¹⁾.

A venda com bonificação ou benefício, aconteceria em 1929. Segundo Oswaldo Aranha, Secretário do Interior, a venda com favor diminuiu o preço dos vinhos⁽³²⁾. Aranha lembrava a situação negativa que criava-se, diante de uma produção onde os preços de compra não foram mantidos.

"Tendo o syndicato fixado o preço de compra e venda ao consumidor sobre uma base, a diminuição daquele trouxe como resul

(30) Sindicato vinícola. O Popular. Caxias, 06 dez., 1928, nº 1, p.2.

(31) Depoimento de José de Moraes Vellinho.

(32) A viti-vinicultura riograndense. Correio do Povo. Porto Alegre, 07 jun., 1929, nº 133, p.5.

tante a possibilidade de ser o vinho vendido por preço inferior ao fixado (...)" (33).

Apesar da existência do sindicato, o comportamento anterior dos comerciantes-vinicultores prevalecia. Grande oferta do produto significava diminuição dos preços de compra e conseqüentemente fácil comercialização da produção nos mercados consumidores.

Duas outras medidas seriam tomadas pelo sindicato. Como intermediador das vendas entre comerciantes-vinicultores e mercados, foi-lhe fornecido pelo governo estadual facilidade fiscal. Esta consistia na isenção da taxa de exame bromatológico, para vinicultores que comercializassem através do sindicato (34).

A outra medida foi a aprovação pelo governo do Estado, de um regulamento sanitário para a melhoria da qualidade dos vinhos (35). Elaborava-se uma fiscalização intensa sobre a produção vinícola que ia desde a análise obrigatória dos vinhos, passando pelo registro das firmas a fim de lhe ser conferida a licença para a vinificação e comércio. Além disso, ficavam sujeitos os vitivinicultores a declararem à fiscalização sanitária, a quantidade de vinho exis-

(33) A viti-vinicultura riograndense. Correio do Povo. Porto Alegre, 07 jun., 1929, nº 133, p.5.

(34) Decreto nº 3.972 de 26 de dezembro de 1927. IN: Livros de Correspondência recebida do laboratório enológico. Caxias, 1925-1927, s.p.

(35) O governo do Estado aprovou, hontem o Regulamento Sanitário que se destina a melhorar a industria do vinho no RS. Correio do Povo. Porto Alegre, 20 jan., 1929, nº 17, p.10.

tente nas cantinas, sendo assim, ficava proibido de vender vinho em quantidade superior aquela declarada; salvo se adquirisse vinhos de terceiros⁽³⁶⁾.

Outro aspecto do regulamento era a classificação dos vinhos por tipos e a partir deles determinar-se, a graduação alcoólica correspondente. Para o vinho de uva Isabel, tipo "especial", a graduação não poderia ser inferior a 10%, para o tipo "superior", 9,5% e do tipo "consumo" 9% de graduação alcoólica. A classificação dos vinhos dependia também, de índices reguladores de seu extrato seco, acidez volátil e acidez total⁽³⁷⁾. Exigia-se dos vinhos especializados tipo Reno, Barbera, Bordeaux e Champagne sua exportação em garrafas rotuladas (tipo do vinho, ano, nome do fabricante e local). Proibia-se ao vinicultor a adição de qualquer substância, com o intuito de corrigir a composição do produto⁽³⁸⁾.

O novo projeto de regulamento, conforme Dr. Ayres Macial, chefe de fiscalização de gêneros alimentícios da referida diretoria, pretendia o

"(...) o exame do vinho na sua fonte originária, isto é nas cantinas dos colonos, a segunda, a de beneficiamento do vinho ou grandes cantinas e, a terceira e última, a

(36) O governo do Estado aprovou, hontem o Regulamento Sanitário que se destina a melhorar a indústria do vinho no RS. Correio do Povo. Porto Alegre, 20 jan., 1929, nº 17, p.10.

(38) Idem.

(39) Ib. Idem.

de fiscalização por parte das autoridades estadoaes do commercio, exportação e consumo".(39)

As vantagens sobre este tipo de fiscalização durante o processo de produção, seriam, conforme A. Maciel, o conhecimento das formas de preparo do vinho e a consequente correção de defeitos, além de garantir, isto nas cantinas de beneficiamento, o controle sobre o uso de substâncias químicas adicionadas ao vinho⁽⁴⁰⁾.

Como continuidade daqueles trabalhos de fiscalização descritos no novo regulamento, em 1930 o Laboratório de Análises em Caxias, por determinação da Diretoria de Higiene do Estado, tornava mais criteriosa a concessão para abertura de novas cantinas. Ao mesmo tempo, realizava uma avaliação das cantinas existentes, através de um modelo de informações. Neste modelo era avaliada a forma de construção, as condições de higiene, capacidade de armazenamento, produção e beneficiamento, tipos de vinhos produzidos além do registro dos técnicos, responsáveis pelo preparo dos vinhos e dos derivados da uva⁽⁴¹⁾.

As reações locais ao regulamento ficavam registradas pelo periódico "La Staffeta Riograndense". Para o jornal,

(39) A fiscalização sanitaria de generos alimenticios, a ser criada breve, fará do vinho nacional, um producto de primeira ordem. Correio do Povo. Porto Alegre, 06 jan., 1929, nº 5, p.8.

(40) Idem.

(41) Livro de correspondência recebida pelo Laboratório de Análises de Caxias. Caxias, 1928-1932, s.p.

o colono via-se proibido de vinificar devido a ausência em muitas cantinas coloniais de condições e técnicas necessárias. A mesma matéria assinalava a opinião de Antônio Pieruccini, ex-vinicultor caxiense e sócio do sindicato. Para ele:

"(...) a fiscalização nas cantinas dos colonos trara vantagens futuras tanto na produção quanto na fiscalização. Certas cantinas não apresentam condições higienicas, não possuem vasilhames adequados e nem maquinário, operando de forma primitiva".(42)

Assim, dentro da própria linha de ação do sindicato, tem-se a explicação para o surgimento da Sociedade Vinícola, em junho de 1929.

Privilegiando a categoria dos comerciantes-vinicultores, o sindicato conservando sua forma original, via-se de deficiente no controle dos negócios individuais de cada associado. O sindicato não pretendia interferir na existência particular das casas comerciais e assim, deparava-se com a quebra de compromissos.

A partir do final da década de 20, novos moldes de produção e comércio, definiam-se para a vitivinicultura. Isto evidenciava-se através do discurso desenvolvido na fase posterior ao movimento cooperativo, cujo resultado foi a organização do sindicato e posteriormente, da Sociedade Vinícola.

(42) Vino riograndense. La Staffeta Riograndense. Garibaldi, 06 fev., 1929, n° 39, p.1.

No entanto, não bastava forçar os integrantes do setor ao cumprimento de uma legislação envolvendo a atividade. Era necessário intervir no sistema de produção e comércio, tentando efetuar a separação entre produtores de uva e fabricantes de vinho. Para isto, não bastava dificultar a vinificação nas cantinas coloniais, sem efetivar a intervenção junto aos estabelecimentos comerciais, beneficiadores da produção.

A Sociedade Vinícola Riograndense Ltda., surge a partir da reunião dos proprietários de depósitos de vinho e tanoarias. Utilizando-se os dados apresentados na tabela 5, na página 155, verificava-se a existência de 27 depósitos de vinho e 10 tanoarias, em 1929. Dos 49 sócios fundadores da Sociedade Vinícola 28 pertenciam a Caxias do Sul, 18 a Bento Gonçalves, dois de Garibaldi, 2 de Nova Vicenza e 3 não identificados⁽⁴³⁾. Dos associados residentes em Caxias 21 deles, eram proprietários de depósitos de vinhos e 9 eram também proprietários de tanoarias, 4 comerciantes sem identificação de ramo e 3, registrados como industriais (44).

Esta reunião dos comerciantes-vinicultores significou o término de sua ação isolada, para transferí-la a Sociedade Vinícola. Nesta seria realizada a fabricação e a comer-

(43) Registro da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda. Porto Alegre, 02 jul., 1929.

(44) Livro de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1903-1929.

cialização dos vinhos, compreendendo por fabricar a "industrialização racional", visando a intensificação e a modernização da produção⁽⁴⁵⁾. Quanto a comercialização, seu objetivo consistia na regularização da distribuição do produto nos mercados consumidores e na estabilização dos preços de compra e venda⁽⁴⁶⁾.

A forma encontrada para a formação do capital e a centralização da produção e comércio, foi a participação por quotas, integradas por cada associado seja na forma de "(...) dinheiro, vinho, barris, ferro, arcos, aduellas, pa rafina e o que mais convier (...)"⁽⁴⁷⁾. Além do compromisso de entrega à Sociedade, das cantinas pertencentes aos associados. Desta forma, a Vinícola, permitia-se a seleção das cantinas que requisitaria para vinificação⁽⁴⁸⁾.

A entrega de cantinas não consistia na perda do patrimônio. Utilizada pela Sociedade, a cantina continuaria ser administrada pelo proprietário, tendo sua conservação respondida pela Vinícola e este recebia uma remuneração correspondente a dez réis por litro de vinho sobre suas quotas⁽⁴⁹⁾.

Aos associados cujas cantinas não seriam seleciona-

(45) Estatutos da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda. IN: Registro na Junta Comercial. Porto Alegre, 9 jul., 1929, s.p.

(46) Idem.

(47) Ib. idem.

(48) Ib. idem.

(49) Ib. idem.

das, a vinificação poderia ser mantida mas o produto entregue a Sociedade para comercialização⁽⁵⁰⁾.

O que se efetivou, foi uma forma eficaz para a organização de instalações de produção, aproveitando as cantinas existentes. Isto significou a retirada do comerciante-vinicultor e de seus estabelecimentos do mercado, refletindo diretamente sobre o sistema de produção e comércio que vigorava até então no setor. Em 1932 encontrava-se somente um depósito de vinho em Caxias⁽⁵¹⁾. O colono-viticultor perdia seu parceiro em troca, deparava-se com a empresa capitalista. A Vinícola nascia na forma de empresa e extendia sua ação a quase todos os municípios da região. Com matriz em Porto Alegre, possuía filiais em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Nova Vicenza (Farroupilha)⁽⁵²⁾. Ainda no ano de sua fundação atingia o interior instalando cantinas junto às colônias, somando aproximadamente um total de 15 estabelecimentos espalhados entre São Marcos, Travessão Bonito, Flores da Cunha, Antônio Prado, Nova Pádua, Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul⁽⁵³⁾.

(50) Estatutos da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda. IN: Registro na Junta Comercial. Porto Alegre, 9 jul., 1929, s.p.

(51) Livro de impostos de indústrias e profissões. Caxias, 1903-1929, 1932-1936.

Os livros entre 1930 a 1931, estão desaparecidos.

(52) Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.84.

(53) Depoimento de José de Moraes Vellinho.

III.3 - OS CONFLITOS ENTRE SOCIEDADE VINÍCOLA E COLONOS-VITICULTORES

A Vinícola filiada ao Sindicato, recebia as vantagens fiscais concedidas ao mesmo pelo governo estadual. Estas isentavam-nos da taxa de exame bromatológico para o vinho exportado. Desta forma, o custo por quarto de vinho (100 litros), reduzia-se em 11\$000 (onze mil réis)⁽⁵⁴⁾.

Os encargos com a exportação do vinho, ficavam restritos ao pagamento do imposto de indústrias e profissões estadual e municipal. Os demais exportadores desvinculados da Vinícola e do sindicato, tinham sua existência possível desde que registrados na Diretoria de Higiene do Estado para serem licenciados no exercício da produção e comércio vinícola⁽⁵⁵⁾. Ao mesmo tempo, sujeitos ao pagamento dos im

(54) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.14.

(55) O governo do estado aprovou hontem o Regulamento Sanitário que se destina a melhorar a industria do vinho no RS. Correio do Povo. Porto Alegre, 20 jan., 1929, nº 17, p.10.

postos municipal e estadual e a taxa de exame bromatológico.

Com estas medidas tornava-se inviável a exportação sem a intermediação da Sociedade Vinícola. Fechado o espaço a livre concorrência, ela tornava-se privilegiada chegando a condição de única compradora e vendedora da produção vinícola na região.

Esta condição lhe permitia agir realizando pressão junto ao mercado. Em 1929, a produção da vinícola aproximava-se dos 50.000 hectolitros de vinho, cerca de 5.000.000 litros⁽⁵⁶⁾. Número significativo comparado ao total do vinho exportado pelo Estado no mesmo ano 22.567.427 litros representando 22,15% deste total⁽⁵⁷⁾.

Entretanto, no mercado como produtora a Sociedade Vinícola impunha níveis de qualidade difíceis de serem alcançados pelos colonos-viticultores. Os vinhos "defeituosos" como eram denominados os vinhos que não apresentavam a composição exigida, continuaram a ser produzidos. No entanto, na safra de 1929 não havia forma de absorver estes vinhos. Coincidentemente esta safra vinícola, estava comprometida com a crise econômica pela qual passava o país limitando o mercado de consumo⁽⁵⁸⁾.

(56) Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Thomás Beltrão de Queirós. Caxias, Tip. Mendes, 1930, p.94.

(57) Idem. p.94.

(58) Depoimento de José de Moraes Vellinho.

A situação dos colonos-viticultores tornava-se crítica. Reclamavam estes "liberdade de comércio", perdida a partir da organização do sindicato e da sociedade⁽⁵⁹⁾.

O descontentamento dos viticultores foi exposto em um memorial datado de 4 de julho de 1929 entregue ao Secretário do Interior do Estado, Oswaldo Aranha, onde era sugerida uma solução aos conflitos entre Sociedade e colonos, a organização de cooperativas⁽⁶⁰⁾.

Em agosto daquele ano nova tentativa. Desta vez uma comissão representativa dos viticultores (formada por elementos de Caxias, Nova Milano e Forqueta, distritos de Caxias), conseguiram audiência com o governador do Estado, para reclamarem condições semelhantes aquelas oferecidas a Vinícola, para as cooperativas a serem organizadas na região⁽⁶¹⁾.

Sem resposta, nova consulta dos viticultores ao governo estadual. Desta vez, o Secretário do Interior, concedeu total apoio para o cooperativismo, desde que iniciassem suas atividades somente em 1930. Sendo desta forma, equiparadas em termos fiscais a Sociedade⁽⁶²⁾.

(59) DAL CORTIVO, A. A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Viti-vinícola do RS e Sociedade Vinícola Riograndense. Discurso realizado no 4º Congresso Rural. p.7.

(60) Idem. p.6.

(61) Ib. Idem. p.7.

(62) DAL CORTIVO, A. A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Viti-vinícola do RS e Sociedade Vinícola Riograndense. Discurso realizado no 4º Congresso Rural. Porto Alegre, 27 maio, 1930, p.7.

Criava-se um impasse, protelando-se a criação das cooperativas para 1930 (apesar da existência da Cooperativa Agrícola-Forqueta, criada em agosto de 1929), como resolver a questão envolvendo a comercialização dos vinhos para o próximo ano.

A atitude do governo estadual diante da situação crítica entre colonos-viticultores e Sociedade Vinícola, foi o envio de Gaspar D. Ôchoa, chefe da primeira Seção de Agricultura do Estado, com a incumbência de mediar um acordo entre as partes.

"Aos vinte dias do mês de setembro de 1929, nesta cidade de Caxias (...) na sede da Sociedade Principe di Napoli, para tal fim especialmente cedida, na presença dos delegados da colônia, representantes do Sindicato Vinícola, Thomás Beltrão de Queiroz, Intendente Municipal, Dr. Celeste Gobato, Director da Estação Experimental de Vitivinicultura e Enologia, Dr. Darcy de Almeida Furtado, Director do Laboratório de Analyses de Bento Gonçalves, José Julio Mendes, Enologo Fiscal do Laboratório de Nova Vicenza, Dr. Romulo Carbone, Agente Consultor da Italia (...), Sr. João D'Andrea, Director do Laboratório de Analyses local, Augusto Dal Cortivo, representante do Diário de Notícias, Dr. Salvador Petri ni, Director do Patronato Agrícola Municipal e representante do Correio do Povo (...) o Dr. Gaspar D. Ôchoa levou ao conhecimento (...) um memorial expondo quaes os compromissos que poderia aquele Sindicato determinar a sua filiada a Sociedade Vinícola (...) em beneficio dos produtores". (63)

(63) O acordo entre colonos e Sindicato. O Caxias. Caxias, 26 set., 1929, nº 119, p.1.

O representante do governo estadual agia favoravelmente à Sociedade Vinícola, pois na referida sessão na sede da Sociedade "Príncipe di Napoli", foi lido o acordo proposto pela Vinícola não satisfazendo os interesses dos colonos-viticultores. (64)

Neste acordo eram mantidos os privilégios de compra e venda da Sociedade que assumia o compromisso de adquirir

"todo o vinho inferior que não apresentasse qualidade para ser exportado, (...) bem como os vinhos estrangeiros em geral aptos para serem transformados em álcool (...)"
(65)

O preço deste vinhos estariam em acordo às tabelas elaboradas pelo Sindicato, quanto aos vinhos exportáveis seriam

"(...) adquiridos em cooperação com o governo do Estado, pela sociedade vinícola (...) pelos preços de tabela existentes (...) os exportáveis serão adquiridos na medida das necessidades o sindicato por intermedio de sua filiada, a Sociedade Vinícola, fará a aquisição de todo o produto existente na colônia até o dia 1º de Março vindouro". (66)

Este acordo não foi aceito pelos colonos-viticultores que reclamaram no referido encontro uma definição em torno da situação do movimento cooperativo, já que várias consultas haviam sido feitas ao governo. A resposta de Ochoa foi o desconhecimento do tema e sem nenhuma instrução sobre o

(64) DAL CORTIVO, A. A crise da viti-vinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.11.

(65) A crise da indústria vinícola. O Popular. Caxias, 26 set., 1929, nº 43, p.1.

(66) Idem.

assunto, por parte do governo estadual, colocava-o fora de discussão⁽⁶⁷⁾.

Mesmo não aceito o acordo, este entrou em vigor sendo aprovado pelo governo e pela Sociedade Vinícola. A resposta dos colonos-viticultores foi o cooperativismo. Em 1929, além da já citada Cooperativa Agrícola Forqueta, surgem a Cooperativa Agrícola São Victor (em Caxias do Sul), a Cooperativa Agrícola Emboaba (Nova Milano, distrito de Caxias) e a Cooperativa Agrícola Garibaldi⁽⁶⁸⁾.

Embaraçadas com o atraso de seu reconhecimento e sua equiparação a Sociedade, para receberem as mesmas vantagens fiscais, as cooperativas viam-se sujeitas ao acordo. A safra de 1930, deveria ser comercializada através da Vinícola.

No entanto, naquele ano, não bastasse a crise econômica vivia-se a maior safra vinícola⁽⁶⁹⁾. A reação da Sociedade foi retrair as compras de vinho junto aos produtores pois, "(...) não podia exportar por falta de mercado (...)"⁽⁷⁰⁾.

Esta retração, verificou-se no início do ano de 1930. Em janeiro, a Sociedade Vinícola, suspendeu as compras de

(67) DAL CORTIVO, A. A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Viti-vinícola do RS e Sociedade Vinícola Riograndense. Discurso realizado no 4º Congresso Rural. Porto Alegre, 27 maio, 1930, p.8.

(68) Idem. p.9.

(69) Depoimento de José de Moraes Vellinho.

(70) Idem.

vinhos na colônia e colocou no mercado aqueles existentes em seus depósitos. A consequência disso foi a sujeição dos colonos-viticultores. A comercialização de seus vinhos significava vendê-los por preços irrisórios ou simplesmente despejar dos barris e pipas os vinhos velhos para dar lugar aquele que entraria após a próxima vindima. Assim, ignorada a tabela de preços fixada no acordo de setembro do ano anterior a Vinícola adquiriu vinhos por preços inferiores mas apesar disso, milhares de vinho permaneceram nos barris⁽⁷¹⁾.

Conforme o quadro nº 5, na página 174, em 1930 o vinho comercializado fora do Estado, atingia 35.694.665 litros, com um valor de 10.844:025\$860. Abaixo dos valores atingidos com a exportação entre 1926 a 1929 e inversamente superior em volume, para o mesmo período.

Apesar do aumento da exportação em 40% em 1930, o preço médio por litro de vinho diminuía para 0,30, cerca de 62% a menos em relação ao ano anterior, 1929, quando o preço médio atingia 0,79⁽⁷²⁾.

(71) DAL CORTIVO, A. A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Viti-vinícola do RS e Sociedade Vinícola Riograndense. Discurso realizado no 4º Congresso Rural. Porto Alegre, 27 maio, 1929. p.14.

(72) Os cálculos para a obtenção do preço médio por litro de vinho, foram efetuados através da divisão do valor total da venda pela quantidade exportada. Percebeu-se através destes cálculos a fixação dos preços por condições da safra. Qualquer alteração nesta, por motivos naturais ou não, os preços sofriam imediata alteração. Assim, sua variação dava-se exclusivamente em função da demanda e da oferta.

Quadro 6

Vinho/exportação: litros - valor - preço médio (1926-1930)

EXPORTAÇÃO \ ANOS	1926	1927	1928	1929	1930
Litros	16.643.712	19.924.760	26.191.407	22.567.427	35.694.665
Valor	11.257:434\$050	11.739:286\$000	21.040:173\$740	17.862:473\$450	10.844:026\$860
Preço médio	0,67	0,60	0,80	0,79	0,30

Fonte: Relatórios apresentados ao governo do Estado pela Secretaria dos Negócios da Fazenda (1908-1933).

Mesmo com a diminuição dos preços para a venda, ocorreu a comercialização e o Estado nunca exportou tanto vinho como em 1930 (ver gráfico 3, página 178).

III.4 - A ORGANIZAÇÃO DOS COLONOS-VITICULTORES EM COOPERATIVAS

Em junho de 1929, a palavra cooperativismo retorna aos jornais locais. A matéria intitulada "A queda do cooperativismo na zona colonial italiana", pretendia explicar o fim do cooperativismo desenvolvido a 15 anos atrás, tentando resgatar a imagem de seu organizador, o italiano Paternó (73).

Para o autor da matéria, Augusto Dal Cortivo, Paternó possuía seus defeitos, considerando que "(...) muitas vezes forçado pelas circunstâncias, foi obrigado a entrar num terreno fora de suas atribuições de propaganda" (74).

A volta do nome do propagandista italiano significava a tentativa de resgatar a idéia cooperativista na região. Este resgate acontecia em ocasião propícia, onde o efeito

(73) A queda do cooperativismo na zona colonial italiana.
O Popular. Caxias, 27 jun., 1929, nº 30, p.1.

(74) Idem.

de monopólio da Sociedade Vinícola era sentido entre os viticultores.

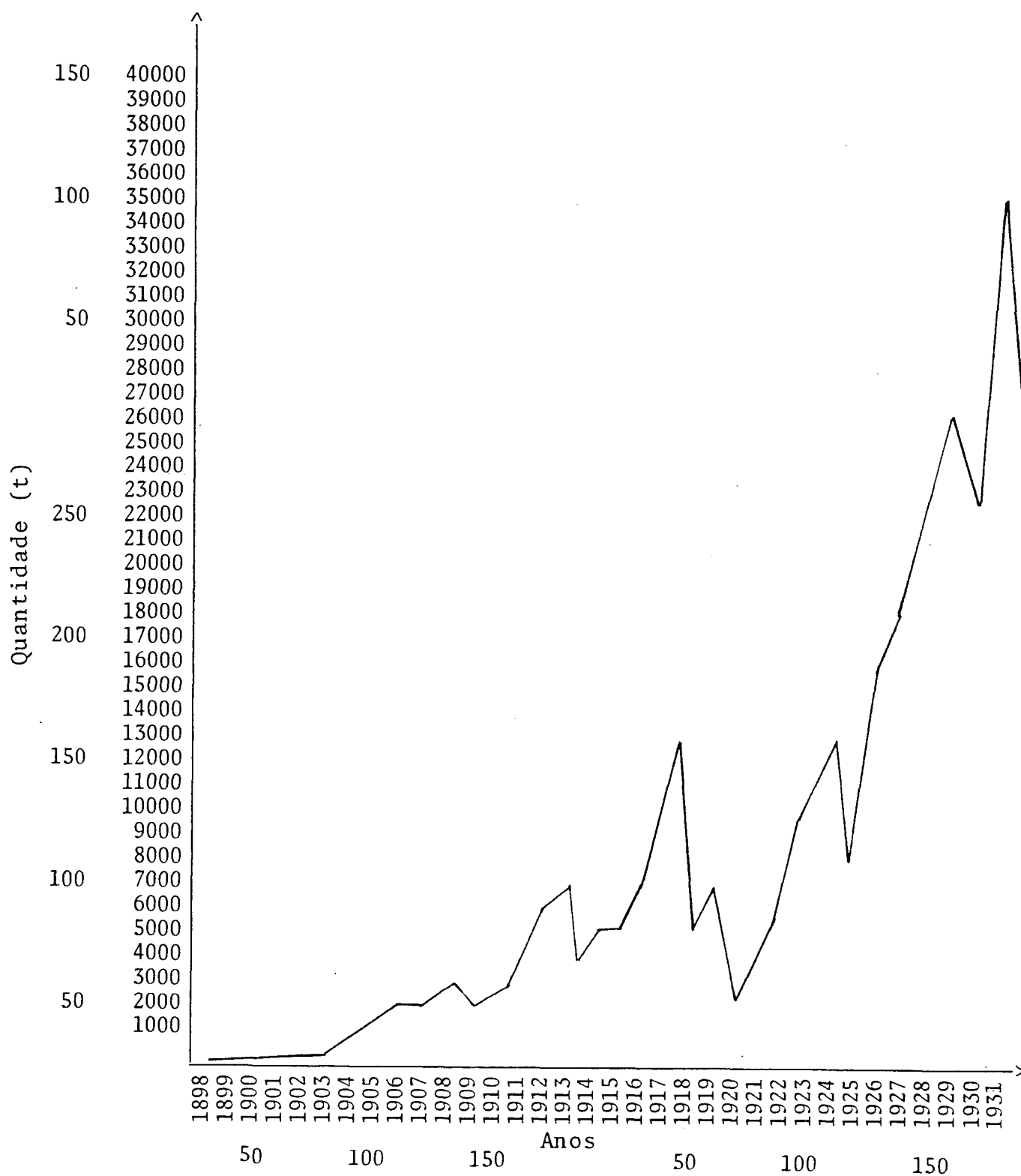
Na explicação para a retomada do cooperativismo, J. Monserrat, lembra o "monopólio sindicalista" e seus efeitos sobre a vitivinicultura⁽⁷⁵⁾. Da mesma forma Loraine S. Giron, que salientava a inexistência de mercados para os "vinhos coloniais", diante da organização da indústria vinícola. Para a autora "A solução cooperativista passou a ser lembrada, se esta não fosse viabilizada, a produção de vinho colonial deixaria de existir"⁽⁷⁶⁾.

(75) MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. IN: Álbum do 75 aniversário da colonização italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950. p. 311.

(76) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. IN: DE BONI, L. (org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre, EST., 1987, p.288.

Gráfico 3

Exportação do vinho no RS (1898-1931)



Fonte: Relatórios apresentados ao Governo do Estado do RS pela Secretaria dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, 1898-1931.

Para Pesavento o enfrentamento entre colonos e Sociedade Vinícola conduziu a retomada do cooperativismo. Sallienta a autora o incentivo, distante, dado ao movimento pelo governo estadual, na medida em que poderia através desta solução suavizar os conflitos⁽⁷⁷⁾.

O equilíbrio entre o "liberalismo econômico e o autoritarismo estatal", desenvolvido pelo Estado a partir dos anos trinta, definiu o quadro sobre o qual desenvolveu-se o cooperativismo nesta fase. Para José Vicente T. dos Santos, o cooperativismo foi uma das formas de intervenção do Estado brasileiro na economia, onde este movimento regional insere-se em um movimento de âmbito nacional⁽⁷⁸⁾.

Considerando estes aspectos, acrescenta-se outro ao conjunto de fatores que definiram a retomada do cooperativismo.

Como resposta a atitude de monopólio criada pela Sociedade Vinícola, efetivaria-se o cooperativismo. O conflito gerado entre colonos-viticultores e Vinícola evidenciava-se a partir da organização da mesma e das tentativas de acordo para comercialização da produção. Permanecia o conflito durante a fase de fundação das cooperativas, conforme demonstra o documento que segue.

(77) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.49-50.

(78) SANTOS, J.V.T. dos. Colonos do vinho. São Paulo, Hucitec, 1984, p.115

"Pedindo a palavra o Sr. Augusto Dal Cortivo comunicou a Assembléia as deliberações tomadas em Nova Vicenza, pela assembleia das 14 diretorias executivas, representando todas as cooperativas desta zona e terminou pedindo ao Sr. Cel. Miguel Mura-tore que, na qualidade de prefeito telegrá-phasse ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio comunicando que esta cooperativa solidaria com todas suas co-irmãs, recusa terminantemente qualquer entendimento com a Sociedade Vinícola Rio-grandense Ltda.". (79)

No entanto, não bastava associar-se às cooperativas para reagir contra a Vinícola, o enfrentamento demandava manter-se em posição de concorrência.

Assim, define-se para as cooperativas um caminho semelhante aquele desenvolvido pela Sociedade. As idéias doutrinárias do cooperativismo somente seriam resgatadas enquanto fator de congraçamento entre os colonos-viticultores. Após a concretização da ação destes em torno do cooperativismo, estas organizações rumam em direção à construção de cooperativas empresariais vitivinícolas. Como afirma Laura M.G. Duarte, o fracasso do cooperativismo doutrinário, em função do contexto capitalista em que estas se inserem permitiu a organização de uma forma específica de organização cooperativa. Forma esta que a referida autora denomina "forma híbrida" da organização cooperativa" (80).

(79) Livro de atas das sessões das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Cooperativa Vitivinícola. Emanuel, Caxias, 1931-1936.

(80) DUARTE, Laura M.G. Capitalismo e cooperativismo no RS. Porto Alegre, LP&M, 1986, p.35.

Esta forma híbrida seria o surgimento de um "sistema de cooperativismo empresarial", permitindo através de seus serviços, a inserção da pequena produção na dinâmica de acumulação de capital⁽⁸¹⁾.

(81) DUARTE, Laura M.G. Capitalismo e cooperativismo no RS. Porto Alegre, LP&M, 1986, p.87.

III.5 - COOPERATIVISMO EMPRESARIAL VINÍCOLA

Apesar da referência ao movimento organizado por Paternô, as cooperativas nesta fase, pouco identificavam-se com aquelas. Seu sentido era inverso, a sua organização não partia da ação do governo estadual e sim requisitada e realizada pelos colonos-viticultores e comerciantes excluídos do Sindicato e da Sociedade Vinícola.

O movimento acontece com a predisposição do colono-viticultor sem seu necessário convencimento e educação, através da propaganda cooperativista. Não que se tenha nesta fase, ao nível do discurso, negado a idéia de cooperação em seu sentido amplo: enquanto doutrina e sistema capaz de reverter ou transformar sociedades competitivas em sociedades cooperativas⁽⁸²⁾. Enquanto idéia, a cooperativa tentava ser

(82) SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola da dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. p.12. IN: LOUREIRO, M.R. (org.). Cooperativismo agrícola e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortes, 1981, p.155.

resgatada como alternativa capaz de sustentar aquela transformação. Em tese apresentada no III Congresso Rural, organizado pela Federação das Associações Rurais do RS, em maio de 1929, esta idéia de cooperativismo era retomada no registro de uma declaração do então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Lyra Castro, que afirmava:

"A bôa propaganda tem de lutar inicialmente com dois factores negativos e difíceis de dominar: o descrédito em que já caiu a instituição no conceito popular pelos maus exemplos em prática e a resistência desesperada que estão oferecendo os que explorando o falso cooperativismo actual em proveito proprio, defendem seus interesses particulares".(83)

Continuando a exposição, agora o defensor da tese, Cassiano A. Fernandes, afirmara:

"A organização economica da cooperativa é o factor mais importante para o seu exito seguro, sendo como é este instituto, por sua vez, um factor de elevada economia social, essa organização não pode irmanar-se aos principios que ella mesma combate".(84)

Para Fernandes, seria errôneo constituírem-se cooperativas nos moldes de uma sociedade econômica, não podendo admitir-se nestas, seu movimento na forma de lucros e perdas, e nem basear suas operações na compra da matéria-prima para seu beneficiamento. Segundo o autor, a cooperativa, deveria sim, diante de certas condições, receber do coo

(83) ANAIS do III Congresso Rural. Porto Alegre, 24 e 28 de maio/1929. Porto Alegre, Italiana, 1929, p.104.

(84) Idem. p.106.

perado a matéria-prima para, em seus estabelecimentos, beneficiá-la e comercializá-la.

"A cooperativa não determina o preço à pagar à matéria-prima, é o produto colocado, lançado ao mercado, que vai indicar o quanto vale essa matéria".(85)

Por este procedimento, conforme Fernandes, não haveria lucros nem perdas, reforçado este fato pela consequente devolução dos resultados comerciais obtidos com o produto industrializado, ao associado⁽⁸⁶⁾.

Entretanto, neste discurso que tentava sustentar a evolução destas organizações dentro desta visão idealista de cooperativismo, omitia um fato importante apontando seu sentido enquanto organização econômica, diferenciado de empresas comerciais, desconsiderava quais os interesses vinculados ao cooperativismo. Em outros termos, quais os grupos sócio-econômicos, relacionados às organizações, cooperativas, que forneceram a estas seu rumo como entidade aglutinadora e ao mesmo tempo, qual sua natureza enquanto cooperativa e sua inserção em um sistema de relações econômicas.

Não são exclusivamente os princípios da doutrina cooperativa que orientam sua ação e sim "(...) as condições estruturais concretas que determinam a natureza do funcionamento do cooperativismo (...)"⁽⁸⁷⁾.

(85) Anais do III Congresso Rural. Porto Alegre, 24 e 28 de maio de 1929. Porto Alegre, Italiana, 1929, p.109.

(86) Idem. p.111.

(87) SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola da dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. IN: LOUREIRO, M.R. Op.cit. p.13.

Desta forma definindo-se o grupo sôcio-econômico integrante do cooperativismo têm-se colonos-viticultores, pequenos proprietários rurais e em número mais restrito, pequenos comerciantes não vinculados à sociedade vinícola. (88).

Conforme o livro de matrícula da Cooperativa Agrícola, Victor Emanuel, os 34 sôcios fundadores foram registrados como agricultores⁽⁸⁹⁾. Reforçando este dado, Celeste Gobbato esta proporcionava trabalho e sustento "(...) a mais de 40 mil famílias de pequenos agricultores (...)", proporcionando renda aos cofres governamentais de 20.000 contos de réis por ano⁽⁹⁰⁾.

Considerando o fator, pequenos proprietários rurais, orientados dentro de um sistema de produção fundamentado na mão-de-obra familiar de uma cultura especializada a vitivinicultura, pode-se adentrar na orientação imposta por estes cooperados, as suas organizações cooperativas. A manutenção do controle do colono-viticultor sobre determinadas fases da produção, ou seja, manter a produção de vinhos.

(88) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. p.289. IN: DE BONI, L. (org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre, EST, 1987, p.535.

(89) LIVRO de matrícula da cooperativa agrícola Victor Emanuel. Caxias, 16/05/1931, p.602.

(90) GOBBATO, Celeste. Discurso inaugural do III Congresso Brasileiro de vitivinicultura e enologia. Caxias do Sul, 30 mar., 1937. Caxias do Sul, SIE, 1937, p.13.

Ao mesmo tempo, com a organização da Sociedade Vinícola efetuava-se uma alteração: o vinho considerado como matéria-prima para a indústria vinícola deveria melhorar sua qualidade em acordo aos preceitos enológicos. Este adequamento a parâmetros científicos de qualidade somente seriam efetuados sob determinadas condições de beneficiamento e produção que fugiam do processo primitivo. Cabia, portanto, a estabelecimentos aparelhados tecnicamente o processo de industrialização. Aqui percebe-se a tendência na eliminação da produção em cantinas domésticas, relegando o colono ao papel de produtor de uvas e não de vinhos.

A reação do colono-viticultor dáva-se efetivamente neste momento em que negava perder seu papel como vinicultor, ou seja, enquanto conseguiria manter uma parte deste processo de produção. Ao mesmo tempo em que individualmente, o colono-viticultor via-se em dificuldades para arcar com investimentos em suas propriedades de forma a corresponder às novas exigências da produção vinícola.

A primeira cooperativa a ser criada, nesta fase, foi na pequena localidade de Forqueta, distrito de Caxias do Sul, em agosto de 1929⁽⁹¹⁾.

Entre 1929 e 1931, organizaram-se outras cooperativas vitivinícolas: São Pedro, São Victor, Neves, Victor Emanuel, Aliança, Aurora, Bento Gonçalves, Santa Justina, Vi-

(91) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. IN: DE BONI, L. (org.). Op. cit. p.289.

nícola Caxiense, Garibaldi, Tamandaré, Nova Vicenza, Nova Milano, Octávio Rocha, Guaporense, Brilhante, Trentina, 03 de Outubro e Santo Antônio (estas quatro últimas incorporaram-se para a formação da Cooperativa Vitivinícola Santo Antônio)⁽⁹²⁾.

O financiamento do movimento efetuou-se através da poupança do viticultor e dos comerciantes, através do pagamento de jóias de admissão e na subscrição de ações⁽⁹³⁾. Procedimento comum a todas as cooperativas nesta fase.

Como cooperativas de comércio e produção, tornando-se concorrentes da Sociedade Vinícola mas em posições desiguais, já que esta, por intermédio das isenções citadas anteriormente, ficava privilegiada na compra e venda da produção⁽⁹⁴⁾.

A isenção da taxa do exame bromatológico, somente foi concedida em fevereiro de 1930 e por questões eleitorais. Naquele ano, concorrida ao cargo de presidente da República, o presidente do Estado do RS Getúlio Vargas, assim,

"(...) para se obter melhor resultado possível nas próximas eleições pt. comunicamos estar definitivamente assentado pelo

(92) Significativa homenagem das cooperativas agrícolas ao Dr. Paulo Monteiro de Barros. Caxias. Caxias do Sul, 16 abr., 1931, nº 200, p.4-6.

(93) Livro de matrícula. Cooperativa Vitivinícola Victor Emanuel.

PESAVENTO, S.J. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.50.

(94) O governo e as cooperativas. O Popular. Caxias, 12 dez., 1929, nº 54, p.1.

governo do Estado a concessão de livre exportação para todos, do vinho existente da safra passada satisfazendo assim o desejo da colônia pt.". (95)

Superada esta questão, as cooperativas ainda debatiam-se com outros problemas, entre eles- de não estarem reconhecidas e oficializadas pelo governo do Estado.

Para a oficialização das cooperativas o decreto estadual nº 4.985 de 17 de maio de 1932 determinou as condições para seu reconhecimento, dando prazo para a adequação às normas fixadas até março de 1934⁽⁹⁶⁾. O governo federal, com o decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932, dava-lhes novo contexto jurídico-administrativo. Este regulamento, substituiu o anterior, decreto nº 1.637 de 05 de janeiro de 1907, referente aos estatutos das cooperativas em sua primeira fase⁽⁹⁷⁾.

Na primeira fase do movimento, as cooperativas possuíam a denominação de Cooperativas Agrícolas. Enquanto que a partir de 1932 a especialização aparece obrigatoriamente junto a denominação. Assim, encontravam-se Cooperativas Vitivinícolas, não qualificadas como agrícolas e sim como cooperativas de beneficiamento⁽⁹⁸⁾.

(95) Livro de correspondência recebida pelo Laboratório de Análises de Caxias. Caxias, 1928-1932, p.117.

(96) Anais da Assembléia Legislativa. Decreto nº 4.985 de 17 de maio de 1932, p.332-333.

(97) SILVA, E.O. Tratado das sociedades comerciais. Rio de Janeiro, Alba, 1942, p.67.

(98) Idem. p.62.

Enquadradas pelo decreto federal, na categoria de cooperativas de beneficiamento, sua finalidade consistia em

"(...) fazer, sem transformação industrial, o expurgo, seleção, beneficiamento, padronização, classificação e acondicionamento de produtos agrários para venda ou exportação".(99)

As cooperativas tinham sua ação determinada em sua classificação. Enquanto beneficiadoras da produção vitivinícola, realizariam o tratamento do produto, reservando ao colono sua função de produtor de vinhos.

Por exemplo, nos estatutos da Sociedade Cooperativa Vitivinícola Forqueta Ltda., ficou prevista a constituição de

"(...) uma sociedade de responsabilidade limitada, para o beneficiamento e venda em comum da produção de seus associados nos termos do decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932 (...)"(100)

Para seu reconhecimento, pelo governo estadual, uma entre as condições consistia na construção de cantinas centrais e complementares, capazes de absorver 50% da produção de seus associados. O projeto da cantina deveria ser aprovado pela Secretaria Estadual de Obras Públicas, satisfazendo requisitos de ordem técnica e higiênica⁽¹⁰¹⁾.

(99) SILVA, E.O. Tratado das sociedades comerciais. Rio de Janeiro, Alba, 1942, p.77.

(100) Livro de atas das sessões de assembléia geral da cooperativa vitivinícola Forqueta Ltda., Caxias, 1933-1936, p.100.

(101) Anais da Assembléia Legislativa. Decreto nº 4.985, de 17 de maio de 1932, art. 1º, p.333.

Não seria em qualquer cantina que poderia instalar-se uma cooperativa. Em 1932, em cumprimento às exigências do citado decreto, firmava-se os trabalhos de construção das cantinas cooperativas.

Os procedimentos variavam. A Cooperativa Vitivinícola São Victor, em Caxias, transformou a bonificação sobre as vendas, dada aos cooperados, em ações para o aumento do capital, permitindo a aquisição de terrenos para a construção das cantinas centrais⁽¹⁰²⁾.

Em Nova Pádua, distrito do município de Flores da Cunha a Cooperativa Santo Antonio, contratava uma cantina particular, enquanto era construída a cantina social⁽¹⁰³⁾. O mesmo acontecia na Cooperativa Vitivinícola Forqueta, em Caxias. Em 1929, era alugada a cantina de propriedade de Quinto Slomp (sócio-fundador). Em 1931, Joaquim Slomp cedia um terreno para a construção da nova cantina, a qual depois de dois anos seria entregue ao mesmo, pela quantia empregada em sua edificação, "(...) menos o total de dois contos de réis"⁽¹⁰⁴⁾.

(102) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Administrativo e da Assembléia Geral da Cooperativa São Victor. Caxias, 1929-1938, p.35-36.

(103) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Geral de Diretoria da Cooperativa Agrícola Santo Antônio. Nova Pádua, 1931-1934, p.3.

(104) LIVRO das sessões ordinárias e extraordinárias (atas) da Assembléia Geral da Cooperativa Agrícola Forqueta. Caxias, 1929-1933, p.5 e 17.

Em Victor Emanuel, próximo a Caxias, em 1932 era adquirido o terreno para a construção da nova cantina. Todo associado participava da construção, trabalhando pela diária de seismil réis e obrigava-se a comprar um ação de cada 2.000 medidas de vinho entregue à cooperativa⁽¹⁰⁵⁾.

A construção das cantinas, envolvendo a definição da área de abrangência e sua capacidade de vinificação, envolveria também a preocupação em torno do aumento de capital e retenção destes, na própria cooperativa. Esta preocupação não dizia respeito somente ao capital-dinheiro, mas também a ampliação das áreas construídas dos estabelecimentos de vinificação e a aquisição de maquinários necessários à atividade.

Para a concretização destes elementos, as cooperativas valiam-se do aumento do preço das jóias ou ainda, por um procedimento ímpar (pelo menos no que diz respeito ao seu registro), a criação de contas especiais dentro da própria cooperativa, como fez a Cooperativa Agrícola da Forqueta, onde o associado depositava seu dinheiro e escolhia o sistema de aplicação. Poderia ser em conta-corrente, com juros de 3,5% ao ano ou depósito fixo, com juros anuais de 6%⁽¹⁰⁶⁾.

(105) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Agrícola Victor Emanuel. Caxias, 1931-1936, p.9, 14 e 15.

(106) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Agrícola Forqueta. Caxias, 1929-1933, p.5.

LIVRO de atas do conselho administrativo da Cooperativa Agrícola de Forqueta, Caxias, 1931-1934, p. 11.

A justificativa para adotar estas soluções como forma de aumentar o capital, seria, conforme os registros da Cooperativa Agrícola da Linha Jacinto, a forma de dispensar empréstimos bancários⁽¹⁰⁷⁾.

No cumprimento das exigências para o reconhecimento, entre elas, a adequação dos estabelecimentos para a vinificação, as cooperativas instrumentalizaram-se para a concorrência na medida em que convergiram para suas dependências maquinários e insumos. Mantendo-se como limites do sistema capitalista, não retiravam do associado a possibilidade da produção dos vinhos. No entanto, necessitavam que o cooperado produzisse exclusivamente para a cooperativa. Para isto não bastava obrigar, através dos estatutos, o associado

"(...) a entregar toda a sua colheita à cooperativa durante o tempo em que fizer parte da mesma e só poderá vender a terceiros o excedente da produção normal, em casos de super-produção com autorização expressa do administrador".(108)

Esta obrigação, seria natural enquanto o cooperado como dono ou usuário da instituição, tomaria isto por um compromisso.

A cooperativa necessitava criar mecanismos de controle do que produzir e da forma de produzir. Um dos mecanis-

(107) LIVRO das sessões da assembléia geral da Cooperativa Agrícola Linha Jacinto Ltda., Farroupilha, 1931-1942, p.14.

(108) ESTATUTOS da Cooperativa Vitivinícola Forqueta Ltda., art. 11º, p.16. IN: LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Vitivinícola Forqueta. Caxias, 1933-1936, p.14-24.

mos utilizados era o estímulo à produção intensiva da vitivinicultura e a aquisição da produção dos cooperados a título de adiantamento⁽¹⁰⁹⁾. A compra da produção, no ato de entrega da colheita, orientava-se pelos preços de mercado no momento da compra e garantia ao produtor remuneração imediata da produção. Ato já conhecido entre os colonos-viticultores praticado pelos comerciantes isolados.

Outro mecanismo consistia na forma de remuneração da produção conforme a qualidade do produto. Os preços fixados anualmente obedeciam critérios de classificação por tipos de vinhos. Assim, os vinhos do tipo extra, especial, superior e de consumo, tinham preços determinados. Da mesma forma as uvas, conforme o número de grãos por cacho e até mesmo a graspa (aguardente de vinho)⁽¹¹⁰⁾. Para a comercialização da produção o colono-viticultor adequava-se as exigências e para atendê-las aceitava como parceira da produção a cooperativa.

Neste aspecto as cooperativas fixavam nos estatutos-padrão⁽¹¹¹⁾ como objetivos, facilitar a aquisição de máquinas, ferramentas, adubos, sementes, inseticidas, fungicidas e outros artigos necessários para a boa qualidade da

(109) ESTATUTOS da Cooperativa Vitivinícola Forqueta Ltda., art. 60º, p.21, IN: LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Vitivinícola Forqueta. Caxias, 1933-1936, p.14-24.

(110) LIVRO de atas do conselho administrativo da Cooperativa Agrícola Forqueta. Caxias, 1931-1934, p.27.
LIVRO de atas das sessões das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias da Cooperativa Vitivinícola Victor Emanuel. Caxias, 1931-1936, p.10.

(111) CRIAÇÃO de estatutos-padrão para as cooperativas conforme os decretos nº 4.985 de 17 de maio de 1932 e decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932.

produção de seus associados⁽¹¹²⁾. Para o cumprimento desta finalidade, propunham-se a estabelecer armazens, onde os cooperados pudessem adquirir aqueles artigos ou ainda, pro punham-se a servir como intermediárias entre eles as casas comerciais especializadas. Cogitavam também o aluguel de utensílios "agro-vinícolas", difíceis de serem adquiridos pelos associados⁽¹¹³⁾.

Neste sentido, como afirma Loureiro, a cooperativa con segue expropriar sem destruir⁽¹¹⁴⁾.

No caso do cooperativismo empresarial vinícola, a motivação inicial para sua organização, foram os conflitos gerados entre colonos-viticultores e Sindicato e Sociedade Vinícola. Se surgiram como resposta aquele momento de crise, estruturaram-se a partir de condições concretas que en volviam o colono-viticultor e sua tentativa em reagir contra a perda do domínio de etapas da produção vitivinícola.

Como reação a subordinação deste processo de trabalho ao capital, surgem as cooperativas. No entanto, determinado este compromisso com o colono-viticultor era necessário que estas, assumissem uma forma capaz de sustentá-las em

(112) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Viti-vinícola Forqueta Ltda. Caxias, 1933-1936, p.15.

(113) Idem. p.16-17.

(114) LOUREIRO, M.R.G. Cooperativismo e reprodução camponesa. p.134. IN: LOUREIRO, M.R.G. (org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981, p.155.

níveis de concorrência no mercado.

Daí sua organização na já citada "forma híbrida", mantendo-se como limite da ingerência do capital dentro das propriedades rurais e organizando-se externamente a esta, como uma empresa capaz de corresponder as exigências do mercado.

III.6 - ACORDOS E DESACORDOS ENTRE COOPERATIVAS E SOCIEDADE VINÍCOLA

Após a aprovação do decreto estadual nº 4.985 de 17 de maio de 1932, ficava assegurado reconhecimento e oficialização das cooperativas, mediante o cumprimento de determinadas condições dentro de um prazo fixado em dois anos (115).

A ação do Sindicato e da Sociedade Vinícola, conjuntamente ao governo do Estado, conduziam a transformação capitalista da viticultura. A este fator unia-se a reação do colono-viticultor que imprimiu ao cooperativismo sua característica empresarial.

Tinha-se então definido os caminhos da efetiva consolidação das bases da indústria vinícola na região colonial.

(115) O reconhecimento das cooperativas vitivinícolas. Il Giornale dell agricoltore. Caxias, 18 jan., 1934, nº 26, p.3.

Entre 1929, ano da retomada do movimento cooperativista até 1936, quando da organização do Instituto Riograndense do Vinho, encontravam-se cooperativas e Sociedades Vinícolas, em tentativas de acordos e aproximações.

Em 1929, o governo estadual tentou arbitrar um conflito entre os integrantes do setor vinícola, o que levou a impulsionar o cooperativismo, como forma de reação ao monopólio exercido pela Vinícola⁽¹¹⁶⁾.

No período que se estende entre aquele conflito inicial até 1932, as cooperativas envolviam-se com seu reconhecimento pelo governo estadual, enquanto este lhes garantia não serem equiparadas a empresas comerciais. Em fevereiro de 1930 as cooperativas, ficavam livres do imposto bromatológico⁽¹¹⁷⁾. No entanto, continuavam sujeitas a uma taxa de exportação municipal, criada pelo poder público e paga exclusivamente pelas cooperativas, sujeitas também ao imposto de indústrias e profissões municipal e estadual⁽¹¹⁸⁾.

Em situação diferente encontrava-se a Vinícola, pagando exclusivamente o imposto municipal e estadual sobre in-

(116) O acordo entre colonos e Sindicato. O Caxias. Caxias, 26, set., 1929, nº 119, p.1.

(117) LIVRO de correspondência do Laboratório de Análises de Caxias. Caxias, 25 fev., 1930, p.116.

(118) DAL CORTIVO, A. A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Viti-vinícola do RS e Sociedade Vinícola Riograndense Ltda. Porto Alegre, s.e., 1930, p.15.

dústrias e profissões. Esta posição era a reivindicação das cooperativas, tornando-se isentas daqueles encargos fiscais e assim, colocando-se em nível de concorrência com a Sociedade.

Em janeiro de 1931, nova tentativa de acordo. Desta vez, ainda com a intermediação do governo estadual, propunha-se a criação de novo sindicato vinícola. Neste sindicato a diretoria seria composta de igual número de representantes das cooperativas e da Sociedade Vinícola, condicionando-se a isso, o melhoramento das instalações cooperativas⁽¹¹⁹⁾.

Estes dois pontos, foram aceitos pelas cooperativas na medida em que participariam igualitariamente da diretoria do novo sindicato e com relação as reformas e construção de estabelecimentos de vinificação, eram objetivos da comunidade cooperativa⁽¹²⁰⁾.

No momento em que a proposta colocava em posição de privilégio a Sociedade Vinícola, sendo através dela realizada a comercialização da produção cooperativa e como tal obtendo um lucro de 10% sobre o valor total das vendas, as cooperativas posicionaram-se contrárias ao referido acordo⁽¹²¹⁾.

(119) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Agrícola Forqueta. Caxias, 1929-1933, p.11-13.

(120) Idem. p.11.

(121) Idem. p.11-13.

Conforme o parecer do presidente da Cooperativa Agrícola Forqueta, o aceite a todos os pontos propostos terminaria na "(...) perda da autonomia (...) e dos próprios direitos perante a comunhão, o que viria atrasar o seu progresso"(122).

Estaria sendo negada a motivação que conduziu a criação das cooperativas, a liberdade de comércio, além do que se estaria impondo limites a atuação daquelas organizações. A aceitação da intermediação comercial através da Sociedade Vinícola, seria reduzir as cooperativas a posição semelhante ocupada pelo colono-viticultor isolado: produtor da matéria-prima. No caso das cooperativas limitadas a condição de cantinas sociais fornecendo sua produção à Vinícola, continuariam alheias de uma participação efetiva no mercado.

A posição de igualdade entre cooperativas e Sociedade, continuava sendo negada. Daí a busca por uma saída possível para algumas cooperativas, tentando solucionar a questão referente a comercialização da produção. Ainda em janeiro de 1931, após a renúncia ao acordo citado acima, surgia em Nova Vicenza, distrito de Caxias, na cooperativa de mesmo nome, o "Consórcio das Cooperativas Agrícolas"(123).

(122) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral da Cooperativa Agrícola Forqueta. Caxias, 1929-1933, p.13.

(123) A escandalosa organização do Consórcio das Cooperativas Agrícolas. Caxias. Caxias, 30 jul., 1931, nº 267, p.3.

A organização das cooperativas em torno de uma direção, já havia sido considerada. Em abril de 1930, representantes das cooperativas Forqueta, Nova Milano, São Victor, Santa Giustina, Octávio Rocha, Paim Filho, São Pedro, Caxiense e Neves, propunham a criação de um estabelecimento centralizador e responsável pela comercialização da produção (124).

A organização das transações comerciais das cooperativas via consórcio, causou grande polêmica quando da aprovação de seus estatutos. Definiu-se dois grupos dentro das cooperativas: 1) aqueles que aprovavam "(...) o controle sobre as cooperativas por parte do governo federal através do Ministério da Agricultura (...)" e para tal, pretendiam submeter os estatutos do Consórcio a avaliação do referido Ministério; 2) e aqueles que pretendiam estabelecer rumos paralelos ao cooperativismo, abrindo para a negociação com empresas particulares, com as quais algumas cooperativas já mantinham relações comerciais, as empresas Oswaldo Scallizi & Cia. e Rubo e Irmãos (125).

O principal ponto de discórdia destes grupos dizia respeito a autonomia comercial das cooperativas. Para os organizadores do Consórcio das Cooperativas Agrícolas, a

(124) A escandalosa organização do consórcio das cooperativas agrícolas. Caxias. Caxias, 30 jul., 1931, nº 264, p.3.

(125) UMA grande reunião das cooperativas agrícolas. O popular. Caxias, 17 abr., 1930, nº 71, p.4.

questão limitava-se ao escoamento imediato da produção, utilizando-se da intermediação de comerciantes particulares. Aos críticos da corporação, a intermediação, era o mal a ser evitado, que mantinha colonos-viticultores e pequenos comerciantes imobilizados no setor, enquanto cumpriam uma única função de produtores, distanciados da obtenção de maior lucratividade no momento em que, através das cooperativas, participariam também do processo de comercialização da produção.

Conforme Augusto Dal Cortivo, a divisão teria sido provocada pela organização do Consórcio e da forma como o mesmo pretendia e efetivou a comercialização da produção⁽¹²⁶⁾. A forma seria a utilização de empresas, particulares como revendedoras da produção cooperativa⁽¹²⁷⁾.

Entretanto, ao Consórcio Cooperativo aderiram um número pequeno de cooperativas. Foi o caso da cooperativa de Nova Vicenza, cooperativa Victor Emanuel e Linha Jacinto, que registraram a adesão ao consórcio. Na cooperativa Victor Emanuel, na sessão de junho de 1931, foi feita a leitura do projeto de estatutos do consórcio e aprovada sua participação, além de ser realizada a eleição de um delegado

(126) A escandalosa organização do consórcio das cooperativas agrícolas. Caxias. 20 ago., 1931, nº 267, p. 6.

(127) A escandalosa organização do consórcio das cooperativas agrícolas. Caxias. 19 nov., 1931, nº 231, p. 6.

da cooperativa para o conselho do referido consórcio⁽¹²⁸⁾. O mesmo foi o procedimento da Cooperativa Agrícola Linha Jacinto, em sessão de junho do mesmo ano⁽¹²⁹⁾. As demais cooperativas oitem qualquer referência ao consórcio cooperativo, com uma única exceção da cooperativa São Victor, que manifestou-se contrária a participação da citada cooperativa junto ao consórcio, recusando também a indicação de um delegado para representação ao Conselho da diretoria provisória⁽¹³⁰⁾.

A ruptura não seria provocada por uma corporação, que conforme Dal Cortivo era

"(...) legalmente nula e produto de uma co-
ligação de interesses opostos, não conse-
guiu funcionar, a não ser através dos tele-
gramas à imprensa, a fim de impressionar
os indígenas e o Governo do Estado".(131)

A divisão ocorria na forma de condução do movimento, com o grupo encabeçado por Augusto Dal Cortivo e integrado pelas cooperativas de Forqueta, Nova Milano, São Victor, Santa Justina, Octavio Rocha, Paim Filho, Caxiense e Neves, que orientava sua ação, pressionando o governo do Estado

(128) LIVRO de atas das sessões das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da cooperativa vitivinícola Victor Emanuel. Travessão Victor Emanuel, 1931-1936, p.4 e 5.

(129) LIVRO de atas das sessões de assembleia geral da Cooperativa Agrícola Linha Jacinto Ltda., Farroupilha, 1931-1942, p.4.

(130) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Administrativo da Assembleia Geral da Cooperativa Agrícola São Victor, 1929-1938, p.21.

(131) DAL CORTIVO, A. A crise do vitivinicultor gaúcho. p. 20.

para sua oficialização, para supressão do controle do Sindicato nas vendas, fim do imposto estadual de indústrias e profissões pago pelas cooperativas, assistência técnica oferecida pelo governo e amparo financeiro também por parte do Estado⁽¹³²⁾.

Apoiava-se também em representantes de órgãos oficiais, como Dr. Luiz Gomes de Freitas, inspetor agrícola federal, Paulo Monteiro de Barros, ajudante da mesma inspetoria e Ricardo Machado, presidente da Federação das Associações Rurais do RS.⁽¹³³⁾

Incorporada à série de solicitações enviadas ao governo do estado, acima descrito, este mesmo grupo, em janeiro de 1931 (período de organização do Consórcio), reivindica a criação de uma "Federação das Cooperativas Agrícolas", com o objetivo de atender a parte comercial das cooperativas⁽¹³⁴⁾.

Pouco tempo depois, em setembro de 1931, acusava o fracasso do Consórcio em fixar preços de venda entre as cooperativas associadas, sendo inclusive tido como responsável pela "(...) desvalorização do vinho e de avultado pre-

(132) A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato vitivinicultor do RS. e soc. Vinícola Riograndense Ltda. Discurso pronunciado por Dal Cortivo no IV Congresso Rural do RS. 27/05/1930, p.12 e 18.

(133) DAL CORTIVO, A. A crise do vitivinicultor gaúcho. p. 18.

(134) Idem. p.19.

juízo causado aos produtores"⁽¹³⁵⁾. Segundo o autor das denúncias contra o consórcio, o jornalista Augusto Dal Cortivo, em 1931 o vinho era comercializado no Rio de Janeiro ao preço de 92\$000 por litro; podia alcançar 120\$000 a 130\$000 réis⁽¹³⁶⁾.

Em resposta às acusações, a diretoria da Cooperativa Vinícola de Nova Vicenza, defendia-se afirmando ser o culpado pela desvalorização do preço do vinho o

"(...) capitalismo aqui empregado como synonymo da 'Sociedade Vinícola'. Si o Consorcio, entre as suas associadas uniformisar os preços de vendas e estes fossem batidos pelo capitalismo então estaria exonerado da responsabilidade do fracasso (...) mas nunca consegui chegar a um acordo".
(137)

Em 1932, novo acordo entre Sociedade Vinícola e Cooperativas seria anunciado. Desta vez a questão específica para o acordo era a fiscalização do vinho antes de sua exportação⁽¹³⁸⁾. Na falta de condições da Diretoria da Agricultura exercer esta fiscalização, concordam "(...) os proprietários dos três maiores armazéns (...) em contribuir

(135) A escandalosa organização do Consórcio das cooperativas agrícolas. Caxias. Caxias, 01 out., 1931, nº 224, p.7.

(136) A escandalosa organização do Consórcio das cooperativas agrícolas. Caxias. Caxias, 08 out., 1931, nº 225, p.2.

(137) A escandalosa organização do Consórcio das cooperativas agrícolas. Caxias. Caxias, 05 out., 1931, nº 229, p.5.

(138) PESAVENTO, S.J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.55.

com uma quantia para o pagamento dos técnicos para a fiscalização"(139).

Entretanto, conforme noticiava o jornal local "Caxias", o acordo havia sido firmado extra-oficialmente, sem a avaliação do interventor federal Gal. Flores da Cunha e dele participavam somente os comerciantes-exportadores com a cooperação da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio. Não houve aproximação com as cooperativas, na medida em que o governo do Estado continuava adiando a oficialização das mesmas⁽¹⁴⁰⁾.

Neste momento ainda subsistiam os dois grupos dentro do movimento cooperativo. Ulysses Castagna, presidente do Consórcio Cooperativo Agrícola, apoiava o acordo argumentando ser a solução para a oficialização. Augusto Dal Cortivo negava a participação das cooperativas no referido acordo, como denúncia a suspensão do inquérito em torno da formação do Consórcio Cooperativo sem explicações por parte do interventor federal e também, como desagrado à utilização do fracasso do consórcio para o adiantamento da oficialização⁽¹⁴¹⁾.

(139) PESAVENTO, S.J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.55.

(140) A rumorosa questão vinícola. Caxias. Caxias, 05 mai., 1932, nº 1010, p.1.

(141) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rotermond & Cia. 1941, p.20.

Em 17 de maio de 1932, foram aprovadas, por decreto estadual nº 4.985, as condições para reconhecimento das cooperativas vinícolas, a serem realizadas em um prazo máximo de dois anos⁽¹⁴²⁾.

A concretização dos reconhecimentos previstos em lei, impulsionou em 1933, o esboço de um novo acordo entre cooperativas e Sociedade Vinícola.

No início deste ano fora fundada a "Central das Cooperativas Sul Riograndenses de Vinhos de Caxias", funcionando como um departamento comercial das Cooperativas Vitivinícolas São Victor (de Caxias) e Cooperativa Vitivinícola Caxiense⁽¹⁴³⁾.

A esta central poderiam subscrever-se pelo sistema de quotas-partes, cooperativas que tivessem na cidade de Caxias do Sul, seu ponto de exportação. A cargo da central, ficaria a localização das marcas, nomeação de representantes comerciais e exportação da produção. O retorno à central dos trabalhos efetuados, seria o pagamento da comissão de 2% do total⁽¹⁴⁴⁾.

(142) ANAIS da assembléia legislativa. Decreto nº 4.985 de 17/05/1932, p.332-333.

(143) PESAVENTO, S.J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.65.

(144) IL Giornale dell'Agricoltore. O que é a central de cooperativas Sul Riograndense de Vinhos de Caxias, 13/06/1935, nº 58-59, p.19.

Considerando sua parcialidade enquanto representante desta centralização, a "Central das Cooperativas", colocava-se como possibilidade para a efetiva união das cooperativas.

No relatório da diretoria da Central das Cooperativas, ficava clara esta idéia,

"(...) esta central vem colocando os produtos de suas associadas por preços muitas vezes mais elevados do que qualquer outro exportador (...)

Diante de tais resultados, obtidos unicamente pela conjugação de esforços de apenas duas cooperativas, fácil se torna avaliar que maiores se tornariam as vantagens si o número de cooperativas filiadas fosse maior".(145)

Apesar deste relatório ter sido apresentado no ano de 1935, dois anos antes do acordo, a Central nesta época condicionava sua participação na forma de sua promoção. Mostrava que a condição básica a ser considerada antes de qualquer acordo com a Sociedade Vinícola, seria não permitir que os efetuassem as cooperativas isoladas. O critério agora já não consistia na oficialização das cooperativas e sim, na organização cooperativista.

Este procedimento defendido pela Central das Cooperativas, foi observado em decorrência ao 2º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, realizado em Porto Alegre, em março de 1933⁽¹⁴⁶⁾. Neste congresso, foi discutida

(145) O que é Central dos Cooperativistas Sul Riograndense de vinhos de Caxias. Il Giornale del agricoltor. Caxias, 13 fev., 1935, nº 58/59, p.19.

(146) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.28.

entre representantes do Sindicato, Sociedade Vinícola e representantes das Cooperativas a formação de uma "Comissão Conciliatória", responsabilizada pela consulta às partes integrantes para a elaboração dos termos de um novo acordo. Desta comissão fariam parte o inspetor agrícola federal do RS, Dr. Aymoré Drumond, os industriais Abramo Eberle, Orestes Manfro, Eduardo Mosele e o comerciante João Menegazzi (147).

Os representantes das cooperativas não participaram da comissão e da elaboração do acordo e manifestação em torno do mesmo foi negativa por parte das entidades.

Os termos do acordo previam o estabelecimento de uma "concentração" pelo prazo mínimo de três anos, prorrogáveis se não houvesse manifestação de nenhuma das partes, 03 meses antes de sua expiração (148).

A composição da diretoria da referida concentração ficaria formada por quatro diretores: dois representando as cooperativas e dois a Sociedade Vinícola, tendo como funções fixar preços de compra e venda dos vinhos, determinar quotas-porcentagens de exportação da Sociedade Vinícola e das cooperativas, manutenção de sessões para análise da uva e do vinho, formação de estoques, setores de acondicionamento e transporte (149).

(147) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.28.

(148) A sociedade vinícola x cooperativas. Caxias - jornal. Caxias, 11 dez., 1933, nº 84, p.1 e 4.

(149) Idem.

A parte mais importante desta concentração, estava no setor comercial. Este funcionaria sob a exclusiva responsabilidade financeira da Sociedade Vinícola. Ao mesmo tempo em que esta sociedade representava o setor comercial do Sindicato Vinícola, portanto, constituía o órgão comercial de outra entidade, ficava previsto que na "Concentração" receberia, pelo exposto acima, uma comissão líquida de 6% sobre a venda⁽¹⁵⁰⁾.

A "Central das Cooperativas Sul Riograndense de Vinhos de Caxias", através de sua diretoria, manifestaria-se contrária ao acordo enquanto este não fosse precedido pela centralização total das cooperativas em um órgão específico. Solicitava a intervenção da comissão conciliadora no sentido da criação deste órgão centralizador⁽¹⁵¹⁾.

Para Augusto Dal Cortivo, qualquer acordo seria inviável enquanto continuasse

"(...) a nomeação de comissões compostas de figurões, de emissários, de acordos ou conchavos de entrevistas espalhafatosas, de medidas de 'panos quentes' nada resolveu de positivo, se não se mudarem os rumos e haja uma mão firme que contenha as ambições pessoais (...)"⁽¹⁵²⁾

Assim, as tentativas de acordo continuavam privilegiando a Sociedade Vinícola, seja em comissões de venda, se

(150) A sociedade vinícola x cooperativas. Caxias - jornal. Caxias, 11 dez., 1933, nº 84, p.1 e 4.

(151) Idem.

(152) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.29.

ja como responsável financeira pela entidade a ser criada, as cooperativas mantiveram-se distantes. Posições de desacordo e de cautela surgiam nas assembléias gerais das cooperativas. Em Linha Jacinto, distrito de Bento Gonçalves, ficou registrado em ata do dia 26/02/1934, um

"(...) alerta contra a Sociedade Vinícola, o presidente alerta aos produtores que mantenham-se vigilantes contra os cantos de sereia dos inimigos das cooperativas, se as cooperativas caírem, estaremos mais uma vez nas mãos do nosso tradicional inimigo(...)" (153)

Na cooperativa Victor Emanuel, interior do município de Caxias do Sul, a resposta dos associados para um possível acordo com a Sociedade Vinícola, especialmente na forma de sua intermediação para exportação da produção foi negativa.

Em sua exposição lembrava o motivo do surgimento das cooperativas

"(...) bem se alembamos do nosso tempo que nos devia depender da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda., (...) tivemos um grande prejuízo, que ainda hoje sentimos naquilo, e portanto o nosso producto não deve ser vendido a esta Sociedade Vinícola (...)" (154)

A atuação da sociedade no passado motivava restrições a qualquer aproximação com as cooperativas. Estas também

(153) LIVRO das sessões de assembléia geral da Cooperativa Agrícola Linha Jacinto Ltda. Farroupilha, 1931-1942, p.22.

(154) LIVRO de atas das sessões das assembléias ordinárias e extraordinárias da Cooperativa Vitivinícola Victor Emanuel. Caxias, 1931-1936, p.39.

consideravam sua desvantagem, devido as suas limitações na comercialização da produção. Não eram as cooperativas que propunham acordo e sim o governo estadual, colocando-se como árbitro do conflito e a própria Sociedade Vinícola. Entretanto se para o governo a preocupação consistia na redução dos conflitos entre colonos-viticultores e comerciantes-vinicultores, para a Sociedade Vinícola, o acordo permitia-lhe o controle econômico sobre o setor. A Vinícola sediada em Porto Alegre, mantinha filiais em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, Nova Trento e Nova Vicenza ou seja, toda a região produtora⁽¹⁵⁵⁾. Com sua aproximação das cooperativas e transformação em órgão comercial destas, poderia controlar o comércio regional.

A partir de 1932, as cooperativas registravam em suas atas uma queda na comercialização vinícola. A avaliação das cooperativas acusava como fatores os altos preços pagos pelas cooperativas aos produtos de seus associados e a revolução constitucionalista de 1932 em São Paulo, que paralizou as transações comerciais por quatro meses diminuindo o tempo de venda da safra de 12 para 8 meses. Para o esgotamento da safra, a consequência foi a redução dos pre

(155) O panorama comercial e industrial da Sociedade Vinícola Rio-grandense Ltda. Caxias. Caxias, 04 jun., 1932, nº 104, p.16.

ços (156).

Registrava-se também, entre 1931 a 1934 a ampliação em 40% das áreas cultivadas com viníferas no Estado (157). Esta tendência preocupava as cooperativas. Em 1934, a Cooperativa Agrícola de São Victor, solicitava aos cooperados que informassem qual a quantidade de vinhos por cantina, sob pena de serem afastados dos seus quadros, caso recusassem a fornecer estes dados (158).

O volume da produção e seu escoamento consistia em problema também para a Cooperativa Victor Emanuel. Para facilitar a comercialização reduziu a multa dos associados de 20% para 10%, sobre o total da venda de vinhos a terceiros (159). A redução da multa representava a incapacidade da cooperativa em absorver a produção total de seus associados, licenciando-os, de certa forma, à livre comercialização de parte de sua produção.

Em 1935, a preocupação das cooperativas consistia na baixa dos preços do vinho nos mercados consumidores. Ulysses Castagna, diretor da cooperativa vitivinícola de Nova

(156) LIVRO de atas das sessões ordinária e extraordinária do Conselho Administrativo e da assembléia geral da cooperativa agrícola São Victor, Caxias, 1929-1938, p.58.

LIVRO de atas das sessões ordinária e extraordinária da assembléia geral da cooperativa vitivinícola Forqueta Ltda. Caxias, 1933-1936, p.2.

(157) ALGUNS aspectos da viticultura Riograndense. *Il Giornale dell'agricoltori*, Caxias, 25 jun., 1936, nº 113, p.3.

(158) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinária do Conselho Administrativo Geral da cooperativa agrícola São Victor, Caxias, 1929-1938, p.80.

(159) LIVRO de atas das sessões das assembléias gerais e extraordinárias da cooperativa vitivinícola Victor Emanuel. Travessão Victor Emanuel, 1931-1936, p.40.

Vicenza, justificava esta tendência dos preços na "grande oferta e pouca procura"(160).

Esta preocupação com os preços, aproximava comerciantes particulares, cooperativas e Sociedade Vinícola. Em novembro de 1935, este grupo reúne-se na sede da Associação dos Comerciantes de Caxias, para a elaboração de um projeto de acordo "(...) tendente a normalizar os preços de venda nas praças de consumo, disciplinando a saída do vinho (...) "(161). Este acordo, que em janeiro de 1936, era dado como fracassado(162) demonstraria, entretanto, a disponibilidade da realização de um acordo entre os exportadores, visto agora enfrentarem um problema comum: a baixa dos preços. A explicação para esta oferta acima da demanda, conforme a avaliação, seria um reflexo da depressão econômica a partir de 1929, que atingia toda a exportação do Rio Grande do Sul(163).

Neste contexto, surgiu a idéia, cuja inspiração partiu de uma entrevista com Augusto Dal Cortivo, publicada no jornal "Diário de Notícias", de Porto Alegre em 13 de novembro de 1935(164). Dal Cortivo propunha a centraliza-

(160) COMÉRCIO de vinhos. Il Gionarle dell'agricoltore. Caxias, 05 dez., 1935, nº 84, p.2.

(161) LIVRO de atas das sessões ordinárias e extraordinária do Conselho Administrativo e da assembléia geral da cooperativa agrícola São Victor. Caxias, 1929-1938, p.132.

(162) Idem. p.133.

(163) GIRON, L.S. O cooperativismo vinícola no RS (1873-1973. Manuscrito, p.43.

(164) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.33.

ção da propaganda e da defesa dos vinhos gaúchos, com a organização de um "escritório de propaganda e defesa" instalado no centro do país. A novidade da proposta estava na formação de uma organização privada, financiada e dirigida pelos interessados, indiscriminadamente envolvidos na vitivinicultura, representados por uma comissão central⁽¹⁶⁵⁾.

Esta comissão central composta de elementos representativos dos municípios vinícolas da região, escolheria os integrantes da administração do escritório. Para Dal Cortivo, como órgão privado, o escritório seria custeado mediante pagamento de taxa sobre unidade de vinho exportado⁽¹⁶⁶⁾.

A idéia de Dal Cortivo, na criação de um órgão responsável pela propaganda dos vinhos, ligava-se exclusivamente a comercialização do produto e a ampliação da faixa de consumidores do vinho nacional. Ele justificava expondo que 70% da classe média e 97% da classe superior, não consumia o vinho gaúcho. O mercado restringia-se portanto, ao consumo da classe operária, que mesmo assim era reticente quanto a qualidade do produto. Esta relutância dos consumidores proveniente das fraudes, somente seria alterada mediante a ampliação da fiscalização e através da divulgação do vinho nacional⁽¹⁶⁷⁾.

(165) ESCRITORIO de propaganda e defesa dos vinhos gaúchos. Il Giornale dell'agricoltore. Caxias, 28 nov., 1935, nº 83, p.1.

(166) DAL CORTIVO, A. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941, p.36.

(167) Idem. p.43.

A aceitação da proposta de Dal Cortivo, foi quase imediata por parte das cooperativas, da Sociedade Vinícola e de empresas particulares na medida em que, seria organizado para através da divulgação ampliar o consumo dos vinhos nacionais.

Entre julho e agosto de 1936, as cooperativas realizavam assembléias extraordinárias para a escolha de delegados representantes, junto ao conselho administrativo responsável pela organização daquele órgão, referenciado nas atas das cooperativas como Instituto do Vinho⁽¹⁶⁸⁾. A iniciativa recebia apoio da Central das Cooperativas Sul Riograndense, da firma Luiz Antunes & Cia., Sociedade Vinícola Riograndense Ltda. e Sociedade Brasileira de Vinhos⁽¹⁶⁹⁾.

O Instituto Riograndense do Vinho, assim denominado foi criado oficialmente por decreto estadual nº 6.288 em 17 de setembro de 1936, surgindo como uma autarquia administrativa⁽¹⁷⁰⁾. Após sua organização, a seu exemplo, surgia o Instituto Sul Riograndense da Banha. Estes seriam os protótipos do Instituto do café, do açúcar e do álcool e do mate a nível nacional.

(168) LIVROS de atas das sessões gerais ordinárias e extraordinárias das cooperativas Forqueta, Linha Jacinto, São João e São Victor.

(169) ESCRITORIO de propaganda e defesa dos vinhos gaúchos. Il Giornale dell'agricoltore. Caxias, 12 dez., 1935, nº 85, p.1.

(170) PESAVENTO, S.J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.67.

Para Pesavento, estes órgãos orientavam sua criação para

"(...) o aumento da esfera de atuação do governo sobre a produção na medida em que os institutos estariam mais diretamente vinculados ao governo federal, com um elemento do governo em sua diretoria".(171)

O Instituto Riograndense do Vinho, seria administrado por um presidente e diretores administrativo e técnico, todos nomeados pelo governo estadual. Estes, seriam assistidos por um Conselho Consultivo, formado por seis membros, também nomeados pelo governo e retirados entre elementos ligados a vitivinicultura. Da mesma forma, seria formado o Conselho Fiscal, do qual participariam três membros⁽¹⁷²⁾.

Na escala para ocupar os cargos do Conselho Consultivo estaria a solução para o conflito entre cooperativas e Sociedade. Conforme Moraes Vellinho, igual número de representantes das cooperativas e da Sociedade dividiriam o Conselho, reduzindo com isto, os atritos⁽¹⁷³⁾.

No que diz respeito aos preços de venda dos vinhos e quotas de exportação eram questões tratadas e problemáticas desde ocasiões anteriores, quando se pensou em organizar a economia vinícola, e, continuavam a serem elementos

(171) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.116.

(172) ESTATUTOS e regulamento geral do Instituto Riograndense do Vinho. Porto Alegre, Faurmann, 1942, p. 8-10.

(173) DEPOIMENTO de José Moraes Vellinho.

em discussão.

O Instituto, em 1937, limitou a venda deste produto, fixando índices mensais de exportação, cuja quantidade fosse capaz de serem absorvidos no mercado⁽¹⁷⁴⁾. Diante desta deliberação, as empresas Luis Antunes & Cia. e Sociedade Brasileira de Vinhos reagiram negativamente a esta fixação de quotas para exportação. Naquele ano, dos 600.000 quartos de vinho produzidos, conforme cálculos do Instituto, somente 400.000 seriam imediatamente absorvidos e o restante seria mantido em depósito. Caso não houvesse colocação, seriam adquiridos pelo Instituto e transformados em álcool e vinagre⁽¹⁷⁵⁾.

O escritório de propaganda e defesa, tornava-se, a partir de sua transfiguração em Instituto Riograndense do Vinho, em um curador da vitivinicultura. Sem atuar diretamente junto ao colono-viticultor, privilegiava seus trabalhos na defesa da comercialização da produção vinícola.

Conforme Alberto Pasqualini, autor das emendas que levariam as reformas dos estatutos do Instituto em 1941, alertava para o fato de que o Instituto não cumpria aquela que deveria ser sua principal tarefa: o amparo ao produtor para "(...) tirá-los da rotina e proporcionar-lhes os meios

(174) ESTATUTOS e regulamento geral do Instituto Riograndense do Vinho. Porto Alegre, Faurmann, 1942, p. 23.

(175) COLONO. Il Giornale dell'agricoltore. Caxias, 14 out., 1937, nº 180, p.1.

de substituir os atuais parreirais por outros de qualidade"(176).

Situando sua ação na "esfera dos interesses da intermediação", impondo limites para exportação. Este tipo de intervenção na economia vitivinícola por parte do Instituto, foi aceitável neste período.

O objetivo privilegiado e que definiu-se pelos estatutos e regulamento geral do Instituto Riograndense do Vinho, seria

"(...) defesa econômica da vitivinicultura Riograndense, desde os centros de produção até os de consumo, mediante a adoção de medidas adequadas a melhoria da matéria-prima, sua industrialização e comércio, 'mantendo o equilíbrio entre a oferta e procura'".(177)

Neste propósito de equilíbrio entre oferta e procura, estabeleceram-se serviços de estatísticas para o levantamento da produção e dos estoques, com objetivo de combate a fraude e oferta excessiva⁽¹⁷⁸⁾. Neste caso poderia o Instituto exigir do governo a regularização do comércio dos vinhos. Esta regularização ia desde a fixação de preços máximos de venda dos vinhos até a delimitação de quotas de

(176) A reforma dos estatutos do Instituto Riograndense do Vinho. Porto Alegre, Of. Gráf. Instituto Técnico Profissional do RS., 1941, p.16.

(177) Idem. p.4.

(178) Estatutos e regulamento geral do Instituto Riograndense do Vinho. Porto Alegre, Faurmann, 1942, p. 20-23.

exportação⁽¹⁷⁹⁾.

Conforme previam seus estatutos no que se relacionava ao amparo e assistência técnica ao colono-viticultor, havia limitações, tais como distribuição de bacelos e trabalho conjunto do Instituto com técnicos da Secretaria da Agricultura e da Estação Experimental. Sem prever a criação de um departamento técnico dentro do Instituto para fortalecer sua função junto ao produtor⁽¹⁸⁰⁾.

Deparava-se a vitivinicultura com um processo que deveria ser completado: a eliminação da produção nas cantinas coloniais e a transformação do colono-viticultor em produtor de uvas, repassando esta aos estabelecimentos de vinificação, sejam cooperativas, Sociedades Vinícolas ou empresas particulares.

Aparentemente o Instituto, tendo como finalidade manter "(...) o equilíbrio entre produção e consumo de vinho, por medidas preventivas ou corretivas (...)"⁽¹⁸¹⁾, intervia no setor simplesmente regularizando o comércio.

O controle sobre a comercialização, exercido de forma uniforme por todos os exportadores, consistia em avanço fundamental para a redistribuição das funções no sistema

(179) ESTATUTOS e regulamento geral do Instituto Riograndense do Vinho. Porto Alegre, Faurmann, 1942, p. 23.

(180) Idem. p.19.

(181) Ib. Idem. p.17.

de produção e comércio vitivinícola. Retomando as palavras de José Pena de Moraes, em 1919, aqueles que plantam e cultivam a vinha não devem ser os mesmos que fabricam o produto (182).

Em 1936, o sistema de produção e comércio pode ser redimensionado. A concorrência entre os exportadores gaúchos era amenizada em função da instabilidade do mercado, da concorrência representada pela produção vinícola de São Paulo, próxima aos mercados consumidores do centro do país e pela dificuldade no escoamento da produção gaúcha com a falta de vagões ferroviários (183). Estas dificuldades traduzem-se na reação representada pela organização do Instituto do Vinho. Extrapolando sua função inicial de propagandista do vinho gaúcho, consegue aglutinar o capital do setor vitivinícola, esta união em torno de um objetivo imediato a comercialização, significaria o controle sobre o setor na forma de dominação da compra e venda da produção.

A partir do Instituto do Vinho, podia o sistema ser redimensionado.

(182) RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal de Caxias pelo Intendente José Pena de Moraes. Caxias, A Federação, 1919, p.17.

(183) PESAVENTO, Sandra J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p.66.

CONCLUSÃO

A partir da organização da pequena propriedade rural e da evolução de uma economia de subsistência para uma agricultura comercial, a vitivinicultura definiu-se como a possibilidade da inserção desta economia local na economia gaúcha.

As cantinas domésticas, unidades de produção instaladas nas pequenas propriedades rurais, efetivavam a maior parte da produção vinícola. Nestes locais era realizada a transformação da uva em vinho e este produto adquirido dos colonos-viticultores, era então comercializado nos mercados de consumo.

Dentro do circuito da produção e comércio vinícola, definem-se os agentes do setor e estruturam-se as funções destes agentes. Dentro de um sistema de produção e comércio, com relações baseadas na complementaridade de funções, tem-se de um lado o colono-viticultor, responsável pelo cultivo das videiras e fabricante de vinhos, com produção organizada na pequena propriedade rural, utilizando-se de formas precárias de fabricação desenvolvida nas can-

tinhas domésticas ou coloniais.

Ao lado deles, o comerciante-vinicultor, responsável pelo beneficiamento daquela produção vinícola, efetuando tratamento ao produto para uniformizar o vinho de diferentes procedências e qualidades. A este agente cabia especialmente, a função de comercialização do produto.

Estas relações com funções complementares mantiveram-se sem alterações até pelo menos a década de vinte deste século. Entretanto, a manutenção e superação destas relações, não foi realizado sem tensões. A primeira delas verificou-se a partir de 1910, quando o crescimento das exportações do vinho era acompanhado pela problemática da falsificação do produto.

Uma problemática que não podia ser vista isoladamente e sim, como um sintoma de alterações a serem efetuadas no setor vinícola. Ampliados os mercados de consumo, constituiu-se necessário remodelar as relações de comércio e as formas de produção.

O cooperativismo em sua primeira fase (1911-1914), surge como uma tentativa de solucionar os problemas referentes à falsificação. No entanto, desdobrou-se em uma tentativa de reorganização da produção vinícola, retirando-a de seus moldes tradicionais, atingindo a complementaridade de funções dos agentes do setor.

O movimento afetava tanto colonos-viticultores como comerciantes-vinicultores. Seja trazendo para dentro das cantinas cooperativas o processo de fabricação, seja organizando-se ao nível da comercialização, eliminando o inter

mediário.

A reação ao cooperativismo foi quase imediata e esta, coube aos comerciantes-vinicultores. Estes atuaram no sentido do desmantelamento do movimento cooperativo enquanto pretendiam controlar as relações econômicas do setor. A forma utilizado, foi sua inserção no cooperativismo (na Cooperativa e na Caixa de Crédito), assim como em órgãos públicos Intendência e Conselho Municipal e especialmente, quando em 1912, reativavam a Associação dos Comerciantes de Caxias.

Nestes diferentes níveis de atuação os comerciantes-vinicultores obstaculizaram as transformações pretendidas pelo cooperativismo. Sua estratégia foi romper um processo sobre o qual não tinham controle, já que o cooperativismo não era projeto seu.

Debilitado o movimento não foi abandonada a possibilidade de serem efetuadas alterações. A partir de 1914, iniciava nova fase, na qual a condução dos acontecimentos na vitivinicultura foi efetuada pelo comerciante.

Nesta fase, em que ocorriam lacunas bibliográficas, encontrou-se o comerciante-vinicultor e seu projeto para a vitivinicultura.

As avaliações envolvendo a problemática vitivinícola eram apresentadas tangendo para um aspecto específico: a eliminação do empirismo na fabricação dos vinhos sendo estes métodos tradicionais substituídos por procedimentos científicos. Acompanhando as avaliações e subsidiando-as, o Laboratório de Análises Enológicas e a Estação Ex

perimental.

Se as avaliações efetuadas no período encaminhavam-se para a modernização da produção, esta atingia não exclusivamente o colono-viticultor mas também o comerciante-vinicultor, comprometido com formas de comercialização correspondentes a determinados padrões de produção e beneficiamento dos vinhos.

Para alterar aqueles padrões, era necessário desequilibrar o sistema em seu princípio básico a complementaridade de funções entre os agentes do setor.

Daí o associativismo, apoiado pelo governo estadual, cujo significado imediato, seria o controle sobre os preços de compra e venda e o fim do comércio especulativo. A imposição de preços padronizava não somente o ato comercial mas pressupunha também, a uniformização da qualidade como referência para o custo do produto.

A organização do Sindicato Vitivinícola em 1927, com caráter regional e mais especificamente, a criação da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda., demonstrava a perspectiva dos comerciantes-vinicultores em intervir nas formas de produção e comercialização.

Assim atuaria a Sociedade Vinícola, intervindo seja ao iniciar a centralização da produção através da utilização dos estabelecimentos de seus associados, seja enquanto filiada ao Sindicato, tornando-se quase exclusiva na compra e venda da produção vinícola.

Com peso econômico na medida em que aglutinava quase todos os comerciantes-vinicultores locais, adquiria

força política capaz de ser a única organização representativa daquele grupo a partir da década de trinta. O comportamento anterior dos vinicultores atuantes em diferentes níveis não era mais evidenciado. A Sociedade conseguia representá-los sem sua diluição em vários órgãos e entidades.

O Sindicato e a Sociedade Vinícola, transformados na forma de organização dos comerciantes-vinicultores, excluíram a participação direta dos colonos-viticultores. Esses reagiriam, não a exclusão e sim à atitude de monopólio comercial assumida por aquelas entidades e pelo propósito do viticultor em manter-se ainda como produtor de vinhos e não exclusivamente de uvas.

Ao associativismo do vinicultor, o viticultor responderia com o ressurgimento do cooperativismo, demonstrando não estar alheio ao processo. Através das cooperativas realizava o enfrentamento ao Sindicato/Sociedade.

Nesta fase iniciada em 1929, um segundo momento de tensões do sistema de produção e comércio, o viticultor desenvolveu o seu projeto para o setor.

O cooperativismo deste período não foi um resgate daquele desenvolvido no início do século. Assumiu características específicas em acordo ao momento histórico. Desta forma, esquecido o ideal cooperativo, organizaram-se as denominadas cooperativas empresariais vinícolas, atingindo níveis técnicos e de racionalidade produtiva capaz de sustentá-las na concorrência de mercado.

No entanto, estas cooperativas não podiam negar as condições estruturais sobre as quais organizaram-se e os compromissos daí advindos. A concorrência com as demais empresas vinícolas e especificamente com a Sociedade Vinícola, era acompanhada pela manutenção de determinadas fases da produção junto as cantinas domésticas do viticultor.

Impedindo que este compromisso fosse transformado em obstáculo ao seu desenvolvimento, as cooperativas firmaram laços de dependência entre elas e os cooperados. Impondo a estes o que e como produzir, fixando preços mínimos para determinados tipos de uva, vinhos e derivados em acordo a qualidade dos mesmos e prestando serviços que visavam a boa qualidade da produção de seus associados.

As cooperativas organizaram-se de forma a conciliar mercado e produção doméstica, tornando-se o limite da ingerência do capital na pequena propriedade e assegurando assim, a produção nas pequenas propriedades e sua reprodução no mercado.

Nos anos 30, o sistema de produção e comércio perde seus princípios orientadores. Comerciantes e colonos cedem lugar as cooperativas, Sociedade Vinícola e empresas particulares. A complementaridade de funções, baseada no livre comércio entre vini e viticultores desaparece permitindo a implantação da indústria vinícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ADAMI, João S. História de Caxias do Sul (1864-1970). Caxias do Sul, São Miguel, 1962, 413p.
- 2 - _____. Festas da Uva (1881-1965). Manuscrito, s.p.
- 3 - AMARAL, Luiz. O cooperativismo ao alcance de todos. Porto Alegre, Globo, 1935.
- 4 - ANAIS do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros. Caxias do Sul, Jul./1975 - Out./1976, UCS/EST, 1979.
- 5 - ARAÚJO, Sílvia Maria P. de. Eles: a cooperativa: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, projeto, 1982.
- 6 - BRITTO, José Saturnino. Características fundamentais das sociedades cooperativas em geral. Rio de Janeiro, São Benedito, 1930.
- 7 - DAL CORTIVO, Augusto. A crise da vitivinicultura gaúcha. São Leopoldo, Rothermund, 1941.
- 8 - _____. A grande luta das cooperativas agrícolas contra o Sindicato Vitivinícola do RS e Sociedade Vinícola Riograndense. s.l., s.e., 1930.
- 9 - DAUDMARD, Adeline et alii. História social do Brasil teoria e metodologia. Curitiba, UFPr, 1984.
- 10 - DE BONI, Luís & COSTA, Rovílio. Os italianos no RS. Caxias do Sul, EST/Correio Riograndense/EDUCS, 1984.
- 11 - DUARTE, Laura M. Goulart. Capitalismo & cooperativismo no RS. Porto Alegre, L&PM, 1984.

- 12 - FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. IN: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (org.) RS: economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.329-357.
- 13 - FROSI, Vitalina M. & MIORANZA, Ciro. Imigração italiana no nordeste do RS. Caxias do Sul, UCS/Movimento, 1975.
- 14 - FRANCO, Álvaro. Abramo já tocou... ou a epopéia de um imigrante. São Paulo, Ramos, Franco, 1943.
- 15 - GARDELIN, Mário. História da CIC. Caxias do Sul, s.e., 1978.
- 16 - GOBBATO, Celeste. Manual do vitivinicultor brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1942.
- 17 - _____. Manual do vitivinicultor brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1922.
- 18 - _____. Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense. p.195-245. IN: Album Cinquentenário della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). S.l., s.e., 1925.
- 19 - _____. Discurso inaugural do III Congresso Brasileiro de Vitivinicultura e Enologia. Caxias do Sul, 3-6 de março de 1937, s.e., 1937.
- 20 - _____. O cultivo da vida e a industrialização da uva no RS. P.402-424. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950.
- 21 - GIRON, Loraine S. O cooperativismo vinícola no RS (1873-1973). Manuscrito.
- 22 - _____. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. P.269-292. IN: De Boni, L. (org.) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre, EST, 1987.
- 23 - KLEIN, Cleci E.F. De "Bairro Lusitano" a "Zona Tronca": a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). Tese xerografada. Porto Alegre, PUC, 1984.
- 24 - KLIEMANN, Luiza H. Schimitz. RS: terra e poder: história da questão agrária. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- 25 - LAPA, José Roberto do Amaral. O antigo sistema colonial. São Paulo, Brasiliense, 1982, 110p.

- 26 - LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. P. 114-134. IN: DACANAL, J.H. (org.) RS: imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- 27 - LOUREIRO, Maria Rita (org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.
- 28 - MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana. P.294-316. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950.
- 29 - MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. P.91-113. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- 30 - NEIS, Pe. Ruben C. Padre Theodoro Amstad. P.259. IN: Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no RS. São Leopoldo, Rothermund S.A., 1976.
- 31 - PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no RS. IN: Album Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS. Porto Alegre, Globo, 1950.
- 32 - PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- 33 - _____. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- 34 - _____. O imigrante na política rio grandense. P.156-194. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- 35 - _____. República Velha gaúcha: "Estado autoritário e economia. P.193-228. IN: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). RS: economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- 36 - REICHEL, Heloisa, J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. IN: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). RS: economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.255-276.
- 37 - RODRIGUES, Jimmy. Subsídios para a história da uva e do vinho. Caxias do Sul, São Miguel, 1972.
- 38 - RUSSEL, Alfredo. Curso de direito comercial brasileiro. Rio de Janeiro, Empreza Brasil, 1923.

- 39 - SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo, Hucitec, 1984.
- 40 - _____ . Cantineiros e colonos - A indústria do vinho no Rio Grande do Sul. IN: DACANAL, J.H. (org.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.135-155.
- 41 - SILVA, Oliveira E. Tratado das sociedades comerciais. Rio de Janeiro, Alba, 1942.
- 42 - SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1977.
- 43 - ULIEBERG, Dr. Elimio. Conferência apresentada no 2º Congresso Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1908.

ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA

● Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul

- Livros de impostos industriais e profissões. Caxias, 1899, 1903-1929, 1932.
- Leis de orçamento do município de Caxias. 1911-1922, 1924-1925, 1927-1937.
- Livros de atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal. Caxias, 1909-1921, 1930-1935.
- Relatórios apresentados ao Conselho Municipal pelos intendentess municipais. Caxias, 1904, 1911, 1913, 1915, 1919, 1924, 1930.
- Estatutos e Regulamento Geral do Instituto Riograndense do Vinho. 1941.
- Projeto de reforma dos estatutos do Instituto Riograndense do Vinho. 1941.
- Projeto para a fundação de um sindicato de exportadores de vinho. 1927.

● Fontes de imprensa

- O Cosmopolita, Gazeta Colonial, O Brasil, A Tribuna, O Evolucionista, O Estímulo, Correio Colonial, O Regional, O Popular, Caxias, Caxias-Jornal, Cidade de Caxias, Città di Caxias, O Democrata, O Momento e Il Giornale Dell'Agricoltore.

- Arquivo da Câmara de Indústria e Comércio

- Livros de atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e reuniões de diretoria da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul. Caxias, 1901-1936.

- Arquivo da Câmara dos Vereadores de Caxias

- Livros de atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal. Caxias, 1892-1909, 1921-1930.
- Livro de registro de correspondência da Cooperativa Agrícola de Nova Vicenza. Nova Vicenza, 1912-1914.

- Arquivo do Laboratório de Análises de Caxias

- Livro de registros de correspondência expedida e recebida pelo Laboratório de Análises. Caxias, 1916-1940.

- Arquivo da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul

- Registro Comercial da Sociedade Vinícola Riograndense Ltda.

- Arquivo da Cooperativa Vitivinícola Forqueta

- Livro de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral da Cooperativa Agrícola de Forqueta. 1929-1933.
- Livro de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral da Cooperativa Vitivinícola Forqueta Ltda. Caxias, 1933-1936.
- Livro de atas do "Conselho Administrativo" da Cooperativa Agrícola de Forqueta. Caxias, 1931-1934.
- Livro de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral e do conselho administrativo da Cooperativa Vitivinícola Forqueta. Caxias, 1936-1942.

- Arquivo da Cooperativa Vitivinícola São Victor
 - Livro de atas das sessões ordinárias e extraordinárias do conselho administrativo e da assembléia geral da Cooperativa Agrícola São Victor. Caxias, 1929-1938.

- Arquivo da Cooperativa Vitivinícola São João
 - Livro de atas das sessões de assembléia geral da Cooperativa Vitivinícola São João Ltda. Bento Gonçalves, 1931-1951.

- Arquivo da Cooperativa Vitivinícola Santo Antônio
 - Livro de atas das sessões ordinárias e extraordinárias da assembléia geral e reuniões de diretoria da Cooperativa Agrícola Santo Antônio. Nova Pádua, 1931-1934.

- Arquivo da Cooperativa Vitivinícola Linha Jacinto
 - Livro das sessões de assembléia geral da Cooperativa Agrícola Linha Jacinto. Farroupilha, 1931-1942.

- Arquivo da Cooperativa Vitivinícola Victor Emanuel
 - Livro de atas das sessões das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias da Cooperativa Vitivinícola Victor Emanuel. Travessão Victor Emanuel, 1931-1936.
 - Livro de matrícula da Cooperativa Agrícola Victor Emanuel. Caxias, 16 Maio/1931.

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
 - Relatório apresentado ao governador do estado pelo Secretário dos Negócios da Fazenda. Porto Alegre, 1908-1931.
 - Correspondência recebida pelos governadores do Estado do Rio Grande do Sul, 1910-1911.

- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
 - Jornal "Correio do Povo". Porto Alegre, 1911-1914, 1927-1929.
- Arquivo do Jornal Correio Riograndense
 - Jornais "La Libertá", "Il Colono Italiano" e "La Staffeta Riograndense". Garibaldi, 1909-1937.
- Depoimentos
 - José de Moraes Vellinho
 - Arthur Rech

Errata

- p. 96 "... (ver tabela p. 99)."
- p. 111 onde está escrito local, leia-se final.
- p. 185 "... Celeste Gobbato, avaliava a importância da vitivinicultura, enquanto esta proporcionava ...".
- p. 202 onde está escrito "oitem", leia-se não tem.
- p. 207 onde está escrito antes, leia-se depois.